



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rogério Barbosa Basile

**Espaços urbanos e formação de identidades  
na cidade do México (1519-1564):  
uma abordagem político-cultural**

Rio de Janeiro  
2009


# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rogério Barbosa Basile

**Espaços urbanos e formação de identidades  
na cidade do México (1519-1564):  
uma abordagem político-cultural**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gomes Seda

Rio de Janeiro  
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

B311 Basile, Rogério Barbosa  
Espaços urbanos e formação de identidades na cidade do México  
(1519-1564): uma abordagem político-cultural/ Rogério Barbosa Basile.  
- 2009.  
118 f.

Orientador: Paulo Roberto Gomes Seda.  
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Bibliografia.

1. Identidade social – México – 1519-1564 - Teses. 2. Política e  
cultura – México – 1519-1564 – Teses. 3. México – História – 1519-  
1564 – Teses. I. Seda, Paulo Roberto Gomes. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

CDU 972

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Rogério Barbosa Basile

**Espaços urbanos e formação de identidades  
na cidade do México (1519-1564):  
uma abordagem político-cultural**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-  
Graduação em História, da Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 23 de julho de 2009.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Gomes Seda (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Profa. Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes  
Faculdade de História da Uni-Rio

Rio de Janeiro  
2009

## **DEDICATÓRIA**

*A meus avós.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Paulo Seda, por toda a amizade e auxílio em todos estes anos, desde que fui seu monitor.

À professora Teresa Toríbio, pelas preciosas sugestões e pelo empréstimo de fontes que tanto enriqueceram este trabalho.

À minha família, por todo o apoio – direto e indireto – oferecido.

Aos amigos de todas as horas, Marcelo, Flávio, Sandro, Celine e Ayala.

À Daniela, a jóia mais preciosa de todos os oceanos.

## RESUMO

BASILE, Rogerio Barbosa. *Espaços urbanos e formação de identidades na cidade do México (1519-1564)*: Uma abordagem político-cultural. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Este trabalho pretende demonstrar como o processo de formação de identidades na América espanhola teve, na cidade, um elemento fundamental, a partir de sua capacidade de configurar os registros político e cultural de uma comunidade. Deste modo, a partir de um modelo de povoamento com tendências ordenadoras e homogeneizantes, por parte da Coroa espanhola, emergiram sociedades marcadas pela diversidade e pluralidade cultural. As origens deste processo encontram-se na fase inicial do povoamento da região, onde, a partir do estabelecimento das estruturas político-administrativas se conformou uma matriz identitária que teria possibilitado uma conseguinte delimitação de identidades culturais. Tomamos como exemplo de caso a Cidade do México, de sua tomada dos astecas à consolidação de suas estruturas mais relevantes, o que teria transcorrido entre as datas-limite de 1519 e 1564. Por seus objetivos e marcos teóricos, este trabalho insere-se no campo historiográfico da História Política, com aproximações às abordagens da História Cultural, numa perspectiva que tenta trabalhar com a História Antiga da América e sua fase colonial não como uma ruptura, mas como uma continuidade do processo histórico do continente, o que nos leva a considerar as contribuições culturais de indígenas e europeus com igual peso.

Palavras-chave: México. Identidade. Cidade.



## **ABSTRACT**

This work aims to demonstrate how the process of formation of identity in Spanish America had in the city, a primordial element, from its ability to form the political and cultural records of the community. Thus, from a settlement model with ordering and homogenizing trends by the Spanish Crown, emerging societies marked by diversity and cultural plurality. The origins of this process are in the initial phase of settlement in the region where, since the establishment of political and administrative structures to conform an identity matrix which would have allowed delineation of cultural identities. We take as example the case of Mexico City, from its took by the Aztecs to the consolidation of its most important structures, which would have elapsed between the dates for 1519 and 1564. For their goals and theoretical, this work falls within the historiography field of policy history, with approaches of Cultural History, a perspective that tries to work with the Ancient History of America and its colonial phase not as a break, but as a continuity of the historical process of the continent, which leads us to consider the contributions of indigenous and European culture with equal weight.

Keywords: México. Identity. City.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Os eixos de Teotihuacán.....	54
Figura 2: Visão geral de Teotihuacán.....	56
Figura 3: Ilhas primitivas do lago de Texcoco.....	57
Figura 4: Tenochtitlán em 1521.....	57
Figura 5: A Cidade do México em 1555.....	60
Figura 6: A Cidade do México em 1628.....	60
Figura 7: A Cidade do México em 1760.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 PERCEPÇÕES DO MUNDO URBANO.....</b>	<b>31</b>
1.1 <b>A Visão hispânica.....</b>	<b>33</b>
1.2 <b>A Visão Ibérica.....</b>	<b>41</b>
1.3 <b>A Visão Asteca.....</b>	<b>49</b>
<b>2 IMPLEMENTAÇÃO E DINÂMICA URBANA.....</b>	<b>61</b>
2.1 <b>As rotas do povoamento e o contexto mexicano.....</b>	<b>62</b>
2.2 <b>As instituições hispano-americanas: as instâncias superiores.....</b>	<b>71</b>
2.3 <b>As instituições locais.....</b>	<b>78</b>
2.4 <b>O regime administrativo hispano-indígena.....</b>	<b>89</b>
2.5 <b>Formação de um registro cultural.....</b>	<b>96</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

A expressão “identidade latino-americana” possui a notável característica de ser formada por dois termos já suficientemente controversos mesmo quando tomados individualmente.

“Identidade” é uma palavra polissêmica e seu significado apresenta significativa variação de acordo com o campo que o utiliza – antropologia, sociologia, psicologia ou história, apenas para citar alguns – embora referencial representando pelo *outro* seja, em geral, uma constante. Esse assunto será retomado adiante. De qualquer modo, trata-se de um conceito que necessita de uma definição precisa em qualquer trabalho que pretenda utilizá-lo.

Já no caso de “latino-americana”, temos a adjetivação de um termo que vem encontrando, fora do senso comum, objeções à sua plena utilização sob certas circunstâncias. Discute-se, mesmo, até que ponto quando falamos em “América Latina” estamos nos referindo a uma entidade com existência real para além das inevitáveis construções, detentora de características próprias identificáveis em toda sua extensão (uma identidade, por assim dizer). Em outras palavras, a grande questão é: existe uma grande área cultural entre a fronteira anglo-saxã ao norte até o extremo sul do continente americano dona de particularidades próprias e distintivas afora sua origem ibérica em comum, ou os Estados dessa América Latina – termo criado apenas no século XIX – só constituem uma unidade quando definidas de forma negativa, ou seja, em contraposição à Europa e aos Estados Unidos? O pensador Leopold Zea, ponderando sobre certos dilemas sobre tal questão, a sintetiza seguinte modo:

A lo largo de la historia de la América Latina se han planteado dos grandes problemas estrechamente relacionados entre sí: el de la identidad y, a partir de ella, el de su integración en relación distinta a la que han venido imponiendo los colonizadores desde 1492. (...) ¿Qué somos? Y a partir de la respuesta, ¿qué tenemos de común los hombres y pueblos que forman la región?<sup>1</sup>

A raiz de tal indagação é a visível realidade multicultural dos países que compõem a hispano e luso-América. Observando de perto, que elementos – sejam estes políticos, econômicos, culturais ou sociais – nos permitem colocar em um mesmo bloco México, Brasil, Chile, Guatemala, Argentina e Colômbia? É essa a pergunta o ponto de partida de trabalhos recentes, como o artigo de Nilson de Moraes, onde este coloca que

O debate cultural na América Latina exige que sejam consideradas duas ordens de problemas: multiétnica e pluralidade. Sob qualquer aspecto, a região se caracteriza

---

<sup>1</sup> ZÉA, Leopold. *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 7.

pela riqueza e diversidade cultural. Esta riqueza e diversidade são observadas na perspectiva da estética e no volumoso patrimônio histórico-social.<sup>2</sup>

Do mesmo modo, Frank Safford, antes de começar a dissertar sobre características políticas e ideológicas da América Latina do pós-independência, destaca que “*desenvolver afirmações gerais válidas sobre a política hispano-americana (...) é tarefa extremamente árdua*”, devido à diversidade de sua composição étnica, grande variação de aspectos geográficos, desigualdades brutais em suas economias, importantes diferenças no tocante à sua herança colonial com seus sistemas políticos e instituições, e mesmo às guerras de independência, que afetaram esses países de modo diverso.<sup>3</sup>

Por outro lado, não podemos deixar o multiculturalismo nos levar a um extremo do particularismo absoluto – uma vez que dentro dos próprios Estados, principalmente os de maior extensão territorial, também coexistem outras realidades multiculturais – ofuscando as similaridades entre um certo modo de pensar e agir comum aos países dessa região. Como bem coloca Octavio Ianni, a despeito de toda essa pluralidade cultural,

há épocas em que vários, ou a maioria dos países, parecem viver e pensar problemas muito semelhantes, expressos em produções filosóficas, científicas, literárias, artísticas. É claro que há muitas diversidades. (...) Mas também há semelhanças, convergências e ressonâncias. Daí emerge a idéia de América Latina, como história e imaginação.<sup>4</sup>

Esta última frase, inclusive, sintetiza bem uma noção essencial de Ianni, para quem a própria idéia de América Latina, assim como a transformação dessa idéia decorrer do tempo, foi fundamental para a formação em si de um pensamento latino-americano, uma vez que é uma noção que “*sintetiza diversos temas, distintas perspectivas explicativas, diferentes visões da história.*”<sup>5</sup> Aí reside, na verdade, uma das mais importantes particularidades da região. Trata-se de um movimento que se retro-alimenta na medida em que a preocupação em compreender o que é a América Latina, como se constitui e expressa, organiza e transforma acabou por gerar interpretações e correntes de pensamento que moldariam, direcionariam sua própria trajetória.

Dentre os temas e conceitos mais recorrentes nessas interpretações podemos destacar a freqüente contraposição entre *civilização e barbárie*; a *instabilidade política crônica* e *sociedade civil débil* como marcas de seu processo representativo, assim como o a eterna sedução do *Estado forte*; a idéia de *raça cósmica* ou democracia racial, onde a América

<sup>2</sup> MORAES, Nilson Alves. Integração e processos culturais na América Latina. In: *Fronteiras Rompidas – Multiculturalismo na América Latina*. Organizado por Teresa Torbio Lemos. Rio de Janeiro: UERJ/UESB, 2003, pp 157.

<sup>3</sup> SAFFORD, Frank. Política, Ideologia e Sociedade na América Espanhola do Pós-Independência. In: *Historia da América Latina – Da Independência até 1870*. vol III. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 2001, pp 329-330.

<sup>4</sup> IANNI, Octavio. *O Labirinto Latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1995, pp 12-13.

<sup>5</sup> Idem, pp 10.

representaria a mescla de todas as etnias do mundo, a persistente noção de *Nossa América*, formulado por Martí e presente em discursos políticos que se estendem de Bolívar a Hugo Chavéz; o refletir sobre as *lutas sociais* que marcaram o continente, dentro das quais incluem-se questões sobre uma *revolução burguesa* e uma *revolução socialista*; além da sempre em pauta *questão nacional*, sobre a qual se debruçaram – e debruçam – incontáveis pensadores.

A reflexão sobre tais temas percorre caminhos tão diversificados quanto podem ser em uma realidade cultural tão plural como a latino-americana, muitas vezes complementares, outras vezes opostos ou até contraditórios, com respostas e intensidade variando extraordinariamente através do espaço e tempo. O mais importante é notar que tais conceitos-problema se fazem presente em toda a região, sendo parte constitutiva fundamental de sua identidade. Quando perguntamos, portanto, onde se encontram os elementos que nos permitiriam falar na América Latina enquanto uma unidade, enquanto formando um todo, parte da resposta começa em tais temas.

Tais similaridades, para Guerra, não apenas são efetivas como constituíram, no século XIX, um dos grandes obstáculos dos Estados recém-independentes: seu grande desafio teria sido, sobretudo, o de construir a partir de uma mesma “nacionalidade” hispânica nações separadas e diferentes – independência que assim precederia tanto a nação quanto o nacionalismo<sup>6</sup>. Esses novos Estados encontravam-se sob o pesado dilema de não serem diferentes entre si o suficiente para construir uma forte identidade nacional, nem semelhantes o bastante para criar uma identidade continental. Se o *outro* é um elemento fundamental para o processo de autodefinição e auto-afirmação, este se encontrava melhor delineado na oposição para com os Estados Unidos e Europa do que entre os países latino-americanos em si; ao mesmo tempo em que a força dos regionalismos jamais deixou de se mostrar um obstáculo incontornável para uma integração identitária em nível macro-regional.

É fundamental, portanto, sempre levar em conta que quando falamos em América Latina, estamos lidando com um conceito onde necessariamente precisam ser considerados tanto seus aspectos relativamente homogêneos quanto heterogêneos; ou seja, integrar, em síntese cultural, sua pluralidade real. Nas palavras de Martins, “*assumir a perspectiva de uma totalidade cultural latino-americana, feita de unidade e diversidade, na qual unidade não seja um a priori nem diversidade causa de desconcerto*”.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. In: *Revista Maracanan*, PPGH/UERJ, ano I, Nº 1, 1999-2000.

<sup>7</sup> MARTINS, Estevão C. de Rezende. Cultura Histórica e Identidade: a América Latina e o Mercosul. In: *Revista Estudos Históricos* v.7, n.2. São Paulo: Franca, 2000, pp.31.

Do mesmo modo, é indispensável que sempre consideremos as características dessa América Latina tanto em si mesma quanto de forma comparada. Afinal, se o *outro*, como já dito, é sempre a referência central de qualquer processo de construção de identidade, será na observação desse *outro* que precisaremos buscar elementos onde os latino-americanos teriam se espelhado, sem, no entanto, cair na armadilha da definição meramente negativa, por pura oposição. A América Latina não é apenas aquilo o que a Anglo-América *não* é, porém, a forma como uma encara a outra não pode ser descartada de uma análise de suas identidades.

Este é o caminho seguido pela obra “*O Espelho de Próspero*”, onde Richard Morse se opõe às análises que pensam a América de origem ibérica como um caso de “desenvolvimento frustrado”, entendendo suas instituições e idéias como arcaicos e ineptos, principalmente quando se utiliza como referência a experiência de seus bem-sucedidos irmãos anglos do norte. Morse prefere compreender a trajetória ibero-americana como a vivência de uma opção cultural, se dissociando das variáveis apenas sociais e econômicas que determinariam em que grau de “evolução” dentro do grande *empreendimento ocidental* se encontraria dada sociedade <sup>8</sup>. A interpretação deste autor, assim, além de trabalhar com a formação identitária latino-americana de forma tanto comparativa quanto idiossincrática, também complementa bem as características apontadas por Ianni, o que nos oferece assim um panorama bastante amplo das singularidades dessa tão intrincada América Latina.

Em síntese, o que Morse tenta fazer é compreender a essência do pensar ibero-americano<sup>9</sup>, localizar sua origem e especificidades. Para isso, ele parte da idéia de que, no limiar da Idade Média, valendo-se de uma matriz moral, espiritual e científica comum, os países europeus teriam realizado “escolhas”, das quais emergiriam formas de encarar questões fundamentais acerca do mundo bem distintas.

Naquele momento eclodiam as Revoluções Religiosa e Científica<sup>10</sup> na Europa que introduziram consideráveis mudanças na visão de mundo dos países que atingiram. Nesse sentido, enquanto uma lógica científico-humanista, coroada pelas certezas trazidas pelo reconhecimento de que o sistema copernicano era uma visão nova e revolucionária da ciência, se disseminava na península itálica; na Inglaterra protestante predominava uma racionalidade dialético-pessoal, na qual cabia ao indivíduo interpretar e aplicar a informação a partir de sua própria experiência, que se tornava assim à medida e referência da ação, uma vez que as

---

<sup>8</sup> MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

<sup>9</sup> Morse prefere utilizar o termo “íbero-americano” pois dentro de sua reflexão é essencial a diferenciação entre tradições como a ibérica, a francesa e a italiana dentro da própria tradição latina.

<sup>10</sup> Geralmente entendidas como uma ruptura com o medievo, mas representando, para Morse, uma continuidade em vários sentidos.

peessoas seriam únicas e idiossincráticas, porque ao invés de exemplificar uma ordem geral representam o não-eu do conhecedor, premissas que seriam a base do individualismo e do utilitarismo.

A Espanha, por sua vez, resistiu à influência de ambas às revoluções, dando uma guinada para o tomismo, com sua valorização de uma pluralidade de respostas que renegava qualquer “verdade absoluta”, pensando assim a partir de uma racionalidade formal-objetiva, onde o conhecimento teórico permitiria a aplicação prudente e casuística de verdades gerais a casos particulares, ou vivendo de acordo com princípios reconhecidos como verdadeiros. Sendo assim a pessoa individual apenas interessante e inteligível enquanto exemplo de um gênero ou regra geral.

Devemos então ter em mente, que essa “escolha” ibérica implica na consolidação de uma forma de ver o mundo, de encarar a relação indivíduo/sociedade e todas as funções e papéis do primeiro na segunda, bem distintas daquela que se formaria nos países varridos pelas Revoluções, residindo suas diferenças até mesmo nas formas de se chegar a conclusões válidas. E um desdobramento crucial dessa relativa impermeabilização ibérica à dupla revolução, é justamente o que se refere ao individualismo: se, por via humanista ou via protestante – ou a confluência de ambas – tivemos um desenvolvimento acelerado dos valores individuais, estes seriam refreados na Ibéria, que conservaria certo tipo de virtude comunitária.<sup>11</sup>

Podemos então, concluir que enquanto o resto da Europa Ocidental, com destaque à Inglaterra, se transformava em uma sociedade individualista, Portugal e Espanha, principalmente a última, permaneciam como sociedades “holistas”, acompanhando as definições de Dumond que as distingue a partir do conceito primordial “*em que se baseia a valorização fundamental, se é o todo social ou político, ou o indivíduo humano elementar.*”<sup>12</sup> É significativo notar que Calvino e Maquiavel, para o autor as duas figuras que pelas vias religiosa e política são a culminância do processo de emancipação do pensamento holista, eram leituras banidas do mundo ibérico.

---

<sup>11</sup> A linha seguida por Morse gerou certa polêmica, sendo alvo de duras críticas que, em geral, tiveram replicas do autor. O próprio Morse fez um balanço da discussão quase dez anos após a publicação de seu livro no artigo A Teoria Política do Governo Colonial, In. *Os Conquistados* (organizado por Heraclio Bonilla), São Paulo: Hucitec, 2006. Embora sempre tratando com cautela algumas generalizações que podem parecer por demais simplistas – uma das críticas citadas e, ademais, ressaltadas pelo próprio autor que as encaixa em um contexto – a obra levanta questões fundamentais, em especial no que se refere ao holismo ibérico, que a tornam uma das norteadoras deste trabalho. Sentimos falta, apenas, de uma maior diferenciação entre as tradições lusa e hispânica dentro deste mundo ibérico.

<sup>12</sup> DUMOND, Louis. *O Individualismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985, pp.75, grifos do autor.



Um entendimento mais holista do mundo por parte de uma sociedade traz uma menor concepção de que a ação humana tenha primazia ou possa “mover” a história do grupo, o que fez com que conceitos que seriam então centrais para o Ocidente no alvorecer da modernidade – como liberdade, propriedade e igualdade – tivessem na Ibéria interpretações bastante distintas, que seriam transportadas para a América.

A idéia de *liberdade*, por exemplo, não era tratada pelo indivíduo ibérico ou ibero-americano como uma circunferência de imunidade, mas uma obediência voluntária a um poder constituído, noção vinculada à graça católica, que premiava ou punia.

Do mesmo modo, a rede de relações que se estabelecia entre grupos e indivíduos seguia valores holistas, como àqueles ligados ao grande afã nobiliárquico que atingia boa parte da população da Ibéria, incluindo pessoas que em alguns países seriam considerados aldeões prósperos e na península defendiam para si a condição de nobres. O ideal de nobreza foi transportado para a América, que se mostrou local particularmente fértil, principalmente no contexto da Conquista, para obtenção de novos títulos. É interessante destacar que a própria riqueza obtida no comércio, por exemplo, era muito freqüentemente revertida na compra de terras e títulos de nobreza – postura que acabou por inibir nessa parte do Novo Mundo o surgimento de uma burguesia estável. Os empreendimentos eram “negócios de família” e possuíam sempre um sentido final nobiliárquico.

Nesse sentido, é curioso notar como as formas de associação em geral estavam muito mais comprometidas com as relações pessoais em nível afetivo e com os onipotentes vínculos familiares do que com objetivos empreendedores em comum, tão presentes na anglo-América. Isso se deve essencialmente ao papel central da família dentro da mentalidade ibérica, sendo um elemento essencial de seu senso de identidade e atingindo de algum modo a sociedade em todas as suas esferas. Essa visão de família era em grande parte delineada pelo dispositivo de organização do *patriarcalismo*, definido por Schwarz e Lockhart como um

princípio segundo o qual qualquer grupo, familiar ou não, forma uma hierarquia, começando no nível mais baixo ou mais jovem até uma figura superior ou mais velha, sob cuja proteção e domínio o grupo se coloca e por meio da qual são obtidos progressos.<sup>13</sup>

Tratava-se de um modo de compreender a organização social reproduzido nos vários níveis hierárquicos de suas instituições – a família, as corporações, a Igreja e a própria Coroa – onde a figura paternal no topo dessa hierarquia – fosse o patriarca da família, o eclesiástico ou o Rei – encerrava em sua figura noções como poder, respeitabilidade, proteção, ordem e coesão, o que acabou por gerar uma sociedade *antipolítica* e *personalista*. Isto porque, uma

vez que recaía sobre essa personagem única os direitos e deveres de organizar a sociedade em níveis micro e macro, os membros da mesma não podiam/ precisavam/ desejavam interferir no processo. A capacidade e desejo de participação e representatividade de um grupo para com sua comunidade caracterizam uma sociedade onde se pode falar em processo político, o que, no mundo ibérico, era suplantado pela figura do patriarca.

A esse respeito, é interessante a comparação realizada por Morse entre os panteões de heróis nacionais de anglo e ibero-americanos: enquanto entre os primeiros prevaleceriam “*burgueses ou patrícios em mangas de camisa (...) isto é, modelos que o homem comum pode imitar com a esperança de chegar a ser “presidente” algum dia*”, entre os segundos se destacariam ““*pais*”, “*protetores*”, “*benfeitores*”, *messias, mártires, generais cu-de-ferro, revolucionários proscritos (...)*”<sup>14</sup>, além da figura anônima do proscrito.

Tratavam-se, portanto, de sociedades com visões particulares – em geral holistas – acerca de conceitos como liberdade, propriedade, comércio, família e representatividade, o que repercutiria claramente em várias esferas, como nas próprias relações entre o *público* e o *privado*, onde jamais se delineou fronteiras rigidamente estabelecidas.<sup>15</sup>

Desse modo, embora Portugal e Espanha tenham, desde o princípio, adotado políticas de povoamento bem distintas para seus domínios americanos, certo quadro de valores transmitia, ainda assim, uma sensação de unidade. Tais valores, no entanto, foram reinterpretados e adaptados em seu novo ambiente, principalmente no contexto do choque com as culturas pré-existentes. E mesmo dentro dos territórios hispânicos, onde a Coroa tentou implementar um padrão de organização baseado na ordem e na homogeneidade, as distinções de região para região não tardaram a surgir. Melhor dizendo, cada área começou a, lentamente, adquirir especificidades próprias, a desenvolver sua própria *identidade*.

Isso representa dizer que, a partir de dado momento de seu período colonial, as diversas regiões da América espanhola, povoadas seguindo um mesmo modelo e habitadas por homens com os mesmos valores culturais passaram a se ver entre si como diferentes. Por ocasião das independências, a força dessas identidades já era forte o suficiente para bloquear as tentativas de Bolívar de criar sua “Grã-Colômbia” assim como qualquer outro tipo de entidade de maior extensão. Vários foram os elementos que integraram esse processo, em consonância com a própria natureza da construção identitária.

---

<sup>13</sup> SCHWARTZ, Stuart B & LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp 25.

<sup>14</sup> MORSE, Op.Cit., pp 82-83.

<sup>15</sup> Muitas das questões relacionadas com os valores ibéricos são trabalhadas com grande acuidade na obra clássica de HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp 82.

“Identidade” pode ser definida como um “*ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros*”<sup>16</sup>, sendo um elemento inerente a qualquer ser humano e intermediador de sua própria relação para com sua sociedade. Isso porque o indivíduo necessita vincular a consciência do todo com a consciência de si, sendo o conjunto a referência para a situação particular deste indivíduo, onde o contraste para com o outro se dá, para além de suas diferenças físicas e psicológicas, por sua história e cultura. Daí Martins destacar o papel central da cultura histórica nessa formação identitária, com o destaque para a função da *memória* em sua constituição.<sup>17</sup>

Esse processo de construção de identidades, em geral, pode ser trabalhado por três vias, não excludentes, que comumente se entremeiam: *a identidade por contraste*, onde o processo de diferenciação se dá a partir de um reforço dos elementos que são incomuns nesse outro que é o eterno referencial; *a identidade por assimilação ou apropriação*, onde uma comunidade ou identidade coletiva adota os valores de um outro grupo em detrimento de suas próprias representações, o que pode ser ocasionado por razões diversas, podendo ser um fenômeno espontâneo ou uma sujeição de um grupo por outro, o que incluiria, em dados casos, a fusão entre ambos; e *a identidade por rejeição*, onde o grupo, subjugado ou imerso em outro, tenta reforçar seus laços através de uma busca por sua “identidade original”, que assim serviria como um poderoso elemento aglutinador, legitimando o enfrentamento com o grupo dominante. Em quaisquer desses casos, no entanto, a consciência da diferença é sempre um componente em comum, motriz de todo o processo.<sup>18</sup>

Na América espanhola, o movimento de construção de identidades encontrou grande variação de ritmo no tempo e no espaço, de acordo com a força dos elementos endógenos e exógenos. A via fundamental em seu caso foi o *contraste*, onde, dentro de uma base inicial similar, foi central a influência, por diferentes caminhos, dos povos que já ocupavam o território americano.

Nos Vice-Reinos de Nova Espanha e Peru, a herança dos antigos impérios nativos sempre se fez presente, sendo o culto à Virgem de Guadalupe, associada à deusa-mãe Tonantzin, no caso do primeiro, um elemento unificador de todos os componentes da sociedade mexicana. No Chile, isolado e longínquo, se desenvolveu uma noção de identidade relacionada com a luta contra os araucanos, onde se exaltava tanto o valor de conquistadores

---

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007, pp 117.

<sup>17</sup> MARTINS, Op.Cit.

<sup>18</sup> Acompanhando parcialmente as definições de MARTINS, Op.Cit.

quanto dos adversários<sup>19</sup>. No Vice-Reino do Prata, de povoamento posterior, a população sempre se viu mais atrelada aos valores ibéricos e *criollos*, devido, em grande parte, à predominância étnica do europeu, em uma região onde a mestiçagem foi mais restrita pelo menor contingente indígena. Nas demais regiões o desenvolvimento de uma memória histórica seguiu tendendo, ora para sua trajetória *criolla*, ora para as tradições nativas, de acordo com as circunstâncias.

Para um melhor entendimento dessa identidade latino-americana, ademais, é de vital importância se passar a compreender que o período anterior aos descobrimentos não é uma etapa à parte da história do Novo Mundo: pelo contrário, os povos antigos da América e sua cultura representam o início de um processo que encontra continuidade com a chegada do europeu<sup>20</sup>. A vitória dos *criollos* na composição dos Estados latino-americanos implicou na criação de uma historiografia que valorizava sua história específica, marginalizando o papel de povos nativos e trazidos para a América, visão duradoura, que ainda hoje encontra ecos. Nesse sentido, Martins chama atenção para a urgência da superação dessa visão *criolla* da historiografia, e uma revalorização do papel histórico das sociedades originárias e transplantadas do continente.<sup>21</sup>

Essa penetração de elementos indígenas na identidade latino-americana, no entanto, por si só não explica totalmente o processo de distinção identitária dos domínios hispano-americanos, e podemos citar pelo menos dois outros fatores que a ela se somam, de algum modo a complementando e até mesmo a permitindo.

Em primeiro lugar, temos o isolamento dos núcleos de povoamento, separados uns dos outros muitas vezes por centenas de quilômetros – uma estratégia da Coroa espanhola para assegurar a posse de todas as partes que lhe cabiam na divisão do continente que, devido ao contingente demográfico da Espanha acabou por gerar “postos avançados” cuja comunicação entre si era precária. Na Cidade do México se tinha notícias sobre os acontecimentos de Madri, mas pouco se sabia sobre o que ocorria em Lima, de modo que as trocas culturais não

---

<sup>19</sup> A luta contra os araucanos inspirou o espanhol Alonso de Ercilla durante sua estadia no Chile a escrever o épico *La Araucana* (1569), tema novamente presente em *Arauco Domado* (1596) do chileno Pedro de Oña.

<sup>20</sup> Sobre o papel do elemento indígena na formação identitária, parece bastante fértil a comparação, uma vez mais, entre Américas ibérica e inglesa, onde, no caso da última o elemento indígena ficou quase completamente à margem do processo e uma ruptura de fato parece ter ocorrido.

<sup>21</sup> No embate entre diferentes visões de mundo que ocorrem no interior de uma comunidade, as vias do contraste, da assimilação e da rejeição são frequentemente utilizadas, como instrumentos de reforço das respectivas posições dos diferentes grupos. Nesse caso, trata-se de uma elaboração baseada na memória do grupo que acaba por criar uma identidade real a partir da ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade, através das ações de imposição e de inculcação da identidade legítima. Esse processo, enquanto construção, precisa, no entanto, de bases de distinção no real, senão tendem a fracassar. A esse respeito, conferir Bourdieu (2007), em especial pp 117-120.

se devas entre as cidades do continente de forma horizontal. Do mesmo modo, as forças políticas, quando começaram a se desenvolver, tenderam a se fechar sobre si e sua zona de influência.

Esse aspecto soma-se ao segundo mencionado: a primazia holista dada pelo homem ibérico a seu lugar de origem. A província, a cidade e a vizinhança eram categorias básicas para o senso de identidade desse indivíduo, abaixo apenas de sua relação para com a família. Alianças e antagonismos, tanto no Velho quanto no Novo mundo muitas vezes tinham origem em suas ligações com o solo onde se nascera. Em última instância, a grande querela entre peninsulares e *criollos*, que foi ganhando força no decorrer do período colonial pelas vantagens oferecidas aos primeiros, tratava-se meramente da valoração de um local de nascimento em detrimento de outro.

Tratam-se, portanto, de dois fatores diretamente relacionados com aspectos espaciais do tal modelo de povoamento. Podemos, dessa forma, afirmar que a cidade e o modo como foi pensada e implementada na América espanhola acabou por desempenhar um papel fundamental no delineamento da própria sociedade que surgiria na região, sendo responsável por muitas de suas especificidades.

Isso porque o mundo urbano encerra um dinamismo superior ao do mundo rural, sendo um local privilegiado para produção de significados e mudanças. A cidade acelera as transformações de todas as dimensões da vida coletiva humana: política, econômica, social e cultural. É, nesse sentido, percebida por Ianni como sendo o lugar onde

se desenvolvem as relações, os processos e estruturas que constituem as formas de sociabilidade. Muito do que se faz e imagina nos mais diferentes círculos sociais, em âmbito micro e macro, aí ressoam. São muitas as diversidades e desigualdades, tanto quanto os impasses e os horizontes da sociedade que se expressam na cidade.<sup>22</sup>

A formação precoce da cidade na América espanhola e sua escolha centro do modelo de povoamento acabou por se relacionar, assim, com aspectos fundamentais de sua construção identitária. Isso porque, como vimos, a base cultural inicial da América ibérica encontrava uma matriz unitária, ligada a valores holistas, embora com diferenças básicas entre o pensamento português e o pensamento espanhol<sup>23</sup>. Dentro do mundo hispânico, o nível identidade fundamental era o de súdito da Monarquia Católica, mentalidade que, como aponta Guerra, era dominante ainda na ocasião das independências.

Se podemos pensar que a identidade possui dois registros fundamentais; o registro político, relacionado com o fato de se pertencer a uma coletividade de condição política reconhecida e possuindo um território, instituições e um governo próprio; e o registro cultural,

<sup>22</sup> IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 123.

mais ligado com o conjunto de representações coletivas sobre as relações do grupo com o solo, a história, a província, seus vizinhos que seus membros partilham<sup>24</sup>; precisamos ter em mente que durante o período colonial, o registro cultural foi insuficiente para formar uma identidade justamente porque continuava atrelado ao modelo metropolitano. Os temas e o formato podiam sofrer variações, e podem ser verificadas inovações quanto ao *estilo* da produção, mas as representações coletivas ainda buscavam matrizes na condição de espanhol.

É devido a isso que Guerra dá ênfase ao registro político, no caso da América espanhola, como determinante, para sua formação de identidades, embora o político e o cultural sempre se embiquem e emaranhem-se.

A estrutura política hispano-americana reproduzia, com algumas variações, a estrutura política castelhana, dividida em *señorios*, juridicamente estando acima dos grandes municípios, abaixo dos quais, por fim teríamos uma profusão de *villas* e *pueblos*. Durante o período colonial, a maioria das circunscrições administrativas eram incertas e flutuantes, como na própria criação de Vice-Reinos, que fragmentavam outras unidades antes estabelecidas. As unidades mais estáveis da América hispânica ao longo dessa fase eram, desse modo, as cidades, que ademais, precederam a todas as outras unidades políticas. Os grandes municípios que então se desenvolveram passaram, com o tempo, a abarcar um vasto conjunto de cidades, vilas e *pueblos* dependentes, que se tornaram as comunidades políticas de base no continente.

O reconhecimento de sua idiossincrasia, ou seja, o processo de diferenciação inicial entre agrupamentos humanos com uma mesma base cultural na América espanhola se deu, portanto, a partir do isolamento de núcleos de povoamento que passaram construir uma memória coletiva na terra em que haviam nascido, se adaptando às condições que o meio lhes oferecia e absorvendo, de modos diferentes e em ritmos variados, a cultura dos povos antigos da América.

Essa força da identidade local, estimulada por fatores políticos e geográficos, conjugava-se com uma profusão de identidades culturais sobrepostas. Porque se essas identidades territoriais ocupavam um lugar fundamental na América, tendendo a englobar as demais com suas práticas locais que criavam uma memória coletiva formadora de um sentimento de unidade; a elas mesclavam-se as identidades sociais ligadas aos estamentos ou às etnias indígena e espanhola, e outras ligadas a grupos ou ordens específicas, em especial as religiosas. Paralelamente a tudo isso, havia ainda o nível intermediário de identidade

---

<sup>23</sup> Muitas das quais ligadas, de algum modo, com a Reconquista.

<sup>24</sup> GUERRA, Op.Cit, pp 13.

político/cultural; o de americanidade, relacionado com os direitos específicos dos Reinos das Índias, que se desenvolvia de acordo com o crescimento das tensões com a Metrópole.

Podemos perceber, assim, uma identidade *cultural* se formando a partir de uma identidade inicialmente *política*, tendo a cidade como seu ponto nevrálgico de intermediação. Se por ocasião das independências já tínhamos núcleos com características tão distintas entre si que não suportavam mais uma macro-integração, para entendermos seu processo de heterogeneização identitária, precisamos retornar a um certo período dentro do século XVI, quando começou se estruturar a sociedade urbana hispano-americana.

O mundo urbano, deste modo, desponta como protagonista de nossa reflexão, por toda a influência de suas múltiplas dimensões sobre os processos formação de identidades nos domínios espanhóis no Novo Mundo. Estas dimensões se relacionam especificamente com as características que marcam as diferenças entre os mundos urbano e rural – cuja linha divisória entre os quais, muitas vezes não aparece tão nitidamente traçada. Quais são afinal, os limites que distinguem uma cidade de uma aldeia, como questionam muitos autores que trabalham com história urbana, e quais são os elementos que, efetivamente, caracterizam este modo de vida urbano?

Para tais indagações, ficaremos com as respostas de Roncayolo, para quem, na falta de uma teoria geral das cidades, cuja elaboração seria problemática, dada toda a diversidade de estruturas que se encaixam neste conceito; torna-se essencial a noção de *centralidade*: o centro permanente de um culto de grupos humanos até então dispersos, um mercado permanente, a concentração de órgãos administrativos ou de decisão... enfim, uma *forma* que admite conteúdos variáveis. Estes conteúdos relacionam-se diretamente com o desenvolvimento histórico de cada cidade, que a modelam a partir do entrecruzamento de fatores específicos a cada assentamento urbano. A partir dessas aproximações iniciais, podemos adotar a seguinte definição geral:

A noção de cidade implica a aglomeração de toda uma população, ou seja, a concentração do habitat e das actividades. Actividades que se distinguem da exploração directa do solo, uma vez que conduzem à especialização das tarefas, e contribuem sobretudo para as trocas e a organização de uma sociedade; teremos assim um tipo de vida ou formas especiais de sociabilidade; uma arrumação dos espaços e dos serviços urbanos que implica uma organização colectiva.<sup>25</sup>

Barros, por sua vez, procura sistematizar as características específicas da cidade, a partir de pontos em comum de algumas definições das quais parte. Estas seriam então, de modo geral, a presença de um quantitativo populacional considerável, a ocorrência de uma considerável densidade populacional, um qualitativo populacional formado por indivíduos

socialmente heterogêneos, uma localização permanente, uma considerável extensão espacial, um padrão de espacialidade e de organização da propriedade, a ocorrência de um certo padrão de convivência, a identificação de um modo de vida característico dos cidadãos, a presença de ocupações não-agrícolas, a presença de um mercado, uma abertura externa, multifuncionalidade, uma relativa autonomia política e a presença de uma certa concentração de poderes. Em todo caso, a cidade, em geral, não pode ser analisada isoladamente: as suas relações com o território que a cerca, outras cidades ou ambiente natural, são fatores indispensáveis para compreender aspectos de suas dimensões internas, numa correlação entre seu interior e exterior. Estas dimensões, por sua vez, passam a poder ser melhor delimitadas a partir deste conceito geral. Barros destaca, entre elas, a historicidade da cidade, sua população, sua economia, seus elementos políticos, sua organização, sua forma, sua cultura, o imaginário que a envolve e, por fim, sua função.<sup>26</sup>

Todos estes fatores constitutivos do mundo urbano, embora muitas vezes analisados isoladamente, necessariamente se inter-relacionam, e perpassarão este trabalho de diferentes modos. Daremos ênfase, no entanto, a suas características política e cultural – incluindo-se o imaginário dentro deste – uma vez são os que ligam-se mais diretamente a nosso objeto, a influência do mundo urbano na elaboração dos registros identitários político e cultural.

A função política da cidade relaciona-se com as estruturas de poder que se estabelecem dentro do mundo urbano, em seus diversos sentidos. A cidade é o lugar por excelência onde se dá o exercício da vida política de uma sociedade, é o local que abriga os poderes municipais e, eventualmente, os poderes estatais mais amplos – e de onde emerge a tensão entre ambos os níveis, principalmente na emergência de redes urbanas interligadas. É também na cidade que se situa toda uma multiplicidade de poderes e micro-poderes de todo gênero, para além das instituições governamentais, que refletem os modelos específicos de sociabilidades de dada comunidade. Devido a isso, é ainda o ambiente urbano a principal sede das lutas sociais, onde se chocam os interesses dos micro-poderes que compõem a sociedade.

Deste panorama, emergem diversas formas de se encarar o poder e a política urbana, algumas complementares, outras antagônicas: uma linha conhecida como “teoria piramidal” ou da “estratificação social”, por exemplo, sugere que, com a distribuição desigual do poder, a partir da própria desigualdade socio-econômica, registraria-se uma exclusão de boa parte da população das decisões de interesse coletivo. Desse modo, uma elite, dotada de

---

<sup>25</sup> RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopedia Einaudi*. vol.8. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986, pp. 397.

<sup>26</sup> BARROS, José D’Assunção. *Cidade e História*. Petropolis: Vozes, 2007.



homogeneidade e coesão, valendo-se de seu monopólio do poder, prestígio e influência, seria capaz de controlar a esfera política de sua comunidade, mesmo sem ocupar os cargos de gestores – os quais, voluntaria ou involuntariamente acabariam por acompanhar as decisões previamente tomadas por tal “elite do poder”. Uma segunda linha, conhecida como “teoria pluralista”, propõe um modelo praticamente inverso ao primeiro. Segundo esta teoria, nenhum grupo específico exerceria um controle sistemático e permanente sobre as decisões locais ocorrendo, antes, uma competição entre os vários grupos existentes pelo controle dos recursos disponíveis nos vários setores de organização econômica, política e social da comunidade. Neste modelo, não haveria uma distinção comprovada entre uma elite monopolizadora do poder e uma maioria dele excluída, devido, justamente, à existência de micro-poderes dentro de cada camada da sociedade capazes de se influenciar mutuamente, mesmo que em graus diferentes. Seguindo um caminho paralelo e complementar a este, o pensador Franco Ferrarotti pensa a cidade como uma realidade social global, constituída por uma multiplicidade de sistemas de poder que se inter-relacionam, dotados de uma autonomia e de lógicas de desenvolvimento relativamente independentes.<sup>27</sup> É nesta perspectiva que este trabalho encara o funcionamento urbano, e assim analisamos os níveis de poder existentes dentro da Cidade do México no período estudado.

As funções da cidade relacionadas com a cultura, por sua vez, são tão abrangentes, dada a própria polissemia do termo, que precisamos delimitar a área do conceito que nos atende mais diretamente, sob o risco de nos perdermos em sua vastidão. Os debates iniciais sobre cultura urbana partem, em geral, da questão da existência ou não de uma cultura especificamente gerada na cidade; de uma “personalidade” típica do homem que vive neste ambiente – o que remete à velha contraposição entre os mundos urbano e rural, além da questão da produção de uma cultura letrada ou “erudita”, essencialmente ligada à cidade, em contraposição a uma cultura “popular”, sendo esta dotada de múltiplas acepções. Não iremos enveredar por este caminho. Desta discussão iremos apenas destacar a produção, de fato, pela cidade de uma cultura material de características bastante específicas, e a existência de um imaginário da qual ela é, simultaneamente, criadora e objeto.<sup>28</sup> A dinâmica cultural urbana daí

---

<sup>27</sup> Cf. BARROS, Idem, em especial pp. 62-67.

<sup>28</sup> Um exemplo de fusão destas duas perspectivas pode ser encontrado na obra de Giulio Carlo Argan, “História da arte como História da Cidade”, onde a cidade é tomada como artefato e geratriz da arte. Em seu segundo capítulo, após iniciar citando Mumford – “A cidade favorece a arte, é a própria arte” – Argan declara que “Portanto, ela não é apenas (...) um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma.” ARGAN, Giulio Carlo. *A História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 73

oriunda, é responsável por uma ativa circulação de idéias, sendo uma potencializadora de transformações no interior da sociedade sem paralelos no mundo rural.

Isto se relaciona, se acompanharmos uma vez mais Roncayolo, com uma dupla característica, aparentemente antagônicas, deste meio: o da cidade enquanto, simultaneamente, *unificadora cultural* e *produtora de subculturas*. Se compreendermos esta cultura urbana como um conjunto de comportamentos e atitudes, temos que encará-la como uma estrutura que facilita o intercâmbio cultural entre grupos heterogêneos dentro da sociedade, onde as idéias que se tornam dominantes<sup>29</sup> tenderiam a dar certo ar de homogeneidade à sociedade que as compõem. Assim, língua, religião e modo de vida tenderiam a seguir um padrão a partir de uma *difusão* de idéias dominantes, transmutáveis com o tempo a partir do surgimento de idéias concorrentes. Por outro lado, porém, a cidade é também criadora de toda uma multiplicidade de subculturas locais, relacionadas com classes sociais, grupos étnicos, etários ou religiosos, partidos políticos, associações profissionais, entre outras possibilidades, cada qual com seus próprios códigos e valores definidores, capazes de se alocar como importantes camadas identitárias<sup>30</sup>. O contato entre diferentes cidades, diferentes realidades, algo também característico do mundo urbano, acaba por ampliar a circulação de elementos culturais e idéias, tornando esta realidade ainda mais dinâmica.

Como assinalamos, o processo de povoamento da América espanhola foi claramente centrado na implementação de uma sociedade urbana. Cabe-nos então questionar, até que ponto esta alegada dinâmica citatina fez-se presente nesta região. Perguntar sobre o funcionamento de suas sociabilidades, a circulação de suas idéias, a possibilidade dos habitantes destas cidades em participar das decisões que envolviam sua comunidade, gerando algum tipo de cultura política; dentro de um modelo que, juridicamente, estava sob a tutela de uma Coroa que possuía intenções controladoras, ordenadoras e homogeneizantes para seus domínios. Se já mencionamos acima a importância da opção do modelo urbano para a delimitação das identidades coletivas na América hispânica, resta-nos tentar demonstrar os caminhos percorridos em de tal processo, e, dentro deste, o papel dos registros político e cultural.

Para tanto, tomaremos a Cidade do México como exemplo de caso, por ter sido a cidade de maior expressão do período colonial hispano-americano, saltando em maior relevo, desse modo, as estruturas que nos propomos a analisar, nos oferecendo, ainda, as fontes

---

<sup>29</sup> O que pode se dar através de processos muito variados, dentro das disputas de modelos concorrentes entre si.

<sup>30</sup> RONCAYOLO, Op.Cit.

quantitativa e qualitativamente necessárias para tal propósito. O corte cronológico, 1521-1564 – datas, respectivamente, da tomada de Tenochtitlán por Cortez e do término do governo do segundo vice-rei de Nova Espanha, Luis de Velasco – corresponde ao período no qual, segundo compreendemos, foram implementadas as instituições políticas e culturais que delineariam, em grande parte, processo de formação de identidades da região. De acordo com a necessidade, iremos nos valer da comparação do México para com outras regiões, sempre procurando manter uma contraposição entre o “todo” e o local; além de, em certas ocasiões, buscar dados em momentos anteriores ou posteriores a nosso corte cronológico que consideremos pertinentes à complementação de nossas informações.

De modo mais formal, este trabalho insere-se dentro do campo da História Política, dialogando com determinados temas e abordagens da História Cultural.

A História Política, ou “Nova História Política”, como vem sendo chamada, passou por uma profunda reformulação em termos de conceitos, abordagens e metodologia, após algumas décadas onde foi alvo de inúmeras críticas, que levaram a uma retração do número de estudos neste campo – período que corresponde à clara hegemonia da História Social e História Econômica. Este novo modelo de História Política é marcado pela superação do elitismo e incorporação do coletivo, relacionando-se de forma mais próxima com a História Intelectual, a Ciência Política e as Relações Internacionais; além de estabelecer uma nova e profícua ligação com o conceito de cultura, direcionado para a cultura política.

Esses novos relacionamentos trouxeram grande riqueza de possibilidades e toda uma gama de novos temas para a história política. Barros destaca, entre estes, os processos políticos; as relações entre as unidades políticas; as relações políticas entre grupos sociais; as relações inter-individuais, ligadas ao estabelecimento de micro-poderes; as representações políticas, que incluem os símbolos, os mitos políticos e as representações do poder e a organização das unidades políticas, a destacar os Estados, as cidades e suas instituições.<sup>31</sup> Angela de Castro Gomes assinala, ainda, algumas orientações inovadoras e fundamentais desta re-significação da História Política: a) o campo goza de autonomia plena, não sendo redutível a nenhuma superestrutura ou qualquer outro determinante, não atribuindo para si, no entanto, atributos especiais sobre outros campos. b) o campo é dotado de historicidade, como qualquer outro conceito, sendo portanto mutável através do tempo e do espaço. c) A História Política é dotadas de fronteiras fluidas para com outros campos da realidade social, em

especial com as questões culturais, uma vez que as interpretações políticas abarcam tanto fenômenos centrados em eventos quanto eventos de mais longa duração, como a delimitação de uma mentalidade ou cultura política de um grupo maior ou menor. d) O campo privilegia, de fato, o “acontecimento”, não o superestimando ou banalizando, mas apenas lhe investindo um valor próprio, em grande parte lhe atribuído por seus contemporâneos – daí a necessidade de uma valoração das análises das relações memória-história. e) A história do tempo presente integra a área de atuação da História Política, onde se dá uma maior aproximação dos trabalhos e cientistas políticos e sociais. f) A História Política também sofre o impacto da absorção de novos objetos e metodologias.<sup>32</sup>

Compartilhamos a visão de História Política com a autora, tendo como ênfases, em nosso trabalho, a organização política das cidades, levando em conta as relações políticas entre os grupos sociais, assim como nos micro-poderes que se estabelecem a partir das relações inter-individuais; o que nos traz a necessidade de um amplo diálogo com a História Cultural.

Herdeira maior da história das mentalidades francesa, esse novo campo desponta no século XXI como talvez o terreno que mais tem atraído o interesse de historiadores nos últimos tempos. A polissemia do termo cultura gerou distintas vertentes de como se trabalhar com tal conceito, o que não deixa de criar certas correntes polêmicas. Porém, de modo geral, podemos dizer que ela também se afasta dos estruturalismos econômicos e sociais, e trabalha com a heterogeneidade dos grupos sociais através de conceitos como “*habitus*”, além das especificidades do processo histórico e resistências culturais; sendo dividida por Vainfas, de modo amplo, em três grandes linhas, que podem ser associadas a trabalhos realizados por três historiadores específicos: Chartier, Thompson e Ginzburg.

Chartier trabalha com as categorias de *apropriação* e *representação*, nesta estando incluídas as configurações mentais através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes mundos, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social e as instituições que marcam a existência do grupo, da classe ou da comunidade. Já Thompson, com sua “versão marxista da história cultural”, trabalha o campo de cultura popular com o objetivo de, através de suas manifestações, mostrar a resistência popular e seu papel na formação de uma identidade de classe pré-política em uma Inglaterra que se industrializava; lutando por suas tradições, ritos e cotidiano. Por fim, Ginzburg trabalha com o

<sup>31</sup> BARROS, José D’Asunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 108.

<sup>32</sup> GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: *Revista Estudos Históricos: Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 9, No 17, 1996, pp.63-64.

conceito de cultura popular, um conjunto de atitudes, crenças e códigos de comportamento, que não se confunde com uma cultura imposta pelas classes dominantes; ambos os níveis – popular e erudito – se influenciando mutuamente em um processo que o historiador chama de circularidade cultural.<sup>33</sup>

Nosso trabalho se aproxima bastante das idéias de Chartier, principalmente dos conceitos de apropriação e representação, e seu papel na construção identitária, embora, pela afinidade que possuímos com o trabalho de Ginzburg, elementos de sua visão por vezes se façam notar.

Já quanto ao domínio temático específico deste trabalho, sua inserção na área da História Urbana é clara. Já mencionamos, acima, os aspectos dos estudos sobre as cidades mais pertinentes à nossa análise. Resta-nos, porém, melhor circunscrever nossa relação com tal área, dimensionando alguns significados de um domínio de estudo que, institucionalmente, tem uma das mais longas trajetórias.

Ocorre que a cidade, por todas as possibilidades que encerra em si, há muito já é alvo de múltiplas reflexões, gerando toda a sorte de formas de se encarar o ambiente urbano. De um lado temos, por exemplo, uma visão de “a cidade enquanto depositário de toda a virtude”, como a procurou pensar Voltaire, nela identificando a civilização produzida pela dupla chave “indústria e prazer” e assim produzindo a razão; noção compartilhada por Fichte, que a via como grande agente formadora da cultura. Por outro lado temos a interpretação que na cidade identificava a fonte de todo vício, como nas críticas de arcaístas que buscavam, cada um à sua maneira, uma volta à sociedade agrária ou às pequenas cidades, rejeitando a idade da máquina; além de futuristas, reformistas sociais que viam na cidade capitalista a fonte de toda injustiça social.<sup>34</sup> O fato é que, da Antiguidade até fins da Idade Moderna, poetas, cronistas, romancistas, teólogos, arquitetos e filósofo já se debruçavam sobre questões relacionadas ao ambiente urbano, com focos e intenções das mais díspares. Porém, a aceleração do processo de urbanização no século XIX, acompanhada da institucionalização de grupos de “pensadores da sociedade”.

Deste modo, encontramos em “*A cidade Antiga*” (1864), de Fustel de Coulanges, um dos primeiros trabalhos sistematizando estudos sobre a formação do espaço urbano, relacionando sua origem com a propriedade privada, a família e a religião. Apesar das posteriores críticas à sua metodologia e resultados obtidos, Coulanges levantou uma série de

---

<sup>33</sup> VAIFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAIFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

questões que ainda encontram ponto de partida em seu trabalho, como as relações entre a religião e a cidade. O século XIX ainda veria uma seqüência de estudos sobre a cidade, que se multiplicariam nas primeiras décadas do XX.com destaque para “*Conceitos e Categorias de Cidade*”(1921), onde Max Weber procurou relacionar política e econômica como fundamentos do mundo urbano, criando uma tipologia destinada a relacionar sua origem às funções econômicas. Os aspectos econômicos da cidade seriam retomados em 1927 na obra, também clássica de Henri Pirenne, “*As cidades da Idade Média*”. Gustave Glotz, por sua vez, em “*A cidade grega*” (1928), como um dos opositores de Coulanges, introduz o indivíduo como elemento ativo na constituição do fenômeno urbano. O decorrer do século XX trouxe para o debate urbano a produção de modelos tão mais elaborados quanto díspares entre si, onde se buscava uma tipologia ideal para a cidade. Assim, enquanto Kelvin Lynch criava as categorias básicas de “cidades cósmicas”, “cidades práticas” e “cidades orgânicas”, realcionadas com seus padrões de funcionamento e transformação; Fernando Braudel examinou suas tendências a partir de uma classificação em “cidades abertas”, “cidades fechadas” e “cidades sob tutela”. Outra vertente bastante profícua de estudos sobre a cidade foi a que produziu modelos biológicos e ecológicos para tipificar as possibilidades urbanas, além dos modelos que passaram a entendê-la como um sistema.<sup>35</sup>

Esta proliferação de modelos relaciona-se exatamente com o papel cada vez mais central que a cidade passou a desempenhar dentro das sociedades, em mundo cada vez mais urbano. Suas qualidades assim como os problemas a ela ligados são alvo de reflexão de áreas das mais diversas, da arquitetura à sociologia, da saúde pública à psicologia, cada qual trazendo respostas divergentes de acordo com seu olhar próprio sobre um ambiental tão plural por si mesmo.

Na América Latina, a produção historiográfica sobre o mundo urbano sempre foi mais limitada e dependente dos modelos externos. Entre expoentes deste campo na região, devemos citar José Luis Romero, que entendeu a cidade hispano-americana como centros de poder que garantiram a manutenção da cultura européia na região, ao mesmo tempo em que dirigiram o processo de diferenciação local; e Angel Rama, que partindo dos anseios da Coroa espanhola em estabelecer uma *cidade ordenada* no Novo Mundo, demonstra como esta acabou por gerar uma *cidade letrada*, o que marcaria todo seu posterior desenvolvimento. O trabalho de ambos nos serve como ponto de partida para nossa reflexão, interpolada com as considerações de

---

<sup>34</sup> As idéias de cidade no pensamento europeu são tema de um artigo em SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

François-Xavier Guerra sobre o papel deste mundo urbano nos processos de formação identitária na América.

Pretendemos, deste modo, demonstrar como a opção da Coroa espanhola por um modelo de povoamento que privilegiava o espaço urbano acabou gerando uma sociedade que encerrava, em si, elementos com potencial elevado para o estabelecimento de uma diferenciação identitária, inicialmente de caráter político, a partir do qual, se desenvolveria em termos culturais. Tratou-se, certamente, de um processo gradual, composto por elementos que se integraram à sociedade hispano-americana ao longo dos três séculos de vida colonial. Suas formas mais basilares, no entanto, parecem ter se estabelecido ainda durante o XVI, compondo o solo onde os demais elementos precisariam se acomodar. A dimensão da cidade, decerto, influenciou o dinamismo de sua realidade, e nenhuma cidade teve tanta expressão na América espanhola colonial quanto o México, escolhido, como já mencionado acima, como nosso exemplo de caso, com destaque para o período entre 1519 e 1564 enquanto período de estabelecimento e sedimentação dos elementos fundamentais para seu processo de formação de identidades.

Para tanto, trabalhamos metodologicamente com de fontes de naturezas diversas, escolhidas qualitativamente. Destacamos, desse modo, cronistas, como os conquistadores Hernán Cortez e Bernal Diaz de Castillo; e missionários, como o padre José Acosta e o frei Geronimo de Mendieta, em seu o trabalho de síntese. Utilizamos ainda algumas compilações de documentos, como a organizada pelo padre Mariano Cuevas, além da, para nós essencial, *Recopilacion de las leyes de los Reynos de las Indias*. Outras fontes tiveram grande relevância para cruzamento de informações, entre as quais destacamos a grande obra de síntese de Antonio de Herrera, e textos literários de autores como Bernardo Balbuena de Cervantes de Salazar. Para o trabalho com as cidades antigas da América, devemos destacar ainda a utilização dos trabalhos realizados por arqueólogos que tentaram interpretar o significado de seus espaços urbanos, além de historiadores que se incubiram de reinterpretar os significados de aspectos de sua escrita que lançaram um novo olhar sobre a forma como os astecas poderiam ter encarado seu ambiente urbano.

Em termos de forma, dividimos o corpo deste trabalho em dois capítulos: o primeiro é responsável por tratar dos aspectos mais mentais e simbólicos relacionados com a cidade, da visão que ibéricos e astecas tinham deste tipo de ambiente à forma como conquistadores teriam planejado a implementação de seu povoamento – em suma, as percepções do mundo

---

<sup>35</sup> RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cf. também BARROS, 2007, Op.Cit.

urbano em vigor naquele momento. O segundo, por sua vez, trabalha com a implementação física desta cidade e as formas de adaptação a novo ambiente, que não era, de fato, espanhol ou indígena, de europeus transmigrados e astecas submetidos. Neste sentido, destacamos o papel das instituições espanholas, em especial dos *cabildos* enquanto local de expressão dos poderes locais. Por fim, este capítulo procura demonstrar como uma esfera cultural teria se formado a partir desta esfera primariamente política. O primeiro capítulo, desse modo, trata essencialmente de aspectos *mentais* do mundo urbano enquanto o segundo trata de seus aspectos *físicos*, ou seja, *pensamento e ação*.

Sobre estes capítulos, gostaríamos apenas de fazer uma ressalva: há um sensível descompasso entre o tamanho de ambos, sendo o segundo quase o dobro do primeiro. Inicialmente o segundo capítulo deveria ter sido dois, mas, durante seu próprio processo de elaboração, percebemos uma continuidade na linha de pensamento seguida que seria prejudicada com sua quebra. Ampliar o tamanho do primeiro para equilibrá-los, por sua vez, implicaria em um acréscimo de informações não efetivamente relevantes, o que seria igualmente contra-produtivo. Deste modo, optamos por sacrificar sua “estética” em prol de uma clara colocação de idéias, algo que foi nossa intenção em todo o trabalho.



## 1 PERCEPÇÕES DO MUNDO URBANO

“Quien no poblare no hará buena conquista, y no conquistando la tierra, no se convertirá la gent”  
*López de Gómara, História General de las Indias (1532)*

Quando se trabalha com a Conquista da América e a organização do império espanhol no Novo Mundo, poucas são as frases tantas vezes citadas quanto a do eclesiástico Francisco López de Gómara, mesmo este jamais tendo pisado na América.<sup>36</sup>

Talvez isso se deva à notável capacidade que a frase possui em sintetizar alguns dos elementos mais importantes da empresa espanhola no Novo Mundo. Se a evangelização despontava como justificativa fundamental do empreendimento, “conquistar a terra”, ou seja, garantir o controle sobre aquele espaço, era o único meio viável de se alcançar tal fim, o que só poderia ser realizado através de seu povoamento.

Desse modo, já em 1542 a Real Provision de Carlos I destacava que

(...) aviendo muchos años ha tenido voluntad y determinacion de nos ocupar de espacio en las cosas de las yndias por la grande ymportancia dellas asi en lo tocante al seruiicio de dios nuestro señor y abmento de su sancta fee catholica como en la conseruacion de los naturales de aquellas partes y buen gouierno y conseruaioion de sus personas (...)<sup>37</sup>,

sendo estas as motivações para as *ordenanzas* que se seguiriam. Tais intenções foram ratificadas e esmiuçadas nas *Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias* de Felipe II, de 1573, onde se encarregava o “descobridor”<sup>38</sup> de, após informar as descobertas à Audiência e enviar um relato do processo ao Conselho das Índias, iniciar o processo de povoamento. Desse modo, na seqüência desejada para a continuidade dos processos de “descobrimientos” e ocupação do território americano – um movimento cíclico – ordenava-se que

(...) lo questa descubierto paçifico y debaxo de nuestras obediencias se pueble asi despañoles como de indios y en lo poblado se de asiento y perpetuidad en entrambas repúblicas (...) Haiendose poblado y dado asiento en lo questa descubierto paçifico y debaxo de nuestra obediencia se trate de descubrir y de poblar lo que con ellos confina y de nueuo se fuere descubriendo (...)<sup>39</sup>

<sup>36</sup> Seus relatos foram elaborados a partir de outras fontes às quais teve acesso, além do próprio Hernán Cortéz, de quem era capelão.

<sup>37</sup> REAL PROVISION DE CARLOS I de 1542. Disponível em <<http://www.lablaa.org/blaavirtual/historia/colonia2/1.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

<sup>38</sup> O uso termo “conquistador” é explicitamente vetado pela própria ordenanza, sendo “descobridor” o termo utilizado em todo o documento.

<sup>39</sup> ORDENANZAS DE FELIPE II sobre descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias. Disponível em <[http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1573-382/Ordenanzas\\_de\\_Felipe\\_II\\_sobre\\_descubrimiento\\_nueva\\_1176.shtml](http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1573-382/Ordenanzas_de_Felipe_II_sobre_descubrimiento_nueva_1176.shtml)>. Acesso em: 12 jan. 2008.

Tais *Ordenanzas* de 1573, ao passo em que estabeleciam as direções a serem seguidas por aqueles que estavam encarregados de descobrir e povoar, para assim assegurar a evangelização, deixavam transparecer, ainda, tanto o desejo de controle do processo pelo poder central – após uma primeira e perigosa fase inicial onde os “descobridores” acabaram por exacerbar o uso do poder, ameaçando tornar-se unidades quase autônomas – quanto o objetivo de que a ocupação se desse de uma forma ordenada.

*Povoamento, evangelização, controle e ordem* eram, nesse sentido, palavras-chave para o projeto imperial elaborado pela Espanha para América. Esse projeto, como não poderia deixar de ser, estava inserido dentro de uma determinada cultura política vigente na península naquele momento. O significado pragmático e simbólico dessas quatro palavras dentro dessa cultura política será discutido mais adiante. O importante no momento é frisar que o ponto de convergência de todas elas, o local de onde seu próprio exercício pôde se dar, foi o *espacio urbano*. O estabelecimento de cidades e vilas foi o modelo básico de povoamento aplicado à toda a América hispânica, com estruturas físicas ordenadas – que deveriam garantir também a ordem interna dessas novas comunidades implantadas – o que facilitaria o controle pela Coroa de cada aspecto de seus domínios ultramarinos. Do mesmo modo, o processo de evangelização, após um período inicial de experimentações e amadurecimento, encontrou nas reduções e missões um espaço privilegiado para sua execução, implantando as bases de um processo específico de urbanização, uma vez que foram as matrizes de muitos *pueblos* de índios.

A cidade implantada na América espanhola, portanto, não era uma cidade *orgânica* como a medieval, que nascia e se desenvolvia de acordo com as necessidades e circunstâncias: tratava-se de uma cidade *pensada*, uma vez que sua fundação deveria, ao menos em tese, ser autorizada, devendo assim se encaixar dentro do planejamento imperial maior, e acompanhar um projeto ordenador pré-determinado. Além disso, era uma cidade que surgia acompanhando uma visão específica sobre um mundo urbano que já era, entre os séculos XV e XVI, objeto de reflexão e valoração.

### **1.1 A visão hispânica**

É necessário levar em conta que uma cidade não é apenas sua estrutura física: todos os espaços urbanos são, entre outras coisas, também uma projeção de um certo imaginário no espaço. Sua concepção envolve intenções e expectativas, e a forma como é encarada pode variar entre os extremos da salvação ou perdição, do espaço sagrado ou do local do profano.

Por ocasião da Conquista, podemos identificar pelo menos quatro elementos dos quais derivava uma visão ibérica de cidade ideal, se fundindo e reinterpretando desde o século XIII, conforme definiu Richard Morse<sup>40</sup>: em primeiro lugar, a noção grega de pólis, uma entidade “política” de grupos integrados funcionalmente. No mundo hispânico, a *vizinhaça* era a categoria comunitária mais básica do reino, de onde emanava a identificação do indivíduo com uma determinada localidade. No século XVI, uma pessoa, para ser considerada “natural” da Espanha precisava primeiramente ser vizinho de dada comunidade<sup>41</sup>. Temos, desse modo, a identidade local como elemento fundamental para a construção de uma identificação com o próprio reino. O mais curioso é notar que o que determinava quem poderia ou não ser vizinho de dado povoado, a despeito de uma infinidade de disposições locais que sofriam grande variação, em última instância se resumia a ter afinidade com aquela comunidade, ou seja, ter apreço por ela suficiente para desejar ser vizinho dela. Uma característica, portanto, de natureza holista, determinava a relação do indivíduo com o Reino.

Em segundo lugar, a noção imperial romana de que a municipalidade era um instrumento para “civilizar” povos rurais. A cidade era, nesse sentido, o modelo ideal de organização coletiva humana, a forma “perfeita”, como defendida por Aristóteles e reiterado por Bartolomé de las Casas em sua *Apologética História Sumaria*. Essa concepção que opunha a “pólis” civilizada à barbárie dos não civilizados; persistiu pela maior parte da história da América ibérica, chegando a Sarmiento em sua obsessão pelas cidades como focos civilizadores através de uma educação letrada. Essa dicotomia entre os mundos urbano e rural, está presente ainda no terceiro elemento identificado por Morse, a noção agostiniana de uma Cidade de Deus, que opunha um paradigma de perfeição cristã aos vícios da cidade terrena. Podemos identificá-lo nas missões e reduções de jesuítas e franciscanos que acreditaram no isolamento do mundo de vícios do conquistador como uma forma de preservar o indígena, contextualizados, nesse sentido, os milenarismos que a salvação desses povos envolvia.

Por fim, podemos citar as visões edênicas de que cidades do ouro e o paraíso terrestre poderiam ser descobertos em terras distantes, ou mesmo de cidades de pobreza, humildade e devoção que poderiam ser erigidas no novo continente. Em nenhum momento posterior foi forte como no XVI a crença no fantástico, onde as Amazonas, o El Dorado e o Reino de Preste João foram o destino de muitos descobridores.

---

<sup>40</sup> MORSE, R. O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. Vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998, pp 60-61.

<sup>41</sup> Esse tema é bastante aprofundado pelo artigo de HERZOG, Tamar. Identidades Modernas: Estado, comunidade e nação no Império Hispânico. In.: JANCÓSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Unijuí, 2003.

Embora alguns destes elementos se tornassem mais explícitos na fala de juristas, teólogos e missionários, eles encontravam-se introjetados na mentalidade dos colonizadores e construtores de cidades. Assim, quando Gómara descreve a reconstrução de Tenochtitlán empreendida por Hernán Cortez, podemos perceber muito dessa visão implícita em suas palavras:

Quisó Cortés reedificar a Mexico, no tanto por el sitio y majestad del pueblo quanto por el nombre y fama, y por hacer lo que deshiro; y así trabajó que fuese mayor y mejor e más poblado. Nombró alcaldes, regidores, almontacenes (...) y los demás oficios que há menester un consejo (...) habiendo señalado suelo para iglesias, plazas, atarazanas y otros edificios públicos e comunes. Mandó que el barrio deespañoles fuese apartado del barrio de los indios (...)<sup>42</sup>

Por um lado, o espaço foi reedificado por seu significado simbólico, já que Cortéz poderia perfeitamente edificar uma nova cidade para servir como centro administrativo da região que então conquistava. O próprio Cortéz, após concluir seu orgulhoso trabalho, afirma

Depois de reconstruída a cidade, passei para lá com toda gente de minha companhia e a cada um dos que foram conquistadores em nome de vossa alteza dei um solar dos nobres que ali viviam.<sup>43</sup>

Talvez a escolha das antigas residências dos nobres astecas para ser distribuída entre os homens que Cortéz queria premiar tenha se dado por motivos mais pragmáticos, como o fato de serem as melhores habitações, mas talvez possamos detectar nessa opção também um certo simbolismo. A própria utilização do termo nobre indica uma associação ou transferência de valores culturais bastante relevante, se consideramos que se tratavam de homens cujas motivações incluíam, como veremos, fortes intenções nobiliárquicas.

Por outro lado, Cortéz logo tratou de erigir as instituições das quais um centro urbano como o entedia o espanhol não podia prescindir. E, embora separados em bairros diferentes, os índios deveriam permanecer na cidade, única forma de serem aculturados – ou melhor, *civilizados*, o que, em última instância, também significava *evangelizados*.

Esta função ficou a cargo dos missionários, em especial franciscanos, que desde cedo se dedicaram ao combate das idolatrias. Parte essencial desse trabalho era, uma vez mais, a reconfiguração do espaço. Serge Gruzinski, que estudou exaustivamente o papel da utilização de imagens como instrumento pedagógico pelos evangelizadores, mostra como a destruição de ídolos, manuscritos pintados, baixos-relevos, afrescos e monumentos foi apenas uma primeira etapa do processo: era necessário capturar o imaginário dos nativos e para isso a própria ordem visual era um forte condicionador. Para tanto, foram importados da Europa gravuras, estátuas e quadros que forneciam a imagem de mundo que se queria propagar.

<sup>42</sup> GÓMARA, Francisco López. *Historia de la Conquista de Mexico* vol II. Mexico: Editorial Pedro Robredo, 1943, pp 104.

<sup>43</sup> CORTEZ, Hernan. *A Conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 2007, pp 165.

Ainda mais significativo era o gesto, já efetuado pelos primeiros conquistadores, de colocar nos santuários pagãos efígies das divindades cristãs, gesto simples que ressacralizava aquele espaço. Com a consolidação do domínio espanhol, os antigos templos foram derrubados, e em vários casos, sobre o mesmo local, erguidas igrejas. Em pouco tempo o México estava repleto de edificações cristãs que impunham uma nova ordem visual a seus habitantes e tornava aquele solo qualitativamente superior ao do mundo profano que o rodeava. Tratava-se da implementação de uma

arquitectura monástica, que cubrió la tierra mexicana con sus redes de capillas, Iglesias y conventos, [o que] contribuyó poderosamente a crear un paisaje monumental que apoyaba la difusión del orden visual occidental.<sup>44</sup>

O poder de consagração do solo que tais construções possuíam no imaginário espanhol está claro nas palavras do frei Geronimo de Mendieta quando, após descrever a edificação da igreja de São Francisco do México e multiplicação de templos católicos, nos diz:

Y así como se iban haciendo las iglesias de los monesterios, iban poniendo el Santísimo Sacramento, y por el conseguinte cesando los aparecimientos y ilusiones del demonio, que antes de esto eran muy continuas.<sup>45</sup>

O poder dos templos após consagrados, por si só, seriam assim capazes de modificar o próprio espaço natural a seu redor:

Una cosa notable acaeció cuando se puso el Santísimo Sacramento en Mexico, y fué que un volcan muy alto que juntamente con otra alta sierra cerca de él suelen estar nevados mucha parte del año y echaba siempre humo, cesó de lo echar desde entonces por espacio de casi veite años, y despues volvió á echarlo como ahora lo echa.<sup>46</sup>

Percebemos, então, que no momento em que se iniciou o processo de ocupação do território hispano-americano, subjazia no colonizador uma visão de cidade rica em simbolismos, mesmo que inconscientes. O urbano, a municipalidade, a ordem, o espaço sagrado são todos termos que de algum modo encontravam-se introjetados nesse homem e que guiavam suas ações. A cidade moldou o homem tanto quanto o homem moldou a cidade, num processo circular.

Em grande parte isso se deve ao momento específico em que se encontrava a Europa, que correspondia ao período de separação entre as palavras e as coisas, trabalhada por Foucault. Nessa fase, a nova visão dos signos teria tornado possível a idealização das cidades regida por uma razão ordenadora, criada a partir de linguagens simbólicas, dentre as quais se poderia destacar o papel da matemática e do desenho gráfico com seus planos. Tratava-se

---

<sup>44</sup> GRUZINSKI, Serge. Las repercusiones de la Conquista: la experiencia novohispana. In: *Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años*. Compilado por Carmen Bernand. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1998, pp 165. Cf também . GRUZINKI, Serge. A guerra das imagens e a ocidentalização da América. In: *América em tempo de conquista*. Organizado por Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Zahar ed, 1992.

<sup>45</sup> MENDIETA, Frei Geronimo de. *História Eclesiástica Indiana*. México: Porrúa, 1980, pp. 223.

<sup>46</sup> Idem, pp.224.

ainda do momento em que a palavra escrita tornou-se a única “verdadeira”, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. Palavra que poderia atravessar o oceano para garantir o controle de uma sociedade em processo de moldagem.

Por tudo isso, a cidade hispano-americana era, para Angel Rama, antes de tudo um fruto da razão, inscrita em um ciclo da cultura universal onde passou a representar o sonho de uma ordem. E a América se mostrou uma oportunidade única para a imaginação, uma vez que representava, ao menos teoricamente, uma “tábula rasa” para um novo modelo de urbanização, para a criação de um formato perfeito para o modelo ideal.<sup>47</sup>

Desde suas origens, portanto, as cidades americanas teriam uma dupla vida: uma correspondente à ordem física e outra à ordem dos signos. Sua fundação, mais do que erguer a cidade física, criava uma sociedade, e esse próprio estágio do *fundar* – enquanto projeção física de um imaginário sobre o urbano – é particularmente rico em simbolismos.

Como destaca Centurião, o próprio ato de fundação em si revestiu-se de características inéditas no solo americano, lembrando que nos séculos XV e XVI a fundação de uma cidade era um fato raríssimo na Europa. Havia uma mentalidade holista em todos os processos de estabelecimento de núcleos urbanos, com elementos que remontavam o medievo transportados para essa nova situação. Em todos os atos fundacionais das cidades hispano americana haveria uma temática comum, um modelo, no qual a plasticidade dos elementos, a propriedade do gesto, a dramatização impressa a cada uma das partes transcenderiam aos limites do ato em si, inscrevendo-se mais em uma representação com alto teor simbólico no âmbito do sagrado, do cósmico, do universal. Não faltavam ritos arcaicos de fundação, como combates simulados entre a luz e as trevas, onde a cidade, enquanto obra divina e civilizatória, se opunha a uma natureza caótica e amorfa, que remontavam a um passado mítico no qual sentia-se a importância de proteger a cidade ou vila contra as forças demoníacas, a doença e a morte.<sup>48</sup> A cidade, nesse sentido, era um espaço sagrado, qualitativamente superior aos demais, e através da ritualização o espanhol uma vez mais ordenava seu mundo.

São bastante representativas, nesse sentido, as instruções para fundação de um povoado de Vargas Machuca, experiente conquistador que, em uma obra escrita em 1599 onde descreve todas as virtudes e qualidade de um *caudillo*, tenta sistematizar todos os conhecimentos necessários para que este comande expedições bem-sucedidas, do

---

<sup>47</sup> RAMA, Angel. La ciudad letrada. In: *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura. vol 1: A Situação Colonial*. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.

equipamento necessário à empreitada às estratégias mais eficientes para a atuação no Novo Mundo. Após as populações locais terem sido “pacificadas”, condição inicial indispensável para o erguimento de uma cidade, e o sítio apropriado ter sido escolhido, se seguiria o cerimonial de fundação descrito em um tópico sugestivamente intitulado “*la fuerza de poblar una ciudad*”: após fincar um tronco em um buraco em uma área plana, espanhóis, o cacique dos índios pacificados e o próprio conquistador deveriam pôr as mãos sobre ele, que simbolizaria seu “parlamento”. Após isso, tomaria uma faca com a qual já teria previamente se aparelhado, fincaria no tronco e voltando-se aos presentes diria as palavras ensaiadas que efetivariam a criação da cidade. Em seguida, portando todas as suas armas, brandiria sua espada com expressão de fúria, dizendo então:

Caballeros, ya yo tengo poblada la ciudade de Sevilla [ou qualquer outro nome que o valesse] en nombre de su magestad si hay alguna persona que lo pretenda contradecir salga conmigo al campo, donde lo podrá batallar, el cual se lo aseguro, porque en su defensa ofrezco de morir, ahora y en cualquier tiempo, defendiéndola (...) como caballero hijodalgo (que cuando no lo sea el tal caudillo de sangre, lo es por el privilegio concedido a los tales conquistadores)<sup>49</sup>

Por fim, o caudilho cortaria com sua espada as plantas e ervas do sítio, sujeitando assim a futura cidade a determinada audiência ou governador, fincando logo em seguida uma cruz no local reservado para a *plaza* central onde se erigirá uma igreja, com um sacerdote já preparado para rezar a missa para os soldados presentes.

Podemos então perceber, além de todo o simbolismo e dramatização do ato – presentes no fincar do tronco, seguida da faca a ser cravada no mesmo, no corte da vegetação e ervas – primeiro, a valorização da atitude cavallhereisca permeando todo o ritual, principalmente quando o *caudillo* desafia aqueles que ousarem se interpor no curso dos eventos oferecendo sua vida pela cidade e, segundo, o ideal aristocrático na possibilidade de um enobrecimento ao tornar-se um *caballero hidalgo*, se não por sangue, pelo valor dos feitos daquele que conquista, pacifica e povoa.

Após o ritual “nobiliárquico”, seguia-se o fundamental cerimonial cristão, uma vez que “*a fundação de uma cidade era um ato litúrgico que santificava a terra recém-apropriada (...) [que] exemplificava o “corpo místico”, que estava no centro do pensamento político ibérico*”.<sup>50</sup> E a exemplo do batismo católico, o ato de nomear a cidade tinha significado identitário intenso, como demonstra a não incomum transferência de local da própria cidade que, refundada, recebia o mesmo nome, mesmo que houvesse uma mudança na

<sup>48</sup> CENTURIÃO, *Significados da Diversidade: Cidade e cultura na América Espanhola*. Santa Cruz do Sul: EDINISC, 2000, pp 75-77.

<sup>49</sup> MACHUCA, Bernardo de Vargas. *Milicia y Descripción de las Indias*. vol II. Madrid: Libreria de Victoriano Suarez, 1892, pp 18-21.

própria função econômica da cidade ou mesmo uma significativa flutuação do grupo que a habitava.

Desse modo, se Santo Domingo, Santiago de Guatemala e Panamá tiveram de ser refundadas e Vera Cruz foi mudada de lugar duas vezes, cidades como Concepción del Bermejo, Trujillo e Londres, na Argentina mudaram de lugar várias vezes, ao ponto desta última ter sido caracterizada por um cronista como a quase “portátil cidade de Londres, que não se consegue assentar em lugar algum”. Igualmente curioso é o caso da cidade de Mendoza, fundada em 1561 pelo governador do Chile, Garcia Hurtado de Mendoza para eternizar seu próprio nome às vésperas de ser substituído por um rival, refundada por seu sucessor um ano depois com o nome de La Resurrección.<sup>51</sup> A transposição da cidade, assim, não aparecia como algo notável na mentalidade espanhola, e muitas vezes uma cidade podia ser fundada já tendo em vista sua futura recolocação, como podemos ver na ata de fundação da cidade de Los Reyes, em Lima, 1535, caso onde ocorreu uma mudança no nome original da cidade, Xauxa, onde se ordenou

(...) por quanto quando el dicho pueblo de xauxa se fundo el sabia que la tierra no estaua vista para que el dicho pueblo estoviesse mejor fundado/ el hizo la dicha fundacion del com adiantamento e condiçion que se pudiesse mudar en outro lugar que mejor pareçiesse/ e porque agora como dicho es conviene de los dichos pueblos se haga nueva fundación (...) que se llame desde agora para sienpre jamas la çibdad de los Reyes<sup>52</sup>

A transposição da cidade o seu “rebatismo” pouco importavam desde que o processo ocorresse dentro do processo jurídico adequado, em outras palavras, que estivesse sacramentado em um documento *escrito* que assegurava sua autenticidade e retidão, o qual estava a cargo da figura fundamental do escrivão.

As atas de fundação, nesse sentido, eram os documentos-mor das novas cidades, que conferiam-lhes existência real dentro dos reinos. Nessas atas podemos encontrar, dentro de pequenas dessemelhanças, um modelo composto por uma quase invariável seqüência de elementos, como as justificativas para escolha do sítio, com uma relação de instruções específicas recebidas; o estabelecimento da administração da cidade, com a eleição ou nomeamento dos membros do *cabildo* e distribuição de cargos; a distribuição de lotes de terras para os povoadores ou população original – os *solares*; e uma referência ao traçado das ruas principais, definindo-se o local onde ficaria a plaza central com suas principais

<sup>50</sup> MORSE, Op.Cit., 1998, pp 60.

<sup>51</sup> ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, pp 87, 94-96.

<sup>52</sup> ATA DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE LOS REYES. Documento transcrito in: COMPAÑY, Francisco Dominguez. *La vida en las pequeñas ciudades hispanoamericanas de la Conquista*. Madrid: Ediciones cultura hispanica del centro iberoamericano de cooperacion, 1978, pp 198.



edificações, com destaque para a posição da igreja<sup>53</sup>. Tal seqüência representava a implementação do conjunto de elementos que *simbolizava e efetivava* – ordem dos signos e ordem física – o estabelecimento da municipalidade.

O rigor – mesmo que muitas vezes apenas teórico – sobre o controle de cada etapa do processo por parte da Coroa demonstra o desejo de uma implementação física de um modelo almejado, uma forma idealizada no mundo dos signos. A Espanha, desse modo, como defende José Luis Romero, imaginou seu império no ultra-mar, em primeira instância, como uma rede de cidades, de “*sociedades urbanas compactas, homogêneas e militantes, enquadradas dentro de um rigoroso sistema político rigidamente hierárquico e apoiado na sólida estrutura ideológica da monarquia cristã (...)*”<sup>54</sup>. Restava transferir essa noção do mundo das idéias para o mundo físico.

O obstáculo maior para a concretização dessa forma como a Espanha idealizou o sistema que pretendia “criar”, foi o fato de incluir, como premissas, uma noção de ser a realidade preexistente amorfa e inerte, sendo a Coroa, assim, capaz de controlar severamente os rumos do mundo que estava organizando. Na prática, é claro, isso se mostrou impraticável. Embora “domado”, o mundo antigo da América jamais pode ser ignorado, e sua influência, de variados modos, pôde ser sentida em todos os aspectos da vida colonial; do mesmo modo que esse mundo urbano hispano-americano, homogêneo a princípio, se diversificou ganhando contornos regionais próprios devido às imensas distâncias que separavam um núcleo de outro, às soluções que teve que encontrar para se adaptar a condições geográficas bem distintas, à base da economia que pode implementar de acordo com tais condições, além da própria influência dos grupos nativos específicos, em sua infinita multiplicidade cultural, por quem estavam rodeados.

De qualquer modo, a intenção de controle da organização sempre foi claro, perceptível na própria estrutura física das cidades – o clássico formato de “tabuleiro de damas” com uma *plaza* central – e novamente a palavra ordem surgia como prerrogativa inalienável, indispensável para esse mundo homogêneo e monolítico que se almejava, um império a ser expandido tomando como base a cidade, com toda a carga civilizatória da municipalidade romana que impregnava a mentalidade da península.

Nessa complexa visão de mundo espanhola, Luiz Ricardo Centurião destaca ainda o papel do que chama de “psiquê de homem da fronteira” constituída durante todo o longo

---

<sup>53</sup> A comparação foi realizada a partir das atas de fundação das cidades e villas de Natá, Trujillo, la Frontera de Caceres, Santiago de los Caballeros, Los Reyes, Puerto de Caballos, Merida e La Paz, todas transcritas integralmente em COMPAÑY, Idem.

processo de Reconquista, fundamental para a constituição das instituições e do pensamento hispânico e responsável por suas mais originais especificidades no contexto da modernidade, que de algum modo encontrou continuidade no Novo Mundo.<sup>55</sup>

A Espanha somou à sua vivência medieval ibérica a experiência do processo de expulsão dos mouros, marcando sua própria forma de pensar o outro. É significativo o trecho da descrição de Tenochtitlán por Hernán Cortéz em sua segunda *Carta de Relacion*, quando se refere aos templos astecas:

Possui esta grande cidade muitas mesquitas ou casas de seus ídolos, todas de formosos edifícios situados em todos os bairros. (...) Todos os filhos dos senhores importantes freqüentam estas mesquitas desde os sete anos até o casamento. As mulheres, todavia, não tem acesso a nenhuma casa de religião. Há uma mesquita principal que não existe língua humana que consiga descrever a sua beleza e as suas particularidades.<sup>56</sup>

É bem claro que todos os cronistas sempre utilizaram suas próprias referências culturais para descrever aquilo que lhes era estranho, mas é interessante que Cortéz tenha escolhido a palavra *mesquita* para descrever essas edificações. Embora sua própria matriz de signos tenha associado tais construções a edifícios religiosos, ele não os chamou de igrejas, abadias ou catedrais, preferindo relacioná-los aos espaços sagrados pagãos. Essa associação é realizada com bastante naturalidade em sua narrativa, sem observações ou comparações pejorativas, o que nos faz crer que em sua mente a transposição da Reconquista para essa nova situação se dera com espontaneidade como se um evento fosse, de fato, uma continuação do outro. A própria igreja quando começa a pensar sobre qual seria a situação religiosa do índio, busca no mouro o ponto de referência, mesmo que seja para sublinhar que são casos distintos, de modo que o tratamento para com cada um deve ser diferenciado. Ambos, no entanto, são o *outro*, e os parâmetros estabelecidos com a Reconquista ainda são referenciais.<sup>57</sup>

Como já colocava Sérgio Buarque de Holanda,

Os castelhanos (...) prosseguiram no Novo Mundo a luta secular contra os infiéis, e a coincidência de ter chegado Colombo à América justamente no ano em que caía, na península, o último baluarte sarraceno parece providencialmente calculada para indicar que não deveria existir descontinuidade entre um esforço e outro.<sup>58</sup>

<sup>54</sup> ROMERO, Op. Cit., pp 45.

<sup>55</sup> CENTURIÃO, Op. Cit., pp. 22-30.

<sup>56</sup> CORTEZ, Op.Cit., pp 63.

<sup>57</sup> Sobre a questão do outro, é referencial o trabalho de TODOROV, Tzevetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. É significativa a passagem onde ele analisa a forma como Cortéz encara a cultura mexica, em especial no que diz respeito à sua cidade: “As cidades dos mexicanos, pensa Cortéz, são tão civilizadas quanto as dos espanhóis, e ele dá uma prova curiosa disso: “Há muita gente pobre que, nas ruas, nas casas e nos mercados implora aos ricos, como fazem os pobres na Espanha e em outros países onde há gente racional” Na verdade, as comparações sempre favorecem o México (...)”. pp 184.

<sup>58</sup> HOLANDA, Op.Cit., pp 99.

O modelo de cidade implementado na América, nesse contexto, seguiu muito mais a orientação daquelas fundadas na área central da Espanha, como em regiões reconquistadas dos mouros, onde o setor comercial competia com interesses militares, eclesiásticos, agrícolas e pastoris; do que das do norte do país, onde as atividades mercantis eram mais ativas. Sobre esse fato, Angel Rama chama a atenção para o fato dessas cidades inverterem o processo “orgânico” europeu: ao invés de, a partir de uma área agrícola, se dar um gradual desenvolvimento de um pólo urbano onde seria gerado um mercado e comunicações com outras áreas, na América se implementava inicialmente uma urbe em um local favorável, para a partir desta se gerar uma região agrícola que supriria as necessidades daquela.<sup>59</sup>

Torna-se bem claro, portanto, que se podemos identificar determinadas visões de cidade ideal relativamente comuns entre os povos ibéricos, devemos destacar o papel da Reconquista como um elemento diferenciador fundamental para o caso espanhol.

E a partir do momento em que assumimos, acompanhando Morse, que tanto a matriz cultural quanto a visão de cidade ideal de Portugal e Espanha encontravam uma raiz comum no medievo, mostra-se bastante profícuo, desse modo, realizar uma breve comparação entre as formas como Portugal e Espanha pensaram e implementaram a ocupação de suas respectivas porções americanas. Passaremos, então, a trabalhar com alguns documentos que salientem os contrastes entre os modelos de povoamento destes países, mantendo como foco, no entanto, os contornos assumidos pelos domínios hispano-americanos.

## 1.2 A visão ibérica

Embora as características identitárias de dada região possam ser localizadas na observação do objeto em si, a comparação é um eficiente instrumento que nos permite ressaltar certas especificidades, principalmente quando lidamos com identidades, onde o *outro* é nosso onipresente referencial.

Já Marc Bloch apontava para a importância da comparação em seus textos fundadores clássicos<sup>60</sup>, e trabalhos recentes tem, cada vez mais, se valido de sua metodologia. Trata-se, como nos coloca Barros, de uma forma específica de pensar e propor questões, tentando-se iluminar um objeto ou situação a partir de outro, os confrontando

---

<sup>59</sup> RAMA, Op.Cit, pp 575.

<sup>60</sup> Cf. BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes in *Mélanges historiques*. Paris : 1963, tit. I, p.15-50; “Comparaison” in *Bulletin du Centre International de Synthèse*, n° 9, Paris : junho de 1930 e *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum.

Enfim, falamos de

verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente.<sup>61</sup>

No caso da Península Ibérica, no momento-chave da virada para o XVI, tínhamos Portugal e Espanha unidas por uma essência em comum, mas distanciadas por certo estado de suas culturas políticas. Tal “essência”, tão difícil de ser definida, aparece em melhor relevo quando em contraste com regiões como Inglaterra, França e península itálica, que passavam pelas revoluções científica e religiosa das quais a Ibéria manteve-se afastada, retomando uma vez mais Morse. A Ibéria, nesse sentido, estava impregnada por uma mentalidade essencialmente ligada a um holismo, onde o todo social e político, fundamentado em um catolicismo voltado para o tomismo, sobrepuja-se aos interesses do indivíduo humano elementar, que começava a imperar nas outras regiões da Europa.

Precisamos então levar em conta que, mesmo se aceitarmos a região da península ibérica como uma área cultural com características próprias e traços bem identificáveis, ainda assim o pensamento político/administrativo/institucional de seus Estados possuía divergências, estabelecidas em grande parte no decorrer de seus respectivos processos de centralização política.

De modo geral, enquanto Portugal desfrutava de uma “(...) *maior homogeneidade do país, sua consolidação mais antiga, a monarquia mais centralizada e as aventuras “civilizadoras” menos ambiciosas no ultramar (...)*”<sup>62</sup>; a Espanha, enquanto consolidava o processo de unificação dos reinos que a compunham, levava adiante o processo de expansão da Monarquia Católica, com sua missão imperial e divina, onde o processo de ocupação de novos territórios ganhava um significado transcendente que não se limitava à exploração econômica.

No que se refere ao espaço urbano, por um lado os povos ibéricos do início da era moderna, como destacam Schwartz e Lockhart, davam igualmente maior importância para a província de origem do que à sua naturalidade, onde o indivíduo de outra cidade era um forasteiro, um “estranho”. A forma como o indivíduo se definia com relação aos outros partia das já citadas categorias de vizinhança, cidade e província, e apenas a família tinha ação tão

---

<sup>61</sup> BARROS, José D’Assunção. Historia Comparada – um novo modo de ver e fazer a Historia. In: *Revista de Historia Comparada*, Vol 1, no 1, jun 2007, pp. 4-5.

poderosa sobre seu senso de identidade quanto o regionalismo. A cidade ibérica, nesse sentido, “*era um teatro de ações de toda a sociedade, e não apenas metade de uma dicotomia urbano-rural como pode ter acontecido com mais frequência no norte da Europa.*”<sup>63</sup> Essa mentalidade ibérica no que se refere ao urbano e ao regional, assim como à família, seria transportada para a América, origem de conflitos e disputas políticas e econômicas locais, como na longa competição entre as cidades de Lima e Buenos Aires pela primazia econômica no eixo Sul da área hispânica e as Guerra dos Emboabas e Guerra dos Mascates, ocorridas na área portuguesa devido à interesses regionais conflitantes.

Por outro lado, no entanto, a materialização dessas cidades no novo continente obedeceu a critérios e concepções distintas, ligadas às especificidades mencionadas de cada Coroa. Se ambas tinham projetos colonizadores vinculados a seus modelos econômicos, Portugal encarregou os senhores do açúcar de executá-los a partir dos engenhos, unidades econômicas e sociais sobre as quais se organizou a vida na colônia. Suas cidades, em um (longo) primeiro momento foram muito mais entrepostos comerciais por onde a riqueza passaria para chegar à Europa, com uma população urbana bem restrita. Já a Espanha teria imaginado seus domínios americanos, desde o início do processo, como uma rede de cidades ordenadas, de onde tanto o poder imperial emanava para outras zonas quando o poder local se estabelecia, sendo assim o palco de tensão entre ambos. Embora muitas vezes se destaque as semelhanças entre o engenho português e a estrutura da hacienda espanhola, esta, como destaca Enrique Florescano, surgiu para satisfazer a demanda doméstica criada pelos mercados da cidade e dos centros de mineração estando assim comprometida com os centros urbanos.<sup>64</sup>

A cidade que os portugueses construíram, assim, pouco se assemelhava com a cidade ordenada e produto da razão da América espanhola, uma vez que “*não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça com a linha da paisagem*”. Um viajante que passava pela Bahia chegou a comentar que as casas se achavam dispostas de acordo com o capricho dos moradores, sendo tudo irregular, e mesmo a praça onde se erguia o palácio dos Vice-Reis parecia estar só por acaso em seu lugar<sup>65</sup>. A cidade hispano-americana, por outro lado, lutava contra a sinuosidade da paisagem para geometrizá-la, para alinhá-la, para impor

---

<sup>62</sup> MORSE, Richard. Op.Cit, 1988, pp 43.

<sup>63</sup> SCHWARTZ, Stuart B & LOCKHART, James. Op.Cit., pp 21-22.

<sup>64</sup> FLORESCANO, Enrique. A Formação e a Estrutura Econômica da Hacienda na Nova Espanha. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

<sup>65</sup> Idem, pp 109-110. O viajante a que Holanda se refere é L. G. de la Barbinais, autor da obra *Nouveau voyage au tour du monde*.

a ordem européia sobre o ambiente selvagem que se domava. O plano regular e retilíneo tornam-se característicos de sua ocupação.

Como bem sintetiza Antonio Cândido em seu prefácio à obra de Holanda, enquanto

o espanhol acentua o caráter da cidade como empresa da razão, (...) [na América portuguesa] a paisagem natural e social fica marcada pelo predomínio da fazenda sobre a cidade, mero apêndice daquela. A fazenda se vinculava a uma idéia de nobreza e constituía o lugar das atividades permanentes, ao lado de cidades vazias (...) <sup>66</sup>

A diferença entre o sentido das respectivas empresas assim como das mentalidades que moveram o processo de ocupação, torna-se bem nítida após uma breve comparação entre o Regimento de Tomé de Souza de 1548 e as Ordenanzas de Felipe II de 1573. Ambos foram criados com o objetivo de, entre outras coisas, organizar justamente a ocupação, “pacificação” e evangelização das novas terras e refletem bem a visão das monarquias ibéricas sobre o que significava *ocupar*.

A princípio podemos perceber uma mesma preocupação, do mesmo modo que em Felipe II, com o ato de “povoar” em D. João III, que incubiu Tomé de Souza de

(...) conservar e enobrecer as capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles (...) <sup>67</sup>,

assim como, em teoria, com a evangelização dos índios, expressa em vários trechos do documento. <sup>68</sup>

As divergências de como esse povoamento deveria ser implementado, no entanto, são bem claras nos textos, assim como a própria opção entre o mundo urbano ou o mundo rural, consoantes tanto com suas respectivas culturas políticas como com o contexto real em que se encontravam seus domínios no ultra-mar.

Uma diferença essencial entre este contexto de elaboração de um e outro documento é que enquanto as ordens de Tomé de Souza visavam reorganizar um empreendimento que encontrava-se ainda em seu começo e apresentava inúmeros problemas, ou seja, buscava-se ainda um modelo definitivo para torná-lo rentável; as ordens do rei de Espanha foram elaboradas para melhorar o controle de um sistema de povoamento que já se encontrava em um momento de maturidade, com Vice-Reinos estabelecidos e uma rede de cidades organizada, tentando-se assim evitar o abusivo acúmulo de poder que os primeiros conquistadores conseguiram obter. O que está se afirmando, no entanto, é que independente do momento do processo colonial em que cada região se encontrava, a mentalidade

<sup>66</sup> CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. In: HOLANDA. Idem, pp 16.

<sup>67</sup> REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA, 1548. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u51.jhtm/>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

<sup>68</sup> Como em “(...) a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica (...)”, Idem.

ocupacional das metrópoles era bastante díspare, assim como seu entendimento do rural e do urbano.

Portugal deu continuidade a sistemas que remontavam ao início de sua expansão marítima, como a implementação de feitorias enquanto entrepostos comerciais – objetivo essencial das empreitadas – aplicando, de acordo com as necessidades, os sistemas de capitânicas e distribuição de sesmarias. Como ambos não se adaptaram bem à inédita extensão territorial que Portugal controlava, Tomé de Souza ia para o Brasil com o objetivo de centralizar a administração para tentar melhor coordenar a organização da colônia.

Essa reorganização, no entanto, não priorizava o mundo urbano, acompanhando, antes, as experiências portuguesas precedentes. Assim, as ordens reais tinham como foco as ditas sesmarias, dentro das quais o engenho surgia como modelo privilegiado:

(...) As águas das ribeiras que estiverem dentro no dito termo em que houver disposição para se poderem fazer engenhos daçúcares ou doutras quaisquer coisas dareis de sesmarias livremente sem foro algum e as que derdes para engenhos daçúcares será a pessoa que tenha (sic) possibilidade para os poderem fazer dentro no tempo que lhe limitardes que será o que vos bem parecer e para serviço e manejo dos ditos engenhos daçúcares (...) <sup>69</sup>

As vilas e cidades, nesse sentido, surgem nesse momento na América portuguesa como um mero apêndice do mundo rural, uma necessidade para sua manutenção:

(...) mando aos capitães que quando derem as tais águas e terra seja com as ditas obrigações e o declarem assim nas cartas de sesmarias que lhes passarem e aos que as já tiverem se notifique este capítulo o qual fareis treladar no livro das câmaras das ditas capitânicas para se assim cumprir e porque se segue muito prejuízo de as fazendas e engenhos e povoações deles se fazerem longe das vilas de que hão de ser favorecidos e ajudados quando disso houver necessidade ordenareis que daqui em diante se façam o mais perto das ditas Vilas que puder ser e aos que vos parecer que estão longe ordenareis que se fortifiquem de maneira que se possam bem defender quando cumprir. <sup>70</sup>

As vilas surgiram nessa região, portanto, como um acessório dos engenhos, criadas para ajuda-los e, quando preciso, defende-los. Sua função desse modo era bem específica e pontual, e essas primeiras cidades não tinham como desenvolver dinâmicas internas. Em nenhum momento o documento dá maiores especificações sobre como essas vilas deviam ser erigidas, exceto por eventuais recomendações de que se escolhesse lugares “salubres e com bons ventos”.

É o inverso do que temos nas *Ordenanzas* de Felipe II. Estas discorrem longamente sobre a criação das vilas ou cidades como ponto de partida para a organização de um novo núcleo administrativo, especificando ponto a ponto desde a escolha do sítio mais adequado

(...) que sean fertiles y abundantes de todos frutos y mantenimientos y de buenas tierras para sembrarlos y cogerlos y de pasto para criar ganados de montes y

<sup>69</sup> REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA, Op.Cit.

<sup>70</sup> Idem.

arboledas para leña y materiales de cassas y edificios de muchas y buenas aguas para beuer y para regadios<sup>71</sup>,

até a descrição minuciosa da estrutura física desejada para o espaço urbano:

Toda la placa a la redonda y las quatro calles principales que dellas salen tengan portales porque son de mucha comodidad para los tratantes que aquí suelen concurrir las ocho calles que salen de la placa por las quatro esquinas salgan libres a la placa sin encontrarse con los portales retrayéndolos de manera que hagan lazera derecha con la calle y plaza.<sup>72</sup>

O documento esmiúça ainda a hierarquia institucional que deveria ser implantada na cidade recém-fundada,

Elijida la tierra prouincia y lugar en que se a de hazer nueua poblacion (...) [que] se forme el concejo república y oficiales y miembros della segun se declara en el libro de la republica (...) <sup>73</sup>

prossequindo citando os funcionários em tipo e número que formaria seu aparato burocrático, do governador, *alcalde mayor* ou *corregidor* ao numero de escrivães, jurados, pregoeiros e diocesanos que deveriam compô-lo de acordo com a tipologia do assentamento.

Essa “cidade ordenada” da hispano-América, para utilizar uma expressão de Angel Rama, categorizava todos os seus elementos, incluindo seus membros, seus *vecinos*, sobre os quais se declarava

(...) que se entienda por vecino el hijo o hija o hijos del nuevo poblador o sus parientes dentro o fuera del quarto grado teniendo sus cassas y familias distintas y apartadas y siendo cassados y teniendo cada vno cassa de por si (...) <sup>74</sup>.

Os graus de pureza sangüínea, o que já na península significava ausência de ascendentes judeus, mouros ou negros, era um pré-requisito para a entrada na elite política e social, também uma herança da Reconquista em seu movimento de expulsão dos diferentes grupos étnicos e encontrou um novo significado na América.<sup>75</sup> Eram múltiplas as castas hierarquizadas pela distância da pureza espanhola, como mestizo, castizo, lobo, zambaigo, cambujo, albarazado, barcino, coyote, chamiso, e a criação das duas “Repúblicas” uma espanhola e outra indígena, com uma obrigatória separação de espaços para ambas deixaria patente essa ânsia espanhola de ordenação.

É interessante notar como o regimento português é muito mais vago nesse sentido. Uma vez que na América portuguesa o mundo rural se sobrepunha ao urbano, não havia uma maior preocupação em se categorizar o indivíduo já que aqueles que recebiam as sesmarias e viriam a formar a minoria patriarcal de senhores de engenho eram indivíduos socialmente

<sup>71</sup> ORDENANZAS DE FELIPE II, Op.Cit.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Sobre essa questão, conferir o capítulo III de STEIN, Stanley & STEIN, Barbara. *A Herança Colonial da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.



mais homogêneos do que os povoadores hispânicos. Uma vez que o poder se concentraria em suas mãos, o risco de que este se diluísse entre grupos indesejáveis era muito menor.

Desse indivíduo, a única coisa que a Coroa esperava era que ele cumprisse com suas obrigações para com a produtividade de suas terras. Assim, se dizia:

(...) Tanto que tiverdes assentada a terra para seguramente se poder aproveitar. Somente pagarão o dízimo à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e com as condições e obrigações do foral dado às ditas terras e de minha ordenação no quarto livro título das semanas com condição que resida na povoação da dita Bahia ou das terras que lhe assim forem dadas três anos dentro do qual tempo as não poderá vender nem enlhear e não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que boamente e segundo sua possibilidade vos parecer que poderá aproveitar (...) <sup>76</sup>

Cumpridas tais obrigações, esse indivíduo se tornava qualitativamente superior aos demais da colônia, desfrutando de prestígio e privilégios, como podemos perceber no trecho:

(...) E assim ordenareis que nas ditas Vilas e povoações se faça em um dia de cada semana ou mais se vos parecerem necessários: feira a que nos gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem comprar o que houverem mister e assim ordenareis que os cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles salvo os senhorios e gentes dos engenhos porque estes poderão em todo tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos. <sup>77</sup>

Tal passagem é extremamente significativa por dois motivos: primeiro porque mostra uma menor preocupação com a separação de espaços no mundo português, onde as vilas, de qualquer modo, como desempenhavam um papel secundário, não sendo os locais onde residia o poder de fato, poderiam conter uma heterogeneidade não desejada nos engenhos.

Em segundo, e mais importante, este fragmento, juntamente com o anterior, demonstra como, se na América espanhola a condição para se definir o indivíduo partia de sua relação com a cidade, na metade portuguesa do continente a posse da terra era a condição determinante. Se em um os aspectos jurídicos e institucionais recaíam sobre o homem urbano, no outro estes se dirigiam para o homem rural. Isso traz implicações sérias, pois se a cidade é o espaço proeminente de formação dos cidadãos, como coloca Maria Emília Prado<sup>78</sup>, o desenvolvimento das culturas políticas de ambas as regiões seria marcada pela forma como cada uma enxergou e se relacionou com esse espaço.

É pertinente reparar que, quando traçamos paralelos com as políticas ocupacionais francesa, holandesa e italiana para suas colônias ou entrepostos comerciais, a similaridade maior destas é com o caso português. O modelo espanhol surge como um formato original, para além de nossas visões sobre o homem ibérico, com sua percepção única da cidade.

Que elementos tornaram viável tal originalidade, cabe-nos então perguntar. Em que ponto a matriz mental ibérica e semelhante cultura política de Espanha e Portugal divergiram,

<sup>76</sup> REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA, Op.Cit.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> PRADO, Maria Emília. *Memorial das Desigualdades*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

gerando posicionamentos tão distintos acerca do papel do mundo urbano enquanto instrumento de ocupação na América?

Esta questão parece estar relacionada essencialmente com dois fatores principais: em primeiro, temos o papel fundamental da Reconquista. O longo processo de expulsão dos mouros, que de algum modo se associava ao próprio ideal das Cruzadas, estabeleceu um relacionamento entre o Estado e a Igreja na Espanha mais estreito do que em Portugal, e a idéia de continuidade de tal processo na ocupação do continente americano deu à sua execução um caráter transcendental e divino. Além disso, as cidades criadas no Novo Mundo absorveram muito das “cidades de fronteira” da região central da Espanha, habitadas inicialmente por povoadores que eram também “homens da fronteira”. Cidades que não eram entrepostos comerciais como as portuguesas, mas encaves semi-militares que, como tais, deviam seguir rígida ordenação, hierarquização e categorização – tanto do espaço em si quanto de seus habitantes. A Reconquista gerou, portanto, no espanhol, uma mentalidade que atingia todas as dimensões de sua cultura, delineando muitas de suas escolhas em uma direção original.

Como segundo fator, devemos citar a interação com as sociedades antigas da América e seu próprio mundo urbano – que de inertes, como pretendia a Coroa, nada tinham. Decerto as trocas culturais se dão no contato prolongado entre quaisquer povos e, fossem aruaques, araucanos ou tupis, influências sobre os recém chegados se deram em maior ou menor grau; porém, nas regiões das grandes civilizações, Incas e Astecas, a penetração cultural de elementos nativos se deu de forma ainda mais significativa. Isto, uma vez mais, relaciona-se com a existência de assentamentos urbanos de certo porte, com sua maior densidade demográfica e uma organização interna mais complexa.

No caso do México, a existência de instituições caracteristicamente urbanas que possuíam similaridades com as espanholas, como as de âmbito administrativo, estatal-religioso e educacional, facilitaram o processo de aculturação do indígena através da transposição de um modelo para o outro. Não por acaso, após a reconstrução da Cidade do México por Cortez, a praça principal ficou no mesmo local da antecessora asteca, a catedral foi erguida sobre o complexo do antigo templo e o palácio do governador erigido sobre o de Moctezuma. A associação sempre foi uma importante ferramenta de conquistadores e evangelizadores. Durante esse trânsito, no entanto, o colonizador teve de fazer adaptações em seu molde original, o que acabou por gerar especificidades no modelo urbano da Cidade do

México e suas proximidades que não vemos presentes nas áreas onde a população nativa era predominantemente nômade.<sup>79</sup>

Não podemos, portanto, ter uma boa visão da Cidade do México do XVI sem tentarmos realizar uma aproximação da cidade meso-americana antiga e da forma como seus habitantes a encaravam.

### 1.3 A visão asteca

Por ocasião da Conquista, a Cidade do México, que englobava então Tenochtitlán e Tlatelolco, desfrutava de tal esplendor que foi objeto de vasta e minuciosa descrição por parte de vários cronistas, como Cortéz, Bernal Diaz e Andrés de Tapia.

Tratava-se, na ocasião, de uma cidade sobre o lago de Texcoco que tinha a forma aproximada de um quadrado com cerca três quilômetros de lado, formada por uma rede geométrica de canais e aterros ordenada em torno de dois centros principais e inúmeros centros secundários. Nesta extensão se alternavam os canais com ruas largas e retas, mercados abarrotados de pessoas e produtos, templos ofuscantes, ocupados por uma população que Soustelle estima ter sido, dado as dificuldades de se precisar um número, algo entre quinhentos mil e um milhão de habitantes.<sup>80</sup>

A magnificência da cidade edificada sobre o lago e suas construções causaram, então, espanto em Bernal Diaz de Castillo:

Y de que vimos cosas tan admirables no sabíamos qué nos decir, o si era verdad lo que por delante pecía, que por una parte en tierra había grandes ciudades, y en la laguna otras muchas, e víamoslo todo lleno de canoas, y en la calzada muchas puentes de trecho a trecho, y por delante estaba la gran ciudad de Méjico (...)<sup>81</sup>

Seu tamanho igualmente assombrou a Cortez:

Esta grande cidade de Tenochtitlán está fundeada em uma lagoa e desde a terra firme até o centro da cidade, por qualquer parte que se entrar, há duas léguas. Esta cidade é tão grande como Sevilha e Córdoba. (...) Há uma praça tão grande que corresponde a duas vezes a cidade de Salamanca, com pórticos de entrada, onde há cotidianamente mais de sessenta mil almas comprando e vendendo.<sup>82</sup>

O mercado, com sua grande movimentação e variedade de produtos também chamou a atenção de ambos. Cortez logo estabelece paralelismos com as referências de seu universo

<sup>79</sup> Parece bastante profícuo, nesse sentido, um estudo comparativo entre as diferenças que se poderia observar entre os modelos urbanos mexicano e peruano a partir das permanências das sociedades asteca e incaica.

<sup>80</sup> SOUSTELLE, Jacques. *Os Astecas na véspera da conquista espanhola*. São Paulo: Cia da Letras, 2001. Não há um consenso sobre a população de Tenochtitlán, e as estimativas comumente sofrem uma variação absurda de autor para autor. Os números apresentados por Soustelle, no entanto, além incluírem um espaçamento do tamanho das dúvidas existentes, parecem se localizar em um meio termo de outras estimativas.

<sup>81</sup> CASTILLO, Bernal Diaz de. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. Buenos Aires: Espasa-Calpa Argentina, 1955, pp 185.

<sup>82</sup> CORTEZ, Op. Cit., pp 62-64

cultural, a Espanha, que em geral parece estar, no mínimo, em pé de igualdade com a capital asteca:

Há todos os gêneros de mercadorias que se conhece na terra (...) há casas como de boticários (...) há casas como de barbeiros (...) mas é preciso salientar que em cada rua é vendido apenas um tipo de mercadoria, havendo muita ordem quanto a isto. (...) Considerando ser esta gente bárbara e tão apartada do conhecimento de Deus, é de se admirar ao ver como tem todas as coisas. As pessoas andam bem vestidas, com boas maneiras, quase da mesma forma como se vive na Espanha. Nos mercados e lugares públicos há muitas pessoas e especialistas de determinados ofícios que ficam na espera de quem os venha contratar por jornadas.<sup>83</sup>

Também Castillo destaca a dimensão e dinâmica da praça central:

(...) desde llegamos a la gran plaza, que se dice el Tatelulco, como no habíamos visto tal cosa, quedamos admirados de la multitud de gente y mercaderías que en ella había y del gran concierto y regimiento que en todo tenían (...)<sup>84</sup>

Segue-se então uma exaustiva descrição, que ocupa algumas páginas do relato do cronista, dos produtos que via sendo vendidos. Ao sentir até que a tarefa se estenderia por demais, já tendo dado exemplos o bastante, conclui:

Ya quería haber acabado de decir todas las cosas que allí se vendían, porque eran tantas de diversas y calidades, que para que lo acabáramos de ver e inquirir, que como la gran plaza estaba llena de tanta gente y toda cercada de portales, em dos días no se viera todo.<sup>85</sup>

Por fim, Castillo, ao passar uma vez mais pela praça, resume o impacto sinestésico que ela oferecia aos espanhóis que a contemplavam:

Y después de bien mirado y considerado todo lo que habíamos visto, tornamos a ver la gran plaza y la multitud de gente que em ella había, unos comprando e otros vendiendo, que solamente el rumor y zumbido de las voces y palabras que allí había sonaba más que de una legua, e entre nosotros hobo soldados que habían estado en muchas partes del mundo, e en Constantinopla e en Italia y Roma, y dijeron que plaza tan bien compasada y con tanto concierto y tamaño e llena de tanta gente no la habían visto.<sup>86</sup>

A partir destas passagens, podemos fazer algumas considerações iniciais a respeito de Tenochtitlán e o mundo urbano asteca. Estamos falando de um assentamento equiparável ou superior às urbes europeias daquele período, dotado de uma grande dinâmica urbana. Uma cidade que possuía um elaborado sistema administrativo composto por duas hierarquias paralelas, uma militar e outra sacerdotal; um mercado que fervilhava em pessoas e produtos, onde toda sorte de pessoas executando tarefas especializadas se proliferava – além dos “barbeiros”, “boticários” e “especialistas em determinados ofícios, pagos por jornada”, Cortez cita ainda, na mesma passagem, homens pagos para levar cargas e casas onde dão de comer e beber mediante um pagamento – possuindo ainda uma classe de comerciantes, os *pochteca*, em plena ascensão por ocasião da Conquista.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> CASTILLO, Op. Cit, pp 196.

<sup>85</sup> Idem, pp 198.

<sup>86</sup> Idem, pp 199.

A mentalidade urbana que uma cidade deste porte gerou nos habitantes de Tenochtitlán acabou por se tornar formadora de um dos diferenciais desta região específica do que viria a ser o Império hispânico no ultra-mar. Schwartz e Lockhart nos chamam a atenção para como no México, de forma relativamente similar ao que ocorreu em Lima e distinta de outras regiões da América, conheceu, entre 1550 e 1650, um florescimento das corporações indígenas, guiadas por sua antiga nobreza que conseguira se adaptar às exigências do novo sistema. Desse modo, a despeito de sua grande perda populacional inicial, nesse segundo momento, mais estável, os impostos estavam sendo fielmente pagos, os deveres cristãos cumpridos e os conselhos das cidades tinham todas as suas cadeiras ocupadas, reunindo-se com frequência. Graças a isso, essas sociedades passaram a desfrutar de uma semi-autonomia na medida em que seus mecanismos básicos continuavam funcionando, com suas autoridades internas tradicionais sendo obedecidas. Apenas entre as décadas de 1630-1660, com o processo de hispanização se encontrando em um estágio mais acelerado, esse modelo entraria em decadência – momento no qual, porém, o trânsito cultural entre ambas as sociedades já se encontrava, também, em estágio avançado.<sup>87</sup> Essa questão da situação mundo urbano indígena sob o controle espanhol será retomada mais à frente.

O importante no momento é salientarmos que essa semi-autonomia que os *pueblos* indígenas puderam manter na área dos antigos domínios asteca, assim como sua tradicional nobreza, com parte de seus mecanismos internos de poder, apenas foi possível devido à existência de um mundo urbano pré-existente, dotado de elementos complexos e elaborados, e uma visão urbana que permeava seu imaginário, fatores que não podiam ser meramente soterrados por algum modelo externo inflexível. E, na medida em que os espanhóis precisariam constantemente dialogar com este mundo urbano e visão urbana para adaptá-los à realidade que desejavam construir (ou para adaptar seu modelo a uma realidade que não podia ser, em todo, contida), estes acabaram por se tornar destacados elementos de distinção identitária para a futura capital do Vice-Reino de Nova Espanha.

A persistência e consistência de tais elementos não é ocasional. Ocorre que a vida em assentamentos urbanos na mesoamérica já havia percorrido uma longa trajetória, marcada por permanências e discontinuidades. Já por volta de 1.300 a.C. a civilização dos Olmecas havia começado a desenvolver um proto-urbanismo, erigindo grandes complexos de construções, dentre os quais destaca-se o de La Venta, próximo ao golfo do México. Esses centros tinham finalidades principalmente religiosas, o que seria uma marca de toda a história urbana

---

<sup>87</sup> SCHWARTZ & LOCKHART. Op. Cit., pp 200-213.

mesoamericana. Características desta “cultura-mãe” da região seriam depois identificadas em espaços urbanos como os dos maias, dos zapotecas e, no vale do México, a preponderante cidade de Teotihuacán. Esta última deixaria também marcas indeléveis nos povos que a sucederiam, como os toltecas, última grande força unificadora da região antes dos astecas.

Estes, por sua vez, enquanto um povo originalmente nômade vindo do Norte, ao entrar em contato com os centros urbanos que disputavam entre si a hegemonia do vale, por ocasião de sua chegada, logo adotaram a vida sedentária, a agricultura, muitos ritos e a forma de governo das cidades toltecas tardias. León-Portilla considera como uma das grandes realizações dos mexicas o forjamento de uma certa imagem de suas próprias origens, desenvolvimento e identidade. Sua elite, em rápida adaptação ao modo de vida do vale teria então ordenado a queima de livros antigos, e desenvolvido e imposto uma nova tradição, através da qual se vinculavam à antiga nobreza tolteca, o que bem cedo perceberam ter inestimável valor religioso e político.<sup>88</sup> As lendas e mitos fundadores mexicas descritas em seus códices e narradas por cronistas como José Acosta e Bernardino de Sahagún já eram, portanto, relatos que incorporavam, à tradição mexica original, uma visão de mundo – inclusive de mundo urbano – que era fruto do desenvolvimento de sucessivas sociedades, caracteristicamente urbanas.

Tal visão tem em sua matriz elementos herdados, em vários níveis, da fundamental cidade de Teotihuacán, que se destaca na história urbana da mesoamérica por seu porte e incomparável grau de influência.

Tendo encontrado seu apogeu entre os séculos V ou VI d.C., Teotihuacán contava, nesse período, com pelo menos 50 mil habitantes e era dotada de uma estrutura socio-econômica bastante diversificada, existindo indicações de que pudesse ser o centro de um grande reino ou de uma confederação de povos<sup>89</sup>. Para Rene Millon, Teotihuacán já era um importante centro comercial desde 100 a.C. graças a uma localização privilegiada, e no período de seu zênite se distinguia radicalmente dos demais assentamentos urbanos, sendo o local onde teria se produzido, com efeito, a revolução urbana do Novo Mundo.<sup>90</sup> Mesmo após seu declínio e queda, por volta de 650 d.C., Teotihuacán manteve seu poder simbólico e, ainda nos tempos de Motecuzoma, era comum o imperador asteca realizar peregrinações à “cidade dos deuses”.

---

<sup>88</sup> LEÓN-PORTILLA, Miguel. A Mesoamérica antes de 1519. In: : *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol I. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998, pp. 36-39.

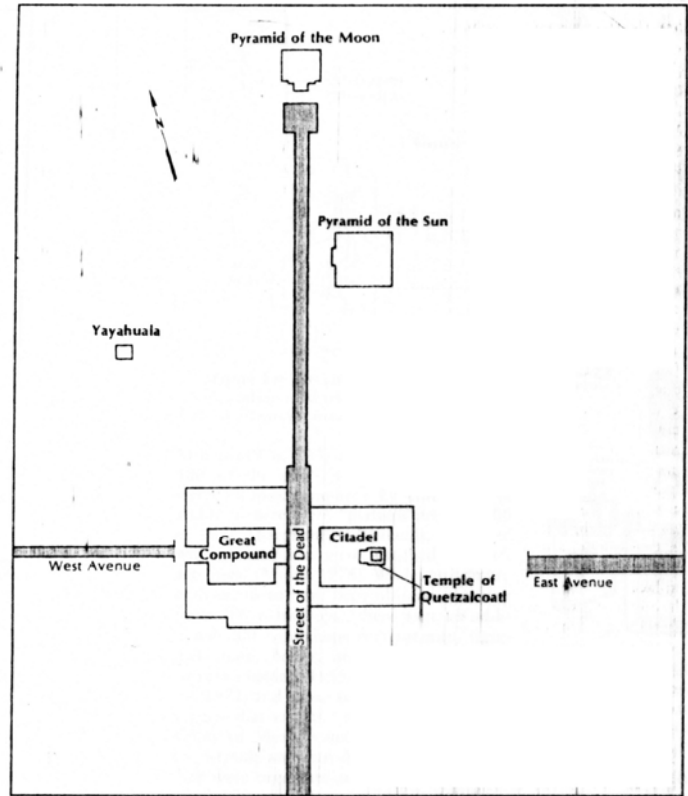
<sup>89</sup> Idem, pp. 30.

<sup>90</sup> MILLON, Rene. Teotihuacán. In: *Selecciones de Scientific American. La Ciudad: su origen, crecimiento e impacto en el hombre*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1976.

A pesquisa de Millon nos chama a atenção para alguns dados importantes acerca da estruturação dessa cidade. O levantamento de planos que realizou, mostra como as ruas da cidade, assim como a grande maioria de seus edifícios, teriam sido dispostos segundo as linhas de uma malha bastante precisa, que se alinhava com o centro da cidade um conjunto de estruturas designadas como Grande Complexo e Cidadela, onde se encontrava o templo de Quetzacoatl. Essa malha teria como unidade modular básica um quadrado com cerca de 57 metros e seus múltiplos, tendo inclusive o rio que cruzava o centro da cidade sido canalizado para se ajustar a ela. Dois eixos orientavam a malha: um Norte-Sul, que equivalia à rua principal da cidade, a Rua dos Mortos, tendo na Pirâmide da Lua o extremo Norte; e outro Leste-Oeste, subordinado ao primeiro, que se projetava a uma mesma distância das laterais do Complexo e da Cidadela (Fig.1). Observando o traçado da cidade como um todo, ainda era possível se perceber uma zona com cerca de 300 metros de largura que formava uma linha que separaria nitidamente a cidade e o campo.

O formidável esforço demandado para alinhar toda uma cidade, a despeito da topografia da área, onde mesmo um rio deveria se adequar ao planejamento urbano, demonstra a centralidade desse espaço no imaginário de seus habitantes, que se distinguia qualitativamente do espaço rural, como se percebe pela separação intencional de ambas as zonas.

A influência arquitetônica de Teotihuacán pode ser observada mesmo em regiões mais afastadas – tanto pelo tempo quanto pelo espaço: sua contemporânea zapoteca, Monte Albán, localizada mais ao Sul, adotou elementos caracteristicamente teotihuacanos como o talude e o tabuleiro<sup>91</sup>, assim como também o fizeram os toltecas, povo chegado do Norte séculos após a queda do grande centro urbano, em sua capital, Tula. O próprio Millon ressalta as grandes semelhanças observáveis entre Teotihuacan e a capital asteca, entre as quais destaca a divisão de ambas as cidades em quadrantes, possivelmente distritos administrativos na cidade do período clássico como os eram em Tenochtitlán.



**Fig.1:** Os eixos de Teotihuacan. Fonte: — MARCUS (2000), pp. 60.

Esta, assim como muitas de tais permanências, no entanto, relacionam-se mais diretamente com o fato de própria visão urbana dos povos mesoamericanos de um modo geral estar intrinsecamente ligada com sua religião, que, ademais, desempenhava um papel central em todos os aspectos de suas sociedades. Todos os atos de suas vidas pública e privada eram permeados por ritos e crenças que dominavam sua mentalidade e direcionavam muitas de suas ações. Nesse sentido, a cidade era um espaço sagrado, e, como tal, deveria ser moldada não por finalidades pragmáticas, mas por fins transcendentais. O mundo urbano mesoamericano era, assim, repleto de simbolismos que, como ocorria nas cidades espanholas, interferiam no plano físico.

Laurette Séjourné, tentando decodificar o pensamento do México antigo – trabalho necessariamente atrelado ao estudo de sua religião – volta-se também para Teotihuacán e suas características urbanas para realizar importantes apontamentos acerca do mundo simbólico

<sup>91</sup> Elementos arquitetônicos caracterizados, respectivamente, como um declive ou inclinação que se dá à superfície de um muro, semelhante a uma rampa, e como um patamar com rebordos, em geral, salientes.



mesoamericano, salientando também seu papel central no imaginário da região e a perenidade de seu legado. Suas ruínas eram solo sagrado ainda para os astecas, para quem seu nome significava “Cidade dos Deuses” em *nahuatl*, pois acreditavam que aqueles que eram enterrados naquela cidade, fundada para a glória de Quetzacoatl, seriam tocados pelos deuses, dessa forma não morrendo, mas sim despertando do sono em que haviam vivido e se tornando, assim, também deuses.

Para Séjourné, Quetzacoatl, a Serpente Emplumada nada mais representava do que o homem consciente, de modo que sua cidade evocava, então,

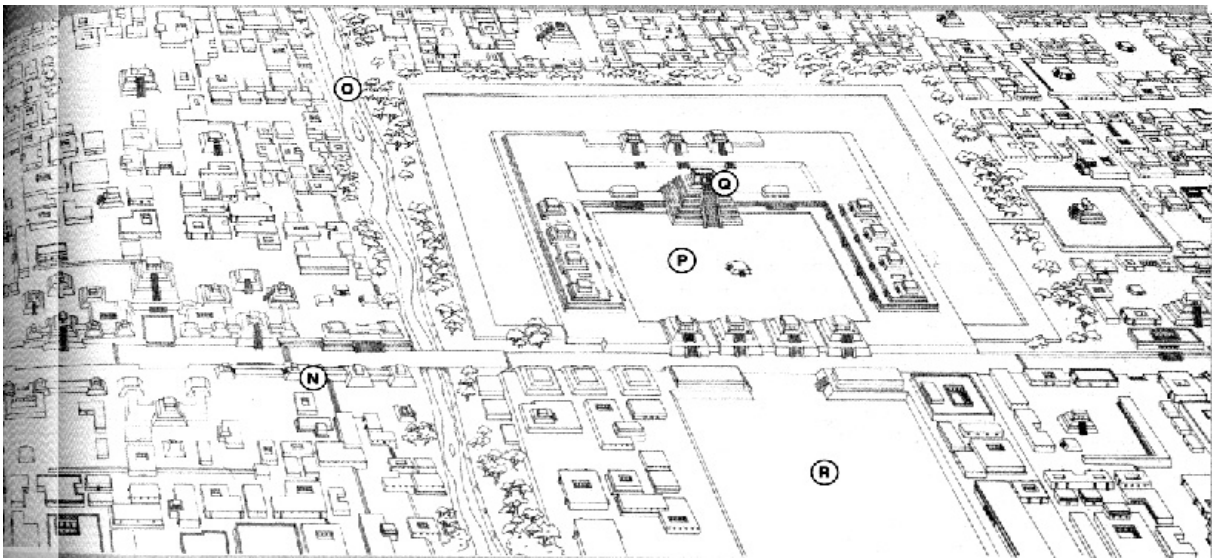
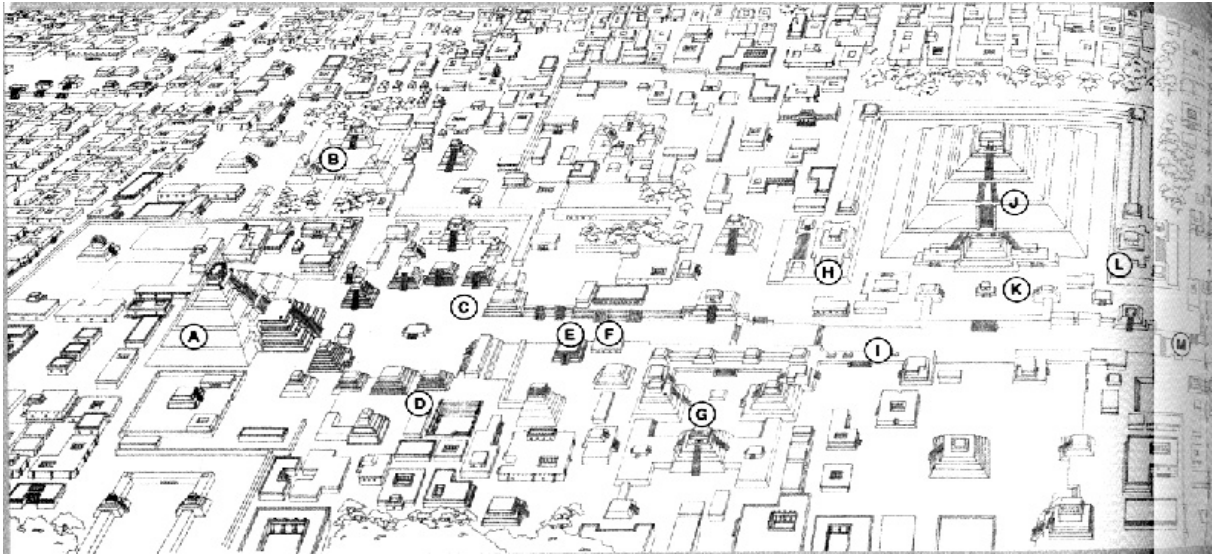
el concepto de la divinidad humana y señala que la ciudad de los dioses no era otra que el sitio donde la serpiente aprendía milagrosamente a volar; es decir, donde el individuo alcanzaba la categoría de ser celeste por la elevación interior.<sup>92</sup>

A cidade teria, assim, sido construída funcionalmente com essa finalidade, o que poderia ser percebido em seu centro cerimonial, dividido em duas seções, o céu e a terra, ligados pela vasta avenida ascendente que marca seu eixo. Na parte mais alta se encontra as pirâmides do Sol e a Lua, enquanto na parte baixa há um quadrilátero com quatrocentos metros de lado que encerra o templo de Quetzacoatl. A seção celeste seria então marcada por construções de grande altura, enquanto a terrestre apresentava uma harmoniosa série de linhas horizontais, com o monumento solar ditando a orientação de todos os outros. A rua dos Mortos, segundo a visão da autora, deveria ser um caminho a ser percorrido pelo “aspirante a deus”, onde, em meio a rota, existiam edifícios que pareciam cumprir funções cerimoniais específicas, correspondentes à sua cosmogonia, com a ascensão à zona divina sendo o degrau final dessa Iniciação.

Quaisquer que sejam os significados simbólicos que a posição e forma dos edifícios da cidade possuíssem dentro da cultura dos teotihuacanos, cujo sentido exato possivelmente está perdido no tempo, seu caráter era certamente cosmogônico – traço comum às demais cidades mesoamericanas. O mundo urbano era sagrado, e este incorporava elementos recorrentes, como sistemas de planos baseados em quadrados e triângulos, a orientação dos astros, como a lua, vênus e, principalmente, o sol; e os cinco pontos cardeais – Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro – estes últimos se revestindo de vital importância para noção mesoamericana de espaço (Fig.2).

---

<sup>92</sup> SÉJOURNÉ, Laurette. *Pensamiento y Religion en el Mexico Antiguo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957, pp 97.



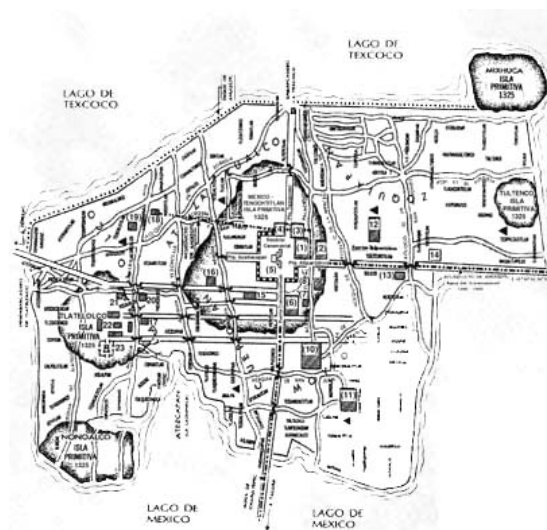
A Pirâmide da Lua	G Praça das Colunas	N Complexo dos edifícios sobrepostos
B Grupo 5	H Palácio do Sol	O Rio San Juan
C Praça da Lua	I Pátio dos Quatro Oratórios	P Cidadela
D Palácio de Quetzalpapalotl	J Pirâmide do Sol	Q Templo da Serpente Emplumada
E Templo da Agricultura	K Praça do Sol	R Grande Conjunto, ou Praça do Mercado
F Templo dos Animais Mitológicos	L Casa dos sacerdotes	
	M Via dos Mortos	

**Fig.2.:** Recriação em perspectiva dos eixos principais de Teotihuacan, onde é possível observar a preocupação com o alinhamento de todas as edificações. Fonte: LONGHENA, M. (2004), pp. 170-171.

Essa noção fundamental, segundo Soustelle, teria algumas características bem perceptíveis: em primeiro lugar, não existiria “um espaço” ou “o espaço” e sim *espaços* distintos, heterogêneos, dotados de propriedades singulares. Tudo o que se encontrasse dentro de um desses espaços, automaticamente receberia as propriedades equivalentes àquele espaço. O Leste, por exemplo, enquanto região da juventude e da aurora, seria também habitado por deuses jovens. Em segundo lugar, a crença que, ainda que distintos, esses quartéis do universo

se interpenetrariam em alguns pontos como reflexos ou ecos, o que produziria em certas regiões combinações de alta complexidade. Por fim, do mesmo modo que haveriam vários espaços, haveriam também vários tempos. Além disso, cada espaço estaria ligado a um ou a vários tempos, que absorveriam as propriedades daquele espaço. A mentalidade mexicana, desse modo, não conheceria o espaço e o tempo abstratos, mas sim estando ligados a locais e a acontecimentos. Haveria assim dias do Leste, anos do Norte, etc. O quinto ponto cardinal, o Centro, representava o encontro dos outros quatro, ponto de encontro entre o céu e a terra, onde se totalizariam as particularidades do espaço.<sup>93</sup>

A cidade era, nesse sentido, um microcosmo deste espaço, alinhada e estruturada a partir dos pontos cardiais, formando uma malha invisível onde padrões geométricos reproduziam-se continuamente. Em meio a tal padrão, dois eixos geravam quadrantes que dividiam o espaço e lhe conferiam propriedades distintas, a partir de um centro que concentraria as qualidades dos demais. Tais características podem ser mais ou menos perceptíveis dependendo da cidade, mas certamente são predominantes em Teotihuacán e Tenochtitlán. Voltemos então o olhar para esta última.



**Fig.3:** As ilhas primitivas, por ocasião da chegada dos astecas. Fonte: <<http://www.mexicomaxico.org>>

**Fig.4:** Dimensões de Tenochtitlán em 1519 sobrepostas à posição original das ilhas primitivas. Fonte: <<http://www.mexicomaxico.org>>

Tenochtitlán fora erguida, segundo o mito fundador, num ponto onde uma águia, pousada sobre um cacto, devorava uma serpente – indicação divina do deus asteca tribal,

<sup>93</sup> SOUSTELLE, Jacques. *El Universo de los Aztecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982, pp.145-156.

Huitzilopochtli. O primeiro templo construído em honra a esse deus teria sido construído exatamente sobre esse ponto, templo bem modesto, a princípio, reedificado pelos sucessivos soberanos, cada vez mais imponente, moldando-se acima dele pirâmides e santuários, porém sempre no local consagrado inicialmente pelo próprio Huitzilopochtli (significativamente, os espanhóis destruíram o templo, erguendo sobre ele uma catedral). Ao redor deste templo, foram sendo erigidos os palácios imperiais e os grandes eixos ao longo dos quais a cidade cresceu. As ilhas primitivas onde se instalaram os astecas logo daria lugar a um complexo urbano interligado e organizado (Figs. 3 e 4). Cada um dos quadrantes que assim se formava era então subdividido em *barrios* ou *tlaxillacalli*, componente territorial primário para a administração interna. Acosta nos descreve a passagem da cosmogonia mexicana onde o ídolo de pedra, que falava por Huitzilopochtli, determina a organização desse espaço urbano – e sagrado:

Di a la congregación mejicana que se dividan los señores, cada uno con sus parientes y amigos y allegados, en cuatro barrios principales, tomando en medio la casa que para mi descanso habéis hecho, y cada parcialidad edifique en su barrio a voluntad. (...) Después de divididos los mejicanos en estos cuatro barrios, mandóles su dios que repartiesen entre si los dioses que el les señalase, y cada principal barrio de los cuatro nombre y señalase otros barrios particulares, donde aquellos dioses fuesen reverenciados, y así a cada barrio de estos eran subordinados otros mucho pequeños, según el número de los ídolos que su dios les mandó adorar, los cuatro llamaron capultetco, que quiere decir dios de los barrios.<sup>94</sup>

A passagem nos transmite não apenas o aspecto sagrado da organização urbana, como também a forma como, valendo-se do pensamento mítico, a elite que administrava a cidade implementou um ordenamento espacial. No coração desta organização encontrava-se o templo, ou seja, o Centro, representando o âmago da cidade, sob a vigilância do qual se desenvolveriam as demais direções da cidade.

A importância e significado de tais fatos são bem claros para Soustelle:

A cidade mexicana é, em primeiro lugar, o templo: o glifo, que significa “queda de uma cidade” é o símbolo de um templo parcialmente destruído e incendiado. Nessa “casa de deus” – é o que significa a palavra asteca “teocalli” – se resume e se concentra a própria essência da cidade, do povo e do Estado.<sup>95</sup>

A etimologia de alguns outros termos em *nahuatl* ainda podem nos oferecer mais algumas aproximações do significado do mundo urbano para os astecas. Joyce Marcus a partir do *Vocabulario en Lengua Castellana y Mexicana* (1571) de Alonso De Molina, chama a atenção para como o termo *altepetl* significava não apenas *pueblo*, mas *también pueblo de todos juntamente, rey e provincia*. O termo era ainda radical de uma série de outras importantes palavras derivadas, como *altepetlianca, sujeto o comarca de ciudad*;

<sup>94</sup> ACOSTA, José de. *Obras del P. José de Acosta*. Madrid: Atlas, 1954, pp 216-217.

<sup>95</sup> SOUSTELLE, 2001, pp. 28.

*altepenayotl, principal ciudad que es cabeza de reyno; altepetenametica, ciudad cercada de muro e atepetequipanoliztli, obra pública ou ofício público.*<sup>96</sup>

Fica bem nítido, desse modo, que a cidade, para o asteca, não era apenas seu espaço físico. Concatenava-se com uma forte visão simbólica impregnada por aspectos religiosos uma mentalidade que entendia o espaço urbano como sua estrutura física, seus habitantes, seus governantes e seu território. Mais do que isso, esta confluência de significados expressa uma noção de coletividade entre os astecas que não encontrava paralelos no mundo europeu. A cidade era seus habitantes. A cidade era seu rei. E, como colocou Soustelle, a cidade era o templo. Do mesmo modo, a obra pública ou o ofício público eram elementos à cidade, ou seja, era o mundo urbano, e não o rural, que estava associado às funções de poder, tanto no âmbito do sagrado quanto do administrativo. Do mesmo modo, o termo *altepenayotl* demonstra a presença de uma hierarquização de cidades dentro da visão mexicana, o que implica em uma certa complexidade de entendimento deste tipo de espaço. Em suma, o que tentamos dizer é que a cidade, para o asteca, não era um mero ambiente irrefletido, com eventuais significações religiosas. Tratava-se de um ambiente *pensado*, entendido de dada forma, cuja compreensão interferia no próprio transcurso da sociedade.

Esta mentalidade específica produzia e era produzida – num movimento circular – uma intensa dinâmica urbana composta por uma religião que participava das funções de Estado; um aparato burocrático que criava uma rede hierárquica dentro da cidade e entre as cidades que deviam tributos à capital; uma ampla atividade comercial em plena expansão; um aparato educacional altamente organizado; uma produção cultural diversificada e tipos de sociabilidades tipicamente citadinos, uma vez que envolviam a variedade de especialização de funções que só se observa nesses ambientes.

Todos estes fatores precisaram ser levados em conta pela colonização espanhola, produzindo assim um modelo com significativas distinções para com outras áreas da hispano-América, no qual, ademais, as continuidades podem ser percebidas mesmo em características do aspecto físico mantido pela cidade reconstruída por Cortéz. Este é o aspecto que mais chama a atenção nas figuras 5, 6 e 7, onde percebemos a manutenção de um modelo sobreposto ao asteca durante momentos bem distintos do período colonial. Se fossemos adiante no tempo, as permanências se mostrariam ainda mais surpreendentes.

---

<sup>96</sup> MARCUS, Joyce. On the Nature of the Mesoamerican City. In: SMITH, M.E. & MASSON, M.<sup>a</sup> (Eds). *The Ancient Civilizations of Mesoamerica*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000, pp. 55.



**Fig.5.:** Mapa do México-Tenochtlán em 1555, atribuída ao cartógrafo Alonso de Santa Cruz. Sua aparência de códice faz supor a intervenção de mãos indígenas em sua confecção. Fonte: <<http://www.mexicomaxico.org>>



**Fig. 6.:** Vista geral da cidade do México em 1628. Fonte: <<http://www.mexicomaxico.org>>



**Fig.7.:** Planta da Cidade do México em 1760. Fonte: <<http://www.mexicomaxico.org>>

## 2 IMPLEMENTAÇÃO E DINÂMICA URBANA

De la famosa México el asiento,  
origen y grandeza de edificios,  
caballos, calles, trato, cumplimiento,  
letras, virtudes, variedad de oficios,  
regalos, ocasiones de contento,  
primavera inmortal y sus indicios,  
gobierno ilustre, religión y Estado,  
todo en este discurso está cifrado.

*Grandeza Mexicana. Bernardo de Balbuena, 1604*

A conjunção de modos de entender o espaço urbano de espanhóis – a partir de uma matriz ibérica – e mexicas, foi responsável por algumas idiossincrasias presentes nas cidades espanholas fundadas no vale do México, em especial na capital do Vice-Reino de Nova Espanha.

Do mesmo modo, o momento específico da fundação da Cidade do México dentro do contexto maior do processo de povoamento espanhol; as funções econômicas preponderantes que a cidade logo assumiu; assim como o sistema administrativo implantado e as adaptações neste para a adequação da demograficamente densa população indígena; acabaram por gerar uma dinâmica urbana que ofereceu à região perceptíveis características distintivas já a fins do século XVI.

Certamente o XVI, principalmente a sua segunda metade, é o momento em que podemos observar uma maior homogeneidade da sociedade urbana colonial, onde os particularismos de cada região ainda não haviam começado a despontar. É por esse motivo, inclusive, que Georges Baudot elege o reinado de Felipe II (1556-1598) como melhor corte temporal para trabalhar com a vida cotidiana na América colonial enquanto um todo, destacando este período como uma fase onde esta parte do império espanhol já “*era uno, pero acabado e instalado, y lo suficientemente lejos de los combates (...) para mostrar el rostro de la madurez.*”<sup>97</sup>, mas ainda não exibindo os traços multiculturais que logo transpareceriam em suas várias regiões.

Esta realidade aparentemente homogênea, no entanto, não pode ocultar sua essência heterogênea. Lafaye destaca que, a princípio, apenas súditos da Coroa de Castela podiam seguir para as Índias, da qual faziam parte, no entanto, o norte da Cantabria, Navarra, Extremadura e Andaluzia. Ora, durante o XVI, a própria Espanha não era uma entidade

---

<sup>97</sup> BAUDOT, Georges. *La vida cotidiana en la America española en tiempos de Felipe II: Siglo XVI*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1992, pp. 11.

política completamente unificada, tampouco uma unidade cultural homogênea, e as pessoas que vinham destas diferentes regiões podiam exibir sensíveis distinções. Além disso, havia ainda entre estas pessoas uma grande variedade de origem social. As diferentes culturas indígenas que interagiam com espanhóis dentro destas novas comunidades eram um elemento dessemelhante à mais, ao qual soma-se ainda a imigração clandestina, que incluía judeus portugueses fugitivos da Inquisição, alemães suspeitos de luteranismo, até piratas ingleses e franceses, náufragos e simples aventureiros oriundos de várias partes da Europa. Nesse sentido, cada aldeia poderia ser, mesmo, um enclave cultural.<sup>98</sup>

Além disso, o século XVI é, acima de tudo, o período que encerra o estabelecimento das estruturas e instituições espanholas no Novo Mundo cujo transcurso, obedecendo a um planejamento imperial ou adaptando-se às circunstâncias, delineou as raízes da diferenciação regional. Foi neste momento que opções importantes, em geral ligadas ao mundo urbano, – como o modelo administrativo, o grau de autonomia que os *cabildos* dispuseram, a criação de uma *República de espanhóis* e uma *República de índios*, a criação de Universidades e a permissão, mesmo que limitada, para impressão de livros e periódicos – foram tomadas e, se a pluralização das culturas locais foi um fenômeno que só seria melhor percebido nos séculos subsequentes, é no XVI que se encontram suas origens.

## 2.1 As rotas do povoamento e o contexto mexicano

Os próprios caminhos que o povoamento do continente americano por parte da Espanha percorreu são um importante fator de heterogeneização identitária. O momento específico em que cada cidade foi fundada, assim como as funções que já a princípio assumiu seriam responsáveis, a médio e longo prazo, por muitas de suas especificidades. Cidades-fortaleza, cidades-porto, cidades mineradoras, capitais administrativas, aldeias ou missões posteriormente convertidas em cidades... sua razão inicial de existir inevitavelmente influenciaria os moldes de sua dinâmica urbana, do mesmo modo que cidades fundadas apenas como entrepostos entre duas outras cidades com funções melhor definidas poderiam, de acordo com as circunstâncias, simplesmente desaparecer num momento posterior.

As cidades-fortaleza foram o modelo dos primeiros assentamentos espanhóis na América, não possuindo ainda o formato clássico que a empresa iria assumir posteriormente. Tratavam-se de assentamentos murados com a função de proteger homens que ali estavam

---

<sup>98</sup> LAFAYE, Jacques. A Literatura e a Vida Intelectual na América Espanhola Colonial. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998, pp. 612-614.



para fazer a guerra para ocupar o território e alcançar a riqueza que acreditavam ali existir. Assim eram as primeiras vilas fundadas – Natividad e Isabela – dotadas de planos irregulares e se assemelhando a feitorias fortificadas como as italianas no Mediterrâneo e as portuguesas na África; como também o eram outras cidades fundadas nos primeiros anos da colonização, cidades que guardariam características do modelo desta fase inicial.

Durante este período, a colonização se ocupou basicamente da ilha de Hispaniola (República Dominicana e Haiti), devido ao maior contingente indígena encontrado na região. O projeto espanhol era controlar completamente essa região, aparentemente a mais densamente povoada, para a partir dali ir submetendo gradualmente as regiões circunvizinhas.<sup>99</sup> Após a fundação da cidade de Santo Domingo, na costa sul da ilha, esta tornou-se capital espanhola na América, mantendo posição de destaque por boa parte do XVI. Nessa cidade, encabeçada a partir de 1502 pelo governador Nicolás de Ovando, se começou a experimentar novos modelos e táticas urbanas, como a segregação entre as *villas* espanholas e *pueblos* indígenas, e após a destruição da cidade original por um furacão, uma nova foi erigida, implementando-se pela primeira vez no Novo Mundo o traçado geométrico que tanto marcaria o período de fundações.

Entre 1508 e 1511 Porto Rico, Jamaica e Cuba seriam totalmente ocupadas e entre 1509 e 1513 se iniciaria a conquista efetiva da região continental com a exploração da Tierra Firme (Panamá e costa ocidental da Colômbia).

Embora essa fase antilhana tenha dado significativo retorno para a Espanha em ciclos mineradores e, em menor escala, pela exportação de açúcar, couro ou extração de pérolas, a médio prazo se dava o esgotamento das riquezas locais e a região do Caribe se consolidaria ao longo do período colonial muito mais como um entreposto para abastecimento e segurança das frotas que circulavam entre a península e o continente americano.<sup>100</sup>

A grande consolidação do processo em seu formato definitivo se daria, de fato, com a conquista das áreas centrais do continente. De Cuba partiria a expedição de Cortéz que entre 1519 e 1521 assumiria o controle do México e de Tierra Firme sairia o grupo encabeçado por Pizarro, que entre 1532 e 1533 dominaria o Peru. A partir desses dois grandes núcleos a exploração das demais regiões encontraria uma vigorosa continuidade: a partir do México seriam conquistadas e fundadas povoações, como Guatemala, Iucatã e Nova Galícia<sup>101</sup> e, do Peru, as regiões de Quito (1534), Chile (1535-1558) e Tucumã (c.1551-1570). De Hispaniola

---

<sup>99</sup> A esse respeito, conferir o artigo de MORSE, 1998, Op. Cit, pp 63-65.

<sup>100</sup> Ver SCHWARTZ & LOCKHART, Op Cit, pp 90-91.

se controlaria ainda a Venezuela entre 1529 e 1550, de Tierra Firme se chegaria a Bogotá em 1537 e uma expedição, saindo direto de Sevilha fracassou na tentativa de fundar Buenos Aires entre 1535 e 1536, o que estabeleceria um núcleo de controle para a região da bacia do Prata, mas conseguiu ocupar de modo permanente a região do Paraguai (1537).

Podemos perceber que por volta das décadas de 1540 e 1550 a colonização espanhola já tinha alcançado a maior parte dos pontos estratégicos do continente, já tendo sido fundadas o que hoje são as capitais da maior parte dos países da América Latina. Essas fundações não eram aleatórias. Se continuamos pensando no conceito básico de que pra “conquistar é preciso povoar”, depois que a Espanha passou a ter uma considerável noção da geografia americana, tornou-se mister aplicar um controle efetivo sobre alguns pontos-chave do Novo Mundo sob o risco de perde-lo. Grande exemplo disso é justamente a bacia do Prata, onde a fundação de Sacramento por Portugal nas proximidades de Buenos Aires deu início a uma longa disputa pelo controle da região. Em jogo estava o controle de uma rede fluvial que alcançava boa parte do interior do continente.

A escolha para o local de fundação de muitas cidades, desse modo, levava em conta também as possibilidades que aquele sítio encerrava de, a partir dele, se chegar a outras regiões-chave. O “povoar o adiante” era um pressuposto básico e uma consequência natural esperada da fundação de uma boa cidade.

Essa opção foi fundamental para o surgimento de determinadas características que o mundo hispano-americano como um todo assumiu. Se a ocupação tivesse se organizado a partir de um núcleo, e a partir deste se fosse tomando regiões vizinhas, teria se formado um mundo muito mais coeso, de mais fácil controle por parte da Coroa e mais uniforme e homogêneo – como esta tanto desejava. A escolha pela pulverização dos centros urbanos, afastados uns dos outros por centenas ou milhares de quilômetros facilitou a criação de culturas regionais e dificultou significativamente o controle da Espanha. Essas cidades não formavam uma rede interligada e poucas eram as informações que o México tinha, por exemplo, do que estava ocorrendo no Peru. O mais comum, desse modo, é que em cada região uma grande cidade encabeçasse uma série de outras de médio e pequeno porte, criando assim sistemas concêntricos onde o poder político e econômico se concentrava na “cidade-mãe”.

A partir desta realidade, iniciou-se um processo de disputas entre áreas de influências de zonas urbanas. Os grandes municípios que então se desenvolviam passavam, com o tempo, a abarcar um vasto conjunto de cidades, vilas e *pueblos* dependentes, que, como coloca

---

<sup>101</sup> O caso específico da expansão dos centros urbanos do México será retomado de forma mais detalhada mais adiante.

Guerra se tornaram as comunidades políticas de base no continente.<sup>102</sup> Assim, conforme México e Lima se desenvolviam, passavam a controlar outros assentamentos, do mesmo modo que, como exemplifica Morse, Buenos Aires almejou e reclamou direitos sobre toda a região da Argentina atual, Quito sobre o Equador e parte da Colômbia e Asunción sobre uma área de cem léguas a seu redor.<sup>103</sup> Esta situação relaciona-se amplamente com o surgimento dos regionalismos, uma vez que as elites que se formavam em cada cidade estavam comprometidas em fortalecer o próprio poder, sendo o próprio mundo urbano instrumento para tal.

Ao passo em que as “cidades-mãe” cresciam em ritmo acelerado, inibiam o crescimento das que encontravam-se sob sua área de influência, dentre as quais, durante a maior parte do XVI, o destaque absoluto foi para as capitais vice-reinais, como pode ser percebido pelos contingentes populacionais: enquanto a Cidade do México possuía 15.000 casas, o que representava cerca de 100.000 habitantes e Lima 9.900 casas ou algo entre 60 a 65.000 habitantes, a população de outras grandes cidades como Puebla, Zacatecas, Quito, Cuzco, Bogotá e Cartágena variava entre 1.500 e 3.500 casas, quer dizer, entre 10 e 20.000 habitantes. Cidades de médio porte em geral possuíam uma população oscilando entre 1.500 e 4.000 moradores.<sup>104</sup>

O final do século XVI, portanto, encontrou a América polarizada em duas órbitas: a mexicana, que abarcava todo o Norte, e a limense, responsável pelo eixo Sul. Cada uma era formada por uma rede primária de cidades composta pela capital, onde estava estabelecido o centro institucional espanhol, uma cidade-porto – Veracruz, fundada em 1519, no caso do México – algumas cidades secundárias espaçadas, cercadas de uma extensa área indígena repartida entre as encomiendas. Progressivamente foram sendo fundadas cidades intermediárias ao longo das principais rotas, além daquelas fundadas em regiões onde eram descobertas minas.

No Vice-Reino de Nova Espanha, a hegemonia da Cidade do México foi quase absoluta durante boa parte do período colonial, embora durante o XVII tenha ocorrido um desenvolvimento considerável em Puebla, que quase chegou a rivalizar com a capital, Guadalajara, Mérida, Oaxaca, fora Veracruz, por suas características de cidade portuária. A proximidade com a capital, no entanto, caminho obrigatório para o escoamento da produção, inibiu um maior desenvolvimento dessas regiões. A rede de cidades centrada em Lima, por

---

<sup>102</sup> GUERRA, 1994, Op.Cit.

<sup>103</sup> MORSE, Op.Cit., 1998, pp 71.

<sup>104</sup> Dados obtidos em BAUDOT, Georges. Op.Cit., pp 255.

ser mais extensa, embora tenha tido efeito semelhante sobre as povoações em sua órbita, foi este mais ameno. Cidades como Bogotá, Quito, Trujillo, Cuzco e Santiago do Chile conseguiram obter maior autonomia, e o XVII viu Lima tentar, inutilmente, cercear de forma cada vez mais intensa as possibilidades de expansão econômica de Buenos Aires, que ameaçava sua ascendência comercial sobre o alto Peru. A transferência da arrecadação alfandegária de Córdoba para Salta e Jujuy em 1646, no entanto, marcou o início da hegemonia de Buenos Aires sobre o comércio platino, posição ratificada com sua elevação a capital Vice-Reinal em 1776 e transferência do eixo econômico da América do Sul do Pacífico para o Atlântico.<sup>105</sup>

Tratava-se, em todos esses casos, de uma tentativa por parte das elites econômicas locais em fortalecer suas cidades, tentando resistir à dominação por parte da capital – na maioria das vezes em vão – o que acabou por fortalecer sua citada tendência ao regionalismo.

O poder das capitais residia indubitavelmente no nível de estruturação organizacional dos impérios Asteca e Inca, do qual os conquistadores se aproveitaram; além da densidade demográfica e paralelismos culturais dos povos destas regiões. Por um lado, já existia uma rede de poder ligando as capitais dos antigos impérios com a vasta extensão territorial que controlavam, estruturas que precisaram apenas ser adaptadas. De outro lado, as estruturas administrativas e religiosas de espanhóis e impérios locais possuíam muitas similaridades, o que facilitou a transposição dos mecanismos de dominação. A consolidação do domínio espanhol em áreas habitadas por sociedades tribais nômades ou agrárias foi bem mais lenta e custosa. Essa diferença básica inevitavelmente já produziria, por si só, resultados distintos, a despeito de quaisquer intenções homogeneizadoras.

Precisamos, no entanto, levar também em conta o efeito simbólico do controle espanhol sobre estas regiões específicas: mais do que a ocupação de qualquer outra área, a conquista de México e Peru se apresentou, em certo sentido, como o ápice da empreitada hispânica no Novo Mundo, assumindo assim tons épicos. As façanhas de Cortéz e Pizarro formam, junto com as primeiras viagens exploratórias, como as de Colombo, Vespúcio e Pigafetta uma espécie de “trilogia americana”, três grandes ciclos de “aventuras” que dominaram a literatura e o imaginário da Europa no XVI, se estendendo pelos séculos subsequentes. Desse modo, tal qual uma novela de cavalaria, a saga de Cortéz entre 1519-1521 foi narrada inúmeras vezes com ênfase em seus aspectos mais dramáticos: a entrada em Tenochtitlán, o cativo de Motecuzoma, o cerco à cidade, a “Noite Triste”, e o triunfo final

---

<sup>105</sup> Cf. MORSE, Op.Cit, 1998 e SCHWARTZ & LOCKHART, Op Cit.

dos espanhóis. A partir das obras dos cronistas originais, pessoas com ambições literárias, fascinadas pelo espírito “heróico” daquele momento, produziam suas próprias versões de tais eventos. Assim, quando o letrado Alonso de Zorita, após exercer diversos cargos na América entre 1547 e c.1585, decide, em seus anos finais, produzir uma obra literária – sua “*Historia de la Nueva España*”, fortemente baseada em Motolinia –, é a tais episódios que esta se dedica em sua maior parte.<sup>106</sup>

Tamanha foi a força destes eventos no imaginário europeu, que ainda no século XIX eles permaneciam centrais na mentalidade corrente: ao se realizar estudos sobre a América colonial, a ênfase continuava a estar nestes três ciclos. Assim, em 1851 eram publicadas as obras “*Vida y Viajes de Cristobal Colon*”, de Washington Irving, “*Historia de la Conquista de Mejico*”, De Antonio Solis e “*Historia de la Conquista del Peru*”, de Guillermo Prescott. No campo literário, o consagrado escritor Júlio Verne publicava, alguns anos depois, a obra “*Os Conquistadores*”, dividida em três capítulos, um primeiro para os primeiros navegadores e exploradores do Novo mundo, um segundo apenas para Cortéz e um terceiro para Pizarro.

Mais do que a ocupação de Hispaniola, a fundação de Santo Domingo ou implementação dos primeiros assentamentos no continente, em Tierra Firme, a Conquista do México mostra-se como um marco fundamental, com profundos significados que transcendem às conseqüências econômicas do domínio daquela área. Isto em grande parte relaciona-se com a estrutura sócio-cultural dos astecas, que foi, por si só, objeto de interesse e descrição de um significativo número de missionários.

Mendieta, dentro de todos os eventos da Conquista como um todo, destaca os feitos de Cortéz em Nova Espanha, os comparando aos de Moisés, ao libertar seu povo do cativeiro no Egito. Complementa, refletindo:

Débese aquí mucho ponderar, cómo sin alguna dubda eligió Dios señaladamente y tomó por instrumento á este valeroso capitan D. Fernando Cortés, para por medio suyo abrir la puerta y hacer camino á los predicadores de su Evangelio en este nuevo mundo, donde se restaurase y se recompensase la Iglesia católica com conversion de muchas ánimas, la pérdida y daño grande que el maldito Lutero habia de causar en la misma sazón y tiempo en la antigua cristandad.<sup>107</sup>

A densa população de Tenochtitlán aparecia, portanto, como um meio de equilíbrio para as baixas que a Igreja Católica sofria na Europa por conta da Reforma, ao passo em que sua religião elaborada, com seus deuses, cosmogonia e sacrifícios, era alvo de atenção maior por parte dos teólogos do que as das sociedades tribais.<sup>108</sup> Tratava-se de um ponto de

---

<sup>106</sup> ZORITA, Alonso de. *Historia de la Nueva España (siglo XVI)*. Madrid: Librria General de Victoriana Suarez, 1909.

<sup>107</sup> MENDIETA, Op.Cit., pp. 174.

<sup>108</sup> Processo similar ocorria no Peru.

convergência onde uma série de eventos deveriam ser desencadeados, de acordo com planos divinos já há tempos traçados. Podemos ver isso ainda na fala de Mendieta, quando este descreve Cortéz – cuja imagem é indissociável da tomada do México – como um eleito divino encarregado da missão de libertar os habitantes do México do jugo de seus falsos deuses. Mendieta, desse modo, busca fatos que comprovem tal fato

En confirmacion de esto se halla por la cuenta de las antiguallas de los indios, que el año en que Cortés nació, (...) se hizo en la ciudad de México una solemnísima fiesta en dedicacion del templo mayor de los ídolos (...), en la cual fiesta (...) se sacrificaron ochenta mil y cuatrocientas personas. Mirad si el clamor de tantas almas y sangre humana derramada en injuria de su Criador seria bastante para que Dios dijese: VÍ la afliccion de este miserable pueblo; y tambien para enviar en su nombre quien tanto mal remediase (...). Y que Cortés naciese en aquel mismo año, y por ventura el día principal de tan gran cernicería, señal particular y evidencia de su singular eleccion.<sup>109</sup>

A competência com que Cortéz cumprira sua tarefa fora tamanha, que Mendieta não tarda a defende-lo quando necessário:

Bien me consta que algunos en sus escritos (y aun personas graves) han condenado á Cortés (...). Mas yo de aquellos mismos excesos (confesándolos por tales) no puedo dejar de excusarlo.<sup>110</sup>

É bastante curiosa esta posição de Mendieta com relação a Cortéz, uma vez que por ocasião da produção de sua obra, já se encontrava bastante disseminada a posição de Bartolomé de las Casas sobre a situação dos índios sob o jugo espanhol. O próprio Mendieta, que considera las Casas o “*principal procurador de los indios*”, louva a este que, entre aqueles que “*(...) por haber trabajado fiel y apostólicamente en la obra de conversion de los indios, (...) más que outro alguno trabajó y más hizo por su conservacion y cristiandad.*”<sup>111</sup>

Além disto, trata-se de alguém que

(...) en una apologia que escribió en defension de los indios, á quien por la autoridad de su persona, religion y dignidad, y por el cristianísimo celo que en sus obras y escritos mostró de la honra de Dios, es razon de darle todo crédito (...)<sup>112</sup>

Ora, Cortéz é um dos alvos das críticas de las Casas, em suas palavras um tirano, responsável pelo massacre e chacina perpetrado aos nativos, que

(...) gozando no terreiro aquele espetáculo, enquanto iam passando a fio de espada os cinco ou seis mil homens, (...) estava com o coração completamente alegre e cantava: Mira Nero de Tarpeya a Roma como se ardia; Gritos dan niños, viejos y el de nada se dolía.<sup>113</sup>

Mendieta não é condescendente com nenhum outro conquistador, não chegando nem a citar Pizarro, no entanto, dedica largo espaço a enaltecer os méritos de Cortéz, incluindo o zelo e diligência que teria tido com a conversão dos índios que conquistara.

<sup>109</sup> MENDIETA, Op.Cit., pp. 175.

<sup>110</sup> Idem, pp. 177. Logo após este trecho, segue-se uma longa e esmiuçada narração dos motivos que obrigaram Cortéz a agir de semelhante forma.

<sup>111</sup> Idem, pp. 366.

<sup>112</sup> Idem, pp. 42.

<sup>113</sup> CASAS, F. Bartolomé de las. *O Paraíso Destruido*. Porto Alegre: L&PM, 2007, pp. 56-57.

A base desta imagem, cuja interpretação de Mendieta não é apenas uma exceção, fundamentava-se não apenas na grandiosidade com que seus feitos foram encarados, mas também no poder simbólico que conseguiu obter em seus atos como administrador da cidade. Se os conquistadores que acompanharam Cortéz o tinham em alta conta, também a população que logo se adicionou ao corpo da cidade, assim como os eclesiásticos que logo chegaram o relacionavam com todas as realizações que transcorriam naquele espaço urbano.<sup>114</sup> Seu prestígio alçara tamanho grau que passava a precisar ser contido. Um grupo de oficiais reais que chegaram ao México 1523 já se alarmavam com o que encontraram:

(...) era tanta el autoridad que el Governador tenia, que era tirania, poniendo grandes sombras, i dando entender el incoviniente, que havia quando no quisiesse ser fiel. (...) Que Cortés no havia tenido ningun respecto à los mandamientos reales, i que convenia proceder com el, com mucha disimulacion (...) i embiarles orden, i autoridad para ello (...)<sup>115</sup>

Embora com o passar dos anos os privilégios de Cortéz tenham sido gradualmente reduzidos, e prestígio que o Marquês ainda possuía dentro da comunidade que conquistara era uma constante ameaça ao poder central, tendo em dado momento sido mesmo proibido de entrar na Cidade do México. Assim, Herrera, ao falar sobre a escolha de Antonio de Mendonça para encabeçar o recém-implementado vice-reinado de Nova Espanha, cita as qualidades desejadas para o ocupante do cargo e comenta sobre o descarte de Cortéz para a função:

(...) aunque a muchos parecia, que no faltaba cosa al Marquès del Valle, para encomendarle lo que tanto cuidado, i trabajo le havia costado, i la tierra adonde tan generalmente era tan amado, i estimado: pudo ser, que esto le fuese de impedimento (...)<sup>116</sup>

Através do caso de Cortéz, podemos perceber que, a despeito de todas as tentativas da Coroa em limitar os direitos dos conquistadores e de uma elite correlata ligada à fundação da cidade, estes, embriões dos caudilhos, muitas vezes conseguiram desfrutar de uma ampla área de influência, o que implicava em disputas e querelas com seus similares em áreas de litígio que inevitavelmente surgiam com o crescimento dos centros urbanos. Assim, Cortéz e os descendentes de Colombo e Pizarro foram motivo de grande transtorno para a Coroa devido

<sup>114</sup> É interessante notar a persistência dessa imagem. Também Júlio Verne, na obra já citada de meados do XIX, comenta sobre toda a brutalidade dos espanhóis no trato com os índios do México por ocasião da Conquista, destacando sua estupidez ao lidar com uma civilização tão “desenvolvida”. No entanto, seu Cortez é sempre sagaz, sempre diplomático, sempre estratégico, sempre heróico; na verdade um “(...) herói que teve um papel tão importante no desenvolvimento da civilização e na história do Novo Mundo (...)”, pp. 73; sendo, em geral, inocentado dos aspectos negativos da empreitada. Assim, justificava: “(...) Cortéz, na impossibilidade de acalmar os descontentes, viu-se obrigado a permitir a tortura do imperador e seu primeiro-ministro.”, pp. 72; e, logo à frente: “(...) se por um lado temos o direito de reprovar Cortéz por ter reduzido os direitos políticos dos índios, por outro é preciso reconhecer a mais louvável solicitude pelo bem-estar espiritual deles.”, pp. 74. VERNE, Júlio. *Os Conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

<sup>115</sup> HERRERA, Antonio de. *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas e Tierra Firme del Mar Oceano*. Vol. II. Madrid: Oficina Real de Nicolas Rodrigues Franco, 1726, Decada II, pp 173-178.

não só à sua situação jurídica legal, mas também pelo prestígio e poder simbólico que exerciam sobre a região a que estavam ligados. Além disso, durante todo o XVI a figura do conquistador continuou sendo indispensável para a expansão do processo de ocupação espanhola do Novo Mundo, de modo que um choque maior com estes elementos poderia ser bastante contraprodutivo.

Assim, a Cidade do México foi núcleo da ocupação de um extenso território, que posteriormente comporia o Vice-Reino de Nova Espanha, propriamente dito, processo iniciado ainda por Cortéz: ainda em 1521, com Tenochtitlán recentemente reconstruída, enviou Gonzalo de Sandoval a Coatzacoalcos, Luis Marín a Oaxacas e Chiapas, expedição ocorrida entre 1521 e 1524, Cristóbal de Olid a Michoacán e Zacartula em 1522 e Pedro de Alvarado à Guatemala em 1523.<sup>117</sup> Todas essas expedições deram a origem a núcleos de povoamento que se reverteriam em importantes centros urbanos. Posteriormente, sairia ainda do México a expedição de Nuño de Guzmán ao Noroeste, entre 1529 e 1536, à região da futura Nova Galícia. Uma segunda vaga colonizadora ocupou o Norte de Nova Espanha, a partir da descoberta de prata em Zacatecas em 1546 e das minas de Guanajuato (1557), Durango (1563) e Santa Bárbara (1567). Ainda ao Norte, dominicanos, franciscanos e jesuítas fundaram missões, a partir das últimas décadas de XVI, que posteriormente se converteriam em importantes núcleos urbanos Na Baixa Califórnia, Sonora, Novo México, Sinaloa e Texas.

Toda esta rede de cidades encontrava seu cerne na Cidade do México: núcleo original do eixo norte, depositária de um sistema organizacional previamente estabelecido a ser apenas adaptado, portadora de um significado simbólico que atingia colonizadores originais e evangelizadores... todos esses elementos se fundiam para dar a esta cidade uma face única dentre as que a rodeava.

Com o tempo, estas características originais se somaram ao poder econômico que adquiriu por sua posição de centro administrativo. Se a Nova Espanha produzia nas *haciendas* trigo, milho e cana-de-açúcar, praticava a pecuária bovina, equina e ovina, além da exorbitante riqueza produzida pelas minas, em especial as do Norte; era pela Cidade do México que era tributada e escoava toda essa riqueza, em direção do porto de Veracruz. Assim, já Donghi apontava como uma distinção fundamental entre o México (Nova Espanha) e o resto do Império espanhol o fato dos concessionários das minerações possuírem capital suficiente para expandir tal empreendimento de modo autônomo<sup>118</sup>, dado corroborado e

---

<sup>116</sup> HERRERA, Op.Cit. Vol. III, Década V, Livro IX, pp. 201-202.

<sup>117</sup> Todo esse processo é minuciosamente descrito por Bernal Diaz del Castillo, Op.Cit.

<sup>118</sup> DONGHI, Tulio H. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979, pp.16.



complementado por Bakewell, que demonstra como, na Cidade do México, a partir destas possibilidades iniciais de acumulação de riqueza, certas famílias, como a dos Fagoaga, se especializaram, nos séculos que se seguiram, em fornecer crédito a mineradores a juros de 5%.<sup>119</sup>

Devemos perceber então que, embora a riqueza em si do Vice-Reino de Nova Espanha se encontrasse nas áreas mineradoras e nas *haciendas*, as estruturas de poder – que se revertiam em poder econômico – encontravam-se na Cidade do México. Isto fica bem claro quando observamos que, ainda durante o Reinado de Carlos V, a cidade já desfrutava de uma primazia institucionalizada, como na lei onde o monarca determinava

En atencion á la grandeza y nobleza de la Ciudad de México, y á que en ella reside el Virey, Gobierno, y Audiencia de la Nueva España, y fué la primera Ciudad poblada de Christianos: (...) mandamos que tenga el primer voto de las Ciudades y Villas de la Nueva España, como lo tiene en estos nuestros Reynos la Ciudad de Burgos, y el primer lugar, despues de la Justicia, en los Congresos que se hicieren por nuestro mandado (...)<sup>120</sup>

Além do valor simbólico advindo do fato de ser o México a primeira cidade cristã do novo mundo, as outras razões que o imperador alega o terem levado a optar por esta localidade para receber tais privilégios, relacionam-se com o fato dela obrigar as principais instituições administrativas espanholas daquela área da América. Isto relaciona-se diretamente com a forma como a Espanha pensava o modelo de povoamento que tentava implementar: um mundo essencialmente urbano e altamente controlado por uma extensa malha burocrática. A cidade confundia-se com suas instituições. E era a partir destas que as disputas de poder se davam de fato, das altas instâncias aos níveis mais locais.

Nesse contexto, o modelo administrativo implementado pela Coroa em seus domínios no Novo Mundo acabou por se tornar, também, um importante delineador de características fundamentais da realidade policultural que viriam a se formar na região.

## 2.2 As instituições hispano-americanas: as instâncias superiores

<sup>119</sup> BAKEWELL, Peter. A Mineração na América Espanhola Colonial. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998, pp. 135. É interessante notar como, embora o trabalho de Donghi tenha sua ênfase no econômico, abordagem que aqui não priorizamos, também para ele a presença indígena delineou traços fundamentais da ocupação espanhola, como ao mencionar: “*O que fez dos altiplanos e das montanhas, do México a Postosí, o núcleo fundamental das Índias espanholas não foi apenas sua riqueza mineral, mas também a presença de populações indígenas, cuja organização anterior à conquista as tornava úteis à economia colonial que surgiria depois dessa.*” DONGHI, Op.Cit., pp. 13.

<sup>120</sup> RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, Tomo Segundo. Madrid: Inprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1998, Libro III, Título VIII pp. 25.

A implementação administrativa da cidade era essencial, uma vez que representava a essência da organização da municipalidade e expressão máxima da ordem urbana. Como concluiu Constantino Bayle,

Com el acta de fundación y el nombramiento del cabildo y el reparto de solares según la traza que dibujó toscamente el alarife, asesor del capitán fundador, tenemos lo sustancial del lugar: podríamos decir el alumbramiento.<sup>121</sup>

Ou seja, em primeiro, a distribuição de terras entre os conquistadores como recompensa por seus esforços militares complementava suas aquisições nobiliárquicas, sendo assim um importante reforço para se obter contingente humano interessado na empresa, o que permitiu que a urbanização adentrasse cada vez mais fundo pelo interior do continente tornando-se, como destaca Bayle, um elemento necessário e indispensável à municipalidade.

Em segundo, se por um lado a Coroa desejava que desde um primeiro momento a cidade que se formava já estivesse plenamente encaixada no complexo sistema burocrático que visava um maior controle real, por outro o regime administrativo municipal implantado na América em muito se assemelhava com o modelo castelhano medieval, e se os conselhos municipais da Espanha tinham gradualmente tido sua expressão reduzida durante o processo de centralização do poder, na América os *cabildos* correspondiam às aspirações sociais das elites que lá se estabeleciam obtendo, a contragosto uma autonomia maior do que a que desejaria o poder central. De um modo ou de outro, a implementação dessa administração local era fundamental para ambos, principalmente quando levamos em conta o já citado papel que o nível regional exercia na mentalidade ibérica.

A desejada unidade deste mundo urbano deveria ser garantida por um complexo emaranhado administrativo, do qual os *cabildos* eram apenas o nível mais local. Na segunda metade do século XVI ele já estava implementado na América espanhola e produziu uma notável casta de burocratas. Incumbidos de restringir o poder quase ilimitado que os conquistadores conseguiram acumular na fase inicial da conquista, os múltiplos órgãos criados até meados de 1580 que deveriam se fiscalizar mutuamente, devido principalmente ao problema que a distância do poder central representava, muitas vezes possuíam poderes sobrepostos, o que deveria impedir que qualquer um deles assumisse papel hegemônico nos domínios americanos.

Se no nível peninsular já em 1503 se criou a Casa de Contratação em Sevilha para gerir o comércio com as Índias, com atribuições políticas, fiscais e judiciais e entre 1523 e 1524 esta passou a estar subordinada ao Conselho das Índias, em cujas mãos ficou todo o

---

<sup>121</sup> BAYLE, Constantino. *Los cabildos seculares en la América española*. Madrid: Sapientia ed, 1952, pp 389.

governo político e administrativo dos territórios hispano-americanos; também desde cedo foram implementados órgãos de controle na colônia.

Em 1511 se criou a primeira Audiência de Santo Domingo, logo suspensa e reestabelecida em 1526, e em 1525 se fundava a primeira de Nova Espanha, destituída por abuso de poder e reestabelecida em 1531, disseminando-se então pelo continente. Os primeiros vice-reinados, por sua vez, foram criados em 1535 – de Nova Espanha – e 1544 Peru. Embora os Vice-Reis fossem, em teoria, o elemento mais alto da hierarquia das Índias, as Audiências funcionavam como um contrapeso de seu poder, pois além de suas atribuições de fiscalização, administração e justiça muitas vezes exerciam funções de governo de fato. Com isso, freqüentemente ocorreram atritos entre um e outro, principalmente quanto suas atribuições – ou interesses – se chocavam. A atuação dos Vice-Reis como presidentes das Audiências apenas tornava a relação entre ambos ainda mais tensa.

Em 1620, por exemplo, a Audiência do México escrevia uma longa carta ao rei, com variadas reclamações a respeito do tratamento que o Vice-Rei Marques de Guadalcázar lhe dispensava:

(...) Pues sólo [o vice-Rei] trata de desestimarla [a Audiencia] y menospreciarla en general y en particular, dando a entender que no hay ni ha de haber más voluntad que la suya en todo género y materia de cosas, así de gobierno como de justicia, supeditando y amenazando a los jueces con que puede embarcarlos y hacer causa y procesar contra ellos, tratándolos mal de palabra, persuadiéndolos en el acuerdo a su gusto y parecer (...)<sup>122</sup>

Tecia-se então uma rede de troca de acusações, onde a defesa confundia-se com o revide. Em relatório à Felipe II de 1554, o vice-rei Luis de Velasco alegava que, embora estivesse apenas agindo

(...) en cumplimiento de lo que se mandó, (...) cuánta contradición he tenido para lo que se há efectuado, en parte de los oidores desta Audiencia; (...) La comisión y salario que S.M. me mandó dar para el gobierno desta terra fué tan limitada y subalternada a la Audiencia que há causado, de más de no se cumplir lo que proveo en cumplimiento de lo que se mandó, atrevimientos en general y particular, así en apelar de las provisiones y no las obedecer en todo, como en enemistarme con la república de españoles, dando a entender algunos de los oidores por la ciudad que yo solo soy causa del daño que a ella se siegue (...)<sup>123</sup>

Do mesmo modo, eram freqüentes os conflitos entre as Audiências e os conquistadores em posição de governo que não viam com bons olhos a restrição de seus poderes. Fora por conflito com Diego Colombo que se dissolveu a primeira Audiência de

<sup>122</sup> CARTA DE LA AUDIENCIA DE MÉXICO -Lic. Diego Gómez de Mena, Dr. Galdós de Valencia, Lic. De Vergara Gaviria- a Su Majestad de 10 de Janeiro de 1620. Disponível em: [http://www.biblioteca.tv/artman/publish/1620\\_355/Carta\\_de\\_la\\_Audiencia\\_de\\_M\\_xico\\_-Lic\\_Diego\\_G\\_mez\\_d\\_1035.shtml/](http://www.biblioteca.tv/artman/publish/1620_355/Carta_de_la_Audiencia_de_M_xico_-Lic_Diego_G_mez_d_1035.shtml/)> Acesso em: 12 jan. 2008.

<sup>123</sup> CUEVAS, Pd Mariano. *Documentos inéditos del siglo XVI para la Historia de México*. México: Porrúa, 1975, pp. 188.

Santo Domingo, e a relação da de Nova Espanha com Cortéz pode ser resumida como uma interminável contenda.

Toda essa disputa em grande parte relacionava-se com toda a possibilidade de enriquecimento através da corrupção que era possibilitada por esses cargos, o que fez com que o Conselho das Índias instituisse fiscalizações periódicas através de “visitadores”.

A hierarquia religiosa despontava como outro polo de poder na realidade hispano-americana. O bispo, além de ser o responsável por toda a organização das incumbências religiosas de sua diocese, ainda interagia com a estrutura administrativa civil em todos os seus níveis, sendo muitas vezes encarregado de executar ordens vindas diretamente da Audiência, do vice-rei e do próprio Conselho das Índias, embora mantivesse sua autonomia enquanto esfera de poder específica. Mais do que isso, o bispo – e ainda mais o arcebispo, quando passa a existir na América – encabeçava uma hierarquia com sua própria corte e círculo, tornando-se um pólo opositor a vice-reis e governadores, de modo que muitos pedidos rejeitados pelo vice-rei eram reencaminhados para o arcebispo e vice-versa. A maior parte das dioceses do período colonial foram criadas no século XVI: 22 entre 1504 e 1550 – sendo a primeira a de Santo Domingo – e mais 9 entre 1550 e 1600. Apenas 5 foram criadas durante o século XVII, 6 no XVIII e 3 no XIX, e destas, nenhuma se constituiu em um centro importante de organização eclesiástica, à exceção de Buenos Aires. A base da organização episcopal da América espanhola, portanto, é um fenômeno centrado no XVI.<sup>124</sup>

O primeiro bispo do México foi o franciscano Juan de Zumárraga, nomeado para tal posto em 1528, sendo a principal autoridade religiosa da região por vinte anos. Quando a diocese do México foi elevada a arquidiocese, em 1547, o próprio Zumárraga se tornou seu primeiro arcebispo, sua morte, contudo, transcorrendo logo no ano seguinte.

Seu exercício da função foi marcado por embates com as Audiências, em especial com a primeira, com quem uma grave contenda o levava a ter que prestar esclarecimentos na Espanha em 1532, de onde saiu inocentado, dado o grau de corrupção constatado nos ouvidores que a compunham. No entanto, sua vigília se manteve, e em 1547, já elevado a Arcebispo, Zumárraga escrevia uma longa carta a Felipe II dando conta dos últimos eventos ocorridos na região, na qual transparece seu relacionamento com os governantes do vice-reino daquele momento. Mais comedido do que nas cartas onde atacou a primeira Audiência, o Arcebispo afirmava ser seu desejo “*tener buena paz y conformidad com presidente e oidores*

---

<sup>124</sup> Cf. BARNADAS, Josep M. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998, pp. 527-528.

desta *Real Audiencia*”<sup>125</sup>. Porém, os atritos entre Zumárraga e a Audiência corrente evidenciam-se em várias passagens, como quando ressalta que,

(...) entrestos novelos que no entiedenden lo que son las jurisdicciones, (...) ningún provecho redunde de su disputa, cual es más o mayor (...) y así quiere nuestro Rey, que las jurisdicciones no se estorben, ni impida una a outra (...) Así como nós queremos que ninguno se entremeta en la nuestra jurisdicción temporal, así es nuestra voluntad que la justicia eclesiática y espiritual no sea perturbada y sea guardada en aquellos casos que el derecho permite.<sup>126</sup>

Decerto os ânimos entre as instâncias superiores, secular e temporal, da hispano-América andavam mais exaltados do que Zumárraga gostaria, tendo em vista o penoso processo anterior. Seu passado recente ainda devia bater-lhe à porta, fazendo com que o arcebispo se defendesse previamente de possíveis futuras acusações:

No porque el oidor [sea quien fuere] me diga que no tengo que de tractar a los oidores de S.M. que agora son, como tracté a los primeros Y en verdad aunque yo haya errado com poca prudencia en lo que dije e hice contra los primeros, com el poder de S.M. me quiso dar de la protectoría, poca contrición tengo hasta agora y en ello tendo creído firmemente serví a Dios y a mi Rey más que en outra cosa.”<sup>127</sup>

Era também grande a tensão entre a Audiência e os níveis locais de poder. À frente das cidades mais importantes eram, em certas ocasiões, indicados Ouvidores para agir como *Alcalde Mayor* ou *Corregidor*, nome que variava de acordo com a região, que passavam a estar à frente de cabildos cujo maior controle a Audiência julgava necessário. Estes tiveram conflitos jurisdicionais com os chamados *alcaldes ordinarios* e com os *cabildos* municipais, a ponto que, dado seus excessos, o rei ordenara

(...) á los Oidores de las Audiencias de las Indias que no entren en los Cabildos á hacerlos com los Alcaldes, Y Regidores de las Ciudades, y se los dexen hacer y votar libremente.<sup>128</sup>

De modo geral, os Ouvidores sempre pareceram os agentes reais com mais tendência aos excessos, e toda uma legislação destinada a tentar coibi-los foi elaborada, sem, no entanto, alcançar grande êxito. As críticas à sua atuação estão claras em Herrera quando refere-se, por exemplo, a seu trato com os índios:

(...) quanto à la Nueva-Esapaña, parecia, que de ser Corregidores los que tenían Indios Encomendados, se seguían inconvenientes; porque en los pueblos, adonde lo eran, no se administraba justicia, i los Indios eran vexados, i mal tradados: porque como los dichos Corregidores, que havian de guardar las Ordenanças, que estaban hechas, para el buen tratamiento de los Índios, eran interesados, no las cumplían como eran obligados:<sup>129</sup>

O rei encarregaria então, ainda segundo Herrera, o vice-rei – nesse caso, Luis de Velasco, o primeiro – de solucionar tal problema. É curioso notar como, na fala de Herrera, assim como de outros cronistas, a figura do vice-rei é muitas vezes poupada de maiores críticas, surgindo mesmo como alguém capaz de efetivamente solucionar os problemas,

<sup>125</sup> CUEVAS, Op.Cit, pp. 145.

<sup>126</sup> Idem, pp. 146.

<sup>127</sup> Idem, pp. 147.

<sup>128</sup> RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, Libro IV, Título IX, pp.30.

enquanto as Audiências e seus Ouvidores se destacam como antagonistas corruptos e criadores de entraves ao bom governo das Índias.

Nenhum tema, no entanto, criou mais querelas entre as diferentes esferas de poder, ou produziu tamanho quantitativo documental quanto a questão do tratamento do indígena. As *Ordenanzas Reais* reiteravam exaustivamente a forma como os naturais deviam ser tratados, enquanto as Audiências replicavam acerca da necessidade da mão-de-obra indígena, algumas vezes apoiadas, outras criticadas, pelos *cabildos*. Bispos e outras autoridades religiosas realizavam ataques ferozes ao que de fato se via ocorrer no tratamento dos índios, enquanto vice-reis mediavam, de acordo com as circunstâncias, o choque de posições – da capacidade do vice-rei em conseguir moderar os interesses dependia a própria estabilidade de seu cargo: uma restrição efetiva do trabalho indígena significava, como percebemos, inclusive, na fala acima de Luiz Velasco, um embate com a população, fomentado pela Audiência; uma maior liberação desse trabalho, por outro lado, significava a geração de ataques eclesiásticos, que não hesitavam em recorrer diretamente ao Rei.

O resultado final deste choque entre diferentes esferas de poder era uma conformação administrativa que não agradava totalmente a nenhuma das partes. Da marcante busca de ordem e controle pelo modelo imaginado pela Coroa, obtinha-se na prática, na visão de muitos, uma realidade caótica.

O padre José de Acosta, por exemplo, realiza duras críticas, em sua obra *De Procuranda Indorum Salute*, onde observa que, se a paz e tranquilidade de uma República dependem de um bom governo, estes nunca poderão ser encontrados nas Índias, dado o Estado de coisas em que se encontrava. Dizia, em suma, que ali

(...) no hay costumbres asentados, las leys y el derecho, excepto el natural, no son firmes, las tradiciones y ejemplos pasados o no existen o más bien son detestables, cada día sobrevienen casos inopinados, las alteraciones y mudanzas son repentinas y peligrosas, los fueros municipales ignorados o poco estables para ser aducidos en juicio, las leyes españolas y el derecho romano (...) que lo que ayer era tenido por recto y provechoso, hoy, cambiada la situación, resulta inicua y pernicioso.<sup>130</sup>

Acosta tinha também a explicação para a presença majoritária de administradores de pouco caráter no Novo Mundo:

¿(...) quien se pudiese conseguir en España un cargo en la justicia o en el gobierno iba a travesar el océano para venir a buscalo en el extremo del mundo? De surte que, excluidos de los mejores sitios, nos volviemos a estes últimos.<sup>131</sup>

Desse modo, aqueles que vinham para esta terra “pobre”, abandonando a pátria, filhos e amigos, atravessando o oceano e extensos caminhos sob um céu tão diferente, teriam como

<sup>129</sup> HERRERA, Op.Cit., Tomo V, Década VIII, Libro X, pp. 251.

<sup>130</sup> ACOSTA, José de. *Op.Cit*, pp.464.

<sup>131</sup> Idem, pp. 466.

único sonho voltar das Índias rico e feliz. Tendo isto em vista, “(...)¿qué magistrado habrá superior o ínfimo que no trate de los aumentos de su hacienda?”<sup>132</sup>. Que mal maior poderia haver para a República do que a soma de todos esses fatores, conclui indagando.

Acosta, com efeito, toca em pontos fundamentais. Aqueles que ocupavam os cargos mais elevados, detentores de algum poder de decisão real, não tinham nenhum comprometimento com o solo que administravam. Ouvidores, *corrigidores* ou *Alcaldes mayores* tinham, de forma geral, o objetivo de acumular em sua temporada no Novo Mundo – preferencialmente curta – o máximo de riqueza possível, de modo que seus interesses encontravam-se significativamente apartados dos anseios dos *vecinos*. Se constituiu, deste modo, uma oposição entre aqueles e conquistadores, missionários e demais povoadores originais, assim como seus descendentes.

O nítido abismo que separava administradores espanhóis e *vecinos* plenamente estabelecidos revertia-se muitas vezes em desprezo destes pelos ocupantes de altos cargos chegados posteriormente. Isto pode ser percebido na fala de Juan de Castellanos acerca dos burocratas espanhóis que se revestiam de privilégios sem ter “*derramado su sangre*”:

No se puede decir enteramente/ Llas congojas, fatigas y trabajos,/ Riesgos, penalidades desventuras/ Que los descubridores destas tierras/ Y pacificadores padecieron,/ En las conquistas rigurosas dellas/ Y así por ser prolijo laberinto/ Tocamos solamente los provechos/ Que de su gran valor han resultado/ A los que comen hoy de sus sudores,/ Y com manos lavadas y pies limpios/ Hallan la cama hecha y mesa puesta.<sup>133</sup>

Tendo terminado sua obra em 1589, Castellanos, que chegara às Índias como soldado por volta de 1539, tendo se ordenado como eclesiástico entre 1554 e 1555. Durante este tempo, no qual vagou por várias regiões insulares e continentais da América até fixar-se definitivamente em Tunja, apegara-se ao solo americano como tantos outros. A esse respeito, escrevia:

Lo mismo puede ser en estas partes/ De Indias, según vemos el aumento/ Numeroso de gente que se cría/ Así mestiza como castellano,/ Y la fertilidad de los terrenos,/ Dispuestos a perpetua permanencia.”<sup>134</sup>

Pardo, analisando o desenvolvimento deste traço da personalidade de Castellanos, também destaca como este fenômeno fora comum a grande parte dos transmigrados para o continente americano, que passavam a manifestar modos de ver, sentir e pensar com claras matizes diferenciadoras dos europeus que não haviam cruzado o Atlântico. Mais do que isso, para Pardo

El “indiano”, el español que há estado en Indias, adquiere características propias lo suficientemente acusadas como para constituir en el teatro un “tipo” facilmente

<sup>132</sup> Idem, Ibidem.

<sup>133</sup> CASTELLANOS, Juan de. *Elegias de Varones Ilustres de Indias*. Caracas: Academia Nacional de la História, 1962, Paerte III, Elegia Gaspar de Rodas, Canto 4.

<sup>134</sup> Idem, Ibidem.

identificable hasta por el vulgo. En verdad, los primeros criollos no son los hijos de los conquistadores, sinó los conquistadores mismos, asentados de largo tiempo en Indias e indianizados<sup>135</sup>

Esta posição é compartilhada por Lafaye, que, após refletir sobre o complexo processo de ambientação de missionários, conquistadores e povoadores no Novo Mundo, conclui que

(...) a partir do momento em que o vínculo de um solo comum congregou todos os habitantes da América – independente de sua raça ou origem étnica – numa relação comum com os estrangeiros do continente, nasceu uma cultura “criolla”, diferente da cultura espanhola.<sup>136</sup>

Podemos então considerar que, precocemente, ocorreu uma significativa identificação dos primeiros espanhóis transportados para a América com seu novo solo, que se distanciavam, em vários aspectos, daqueles que posteriormente foram designados para administrá-lo. Este processo, no entanto, não se deu apenas pela mera aglomeração de pessoas em um novo ambiente: ele precisou ser potencializado, função que coube à cidade, com toda sua dinâmica e significação, executar.

O jogo de poder semi-autônomo que se estabeleceu entre as instâncias superiores de poder na hispano-América afastou dos habitantes das cidades a consolidação de uma noção de integração regional: se aqueles que exerciam o elo de ligação entre os micropoderes locais e a Coroa, imersos em disputas e interesses particulares, não funcionavam adequadamente como intermediários, restava à cidade voltar-se para si mesma como núcleo funcional, capaz de satisfazer suas próprias necessidades, tanto físicas quanto simbólicas. Uma vez mais, o sistema administrativo favoreceu e nutriu a consolidação deste processo. Dentro deste, devemos destacar o papel do *cabildo*, enquanto instituição que concentrava o poder local, e externava as necessidades e anseios de sua elite dirigente.

### 2.3 As instituições locais

Na medida em que o *cabildo* regulava a vida dos habitantes de cada cidade ou vila e fiscalizava as propriedades públicas, de onde derivava boa parte de sua renda, estes logo se tornaram oligarquias constituídas pelos cidadãos mais abastados que se autoperpetuavam. Embora em certos momentos tenha existido o *cabildo abierto*, do qual poderiam participar todos os cidadãos para discutir questões de caráter mais urgente, de modo geral a instituição era uma corporação fechada, representando mais os interesses do patriarcado urbano do que os interesses gerais dos cidadãos, onde se disputavam as rivalidades das principais famílias locais. Alguns autores tentam reforçar o papel do *cabildo* enquanto espaço de participação: Pierre Chaunu, os considera um espaço para a autonomia local – sem ressaltar a questão das

<sup>135</sup> PARDO, Isaac. Estudio Preliminar. In: CASTELLANOS, Op.Cit., pp. LXXXIX-XC.

<sup>136</sup> LAFAYE, Op.Cit, 1998, pp.619.



distâncias e dificuldades de comunicação – enquanto Eulália Lobo chega a mencionar seu caráter democrático. Estes autores são rebatidos por Luiz Roberto Lopez que ressalta a preponderância das oligarquias regionais nos *cabildos*, que considera a relativa autonomia dos *cabildos* uma concessão implícita da metrópole, uma vez que reacionaria-se apenas a assuntos menores e cotidianos, sendo, assim, incapazes de afetar sistema como um todo – situação que só se alteraria por ocasião das independências. Em suma, afirma que os *cabildos* “em princípio, não foram uma frente de resistência ao colonialismo: (...) o complementavam e com ele se articularam na totalidade da dominação monopolista.”<sup>137</sup>

Esta não era, por outro lado, a visão destes poderes locais que, alijados da obtenção de cargos mais elevados, constantemente se enfrentaram pela ampliação de sua área de influência, encarando o *cabildo*, deste modo, como seu palco principal de atuação. Estamos lidando, portanto, com um espaço urbano dinâmico e complexo, o que pode ser percebido pela própria multiplicidade de cargos que compunham os *cabildos* – que variavam de acordo com o tamanho e atividade principal da cidade.

De modo geral, os *cabildos* das cidades metropolitanas eram compostos por dois *Alcaldes ordinarios* e doze regidores com funções específicas. Os *Alcaldes ordinarios*, eleitos anualmente, presidiam o *cabildo*, tendo, ainda, junto com um regidor, a incumbência de taxar o preço dos produtos negociados na cidade, o que por vezes gerava protestos. Sua função principal, no entanto, era administrar a justiça, sendo a primeira instância de todas as causas civis e criminais. Devido à importância de tal cargo, só poderiam ser eleitos *vecinos* da localidade que soubessem ler e escrever, havendo uma série de restrições que objetivavam impedir a acumulação de riqueza por mau uso da função. Desse modo, não podiam encomendar índios, ser Oficiais Reais, ou estarem ligados com as atividades comerciais que taxavam. Novamente o poder simbólico dos conquistadores se fazia presente, como podemos ver na recomendação de 1565 de Felipe II para que

(...) en los cargos, y provision de oficios, sean proveidos y preferidos los primeros descubridores, pacificadores, y pobladores, siendo hábiles, y á propósito para ello: Mandamos que en las elecciones de Alcaldes ordinarios se tenga consideracion á sus descendientes, si tuvieren las partes necesarias al gobierno y administracion de justicia.<sup>138</sup>

É interessante perceber como, nesta fase mais avançada do povoamento americano, onde a figura do burocrata vinha substituindo a do conquistador, o prestígio deste ainda lhe conferia um lugar de destaque dentro desta sociedade.

<sup>137</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 39.

<sup>138</sup> RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, Libro V, Título IV, pp.128

De qualquer forma, sempre que se achava haver necessidade, Governadores e Audiências tentavam intervir nos *cabildos*, indicando ou, se necessário, suprimindo os *Alcaldes ordinários*, impondo-lhes a figura do *Alcalde Mayor* ou *Corrigidor*. Este não fazia parte do *cabildo* em si, mas quando existia, o presidia, sendo vetada neste momento a própria entrada do *Alcalde ordinario* no recinto. Tratava-se de uma tentativa de reduzir a autonomia dos *cabildos*, cujos membros, a partir da segunda ou terceira geração já compostos por indivíduos nascidos na cidade (“*locais*”/*criollos*), eram vistos como menos fiéis à Coroa do que aqueles que ocupavam os cargos reais.

A despeito de tais tentativas de maior controle, os *cabildos* continuaram desfrutando de considerável autonomia, principalmente em relação aos assuntos internos das cidades, a cargo dos *regidores*. Estes estavam incumbidos de efetivamente administrar a cidade, seus bens, seu policiamento, urbanismo, manutenção dos víveres, licenças de mercadores, reconhecimento de cargos – do Governador e Bispo ao *pregonero* e verdugo; da saúde pública, com a chamada ou admissão de médicos e boticários, e tudo mais que envolvesse a manutenção urbana, da supervisão de obras à organização de festas. Como coloca Bayle, “*el regimiento era su personificación [a cidade] ante el Rey y ante los vecinos.*”<sup>139</sup>

Cada *regidor* dispunha, ainda, de uma função específica. Havia o *Alguacil Mayor*, responsável pela segurança pública, realizando, com seus Tenientes, rondas e prisões, devendo ainda inibir jogos proibidos. Deviam ainda *nomear Aguaciles menores*, responsáveis por casos mais levianos, e eram os únicos *regidores* que poderiam entrar armados nos *cabildos*. Seus abusos de poder não deviam ser raros, a julgar pelas leis que regulavam suas funções, que insistentemente recomendavam que

Que los Alguaciles prendan á quien se les mandare (...) sin omision, ni disimulacion; y si no lo cumplieren, incurran en las penas impuestas á los Alguaciles mayores de las Audiencias. (...) Que no disimulen juegos, ni pecados públicos. (...) Que no tomen el dinero á los que hallaren jugando. (...) Que no reciban dádivas de los presos, ni prendan, ni suelten, sin mandamiento.<sup>140</sup>

Outra relevante função era a do *Fiel Ejecutor*, responsável pelo reconhecimento dos pesos e medidas utilizados no comércio, e denúncia em caso de adulteração dos mesmos. Já a figura do *Alferez Real* estava incumbida de representar os encargos simbólicos do *cabildo*, personificando a cidade ou o Rei nas ocasiões solenes. Era, desse modo, àquele que carregava a bandeira, entregava honrarias e simbolizava a lealdade da cidade.

No entanto, um dos cargos mais importantes do *cabildo* era o de escrivão. Atuando como secretário e notário, sua função era considerada tão vital que, nos locais que contavam

<sup>139</sup> BAYLE, Op. Cit., pp. 175.

<sup>140</sup> RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, Libro V, Título VII, pp. 143.

com um único escrivão, no caso de seu falecimento, as atividades do *cabildo* eram totalmente interrompidas até a chegada de um substituto. Isso devia-se à amplitude de seus encargos: o escrivão deveria assistir às juntas, receber os votos nas eleições, escrever as atas e depois firma-las com os cabildantes, ser notário nos requerimentos e intimações, transcrever em seus livros as *Reales Cédulas* referentes à vida capitular e os nomeamentos reais ou governativos para ofícios apresentados ao conselho, atuar como secretário nas causas que a cidade apresentava por seu procurador, ordenar, indexar e custodiar o arquivo, cujos papéis deveria inventariar e cuidar para que não extrviassem, nem que se lhe retirassem os originais e, quando pedido, devia enviar cópias dos documentos à Audiência legalizados com sua firma. Enfim, a atuação de todos os ofícios passava pelo escrivão.

Dada sua importância, foi, assim, um dos cargos mais fiscalizados, para o qual foi elaborado uma quantidade de normas específicas superior à maioria das demais funções. O controle da função era tamanho que, entre as inúmeras leis que o regulavam, havia desde detalhadas disposições gerais sobre seu exercício, até minúcias, como leis que determinavam

(...) que los Escribanos sean muy puntuales en tener los registros cosidos, y signados como se ordena por la ley (...)” ou que “(...) todos los Escribanos, Y Receptores, escriban sin abreviaturas, poniendo por extenso y letra, los nombres y cantidades (...)”<sup>141</sup>

Tal regulamentação certamente passava pelo controle do acesso ao cargo, de modo que, o escrivão, para poder exercer tal ofício, deveria primeiro ser examinado e aprovado pela Audiencia de seu distrito, devendo possuir licença de exercício da função, sendo vetado seu acesso a mestiços e mulatos.

O fato é que a própria natureza dos encargos do escrivão nos dá uma idéia do dinamismo que o mundo urbano, pelo menos das cidades maiores, dispunha. Isto pode ser percebido, ainda, pelos cargos que não integravam diretamente o *cabildo*, mas eram nomeados pelo mesmo para regular as atividades urbanas. Nesse sentido, a cidade contava com o Depositário Geral, que ficava responsável pelos bens em litígio; o *Tenedor de Bienes de Difuntos*, responsável por assegurar que as heranças chegassem a seus destinatários; o *Diputado de Alhondiga*, que cuidava dos estoques de trigo e milho para garantir o abastecimento nos anos de estiagem; o *Corredor de Lonja*, um intermediário entre o vendedor e o comprador de bens e mercadorias; o *Obrero Mayor*, que fomentava e vigiava as obras públicas; o *Alarife*, uma espécie de arquiteto, agrimensor e mestre de obras.

Havia ainda uma série de ofícios menores ligados ainda ao *cabildo*, como o *pregonero*, que acompanhava o réu, publicava sentenças e fazia com que as informações pertinentes chegassem ao público; *Albeítares*, um protomédico de animais; o Relojoeiro,

responsável pela manutenção do relógio da cidade; carcereiros, trompeteiros, intérpretes, entre outros.

Dentre os ofícios extra-capitalares, é interessante destacar a função do *Procurador del Cabildo*. Embora não fizesse parte de fato do *cabildo*, era eleito pelo mesmo para que representasse a cidade sempre que necessário: defendendo os direitos das cidades frente a outras cidades, à Audiência, ao Vice-Rei, e mesmo à Coroa; defendendo *vecinos* em questões legais envolvendo quem quer que fosse, ou até, em certas ocasiões – em geral quando escolhido por *cabildo abierto* –, atuando contra o próprio *cabildo* em favor do *vecindario*. Era confiado a ele, enfim, a representação comum. Era geralmente letrado, mas caso não o fosse, contava com um assessor jurídico que o ajudava a transitar pela vasta malha burocrática. Segundo Bayle, não houve nos cabildos, a julgar pelas atas, atuação mais frequente ou proveitosa que a dos procuradores, cujo número demandas se multiplicava com o passar das décadas. A amplitude de seu exercício provocou uma curiosa mudança de posição da Coroa com relação à sua atuação. Uma lei de 1519, reafirmada em 1528, incentivava que

(...) las Ciudades, Villas y Poblaciones de las Indias puedan nombrar Procuradores, que asistan á sus negocios, y los defiendan en nuestro Consejo, Audiencias y Tribunales, para conseguir su derecho y justicia, y las demas pretensiones, que por bien tuvieren.<sup>142</sup>

Se tornou então comum que as cidades enviassem procuradores à Espanha para fazer petições em benefício de suas comunidades. A proliferação de cidades no decorrer do século fez com que o número de procuradores cruzando o Atlântico se tornasse um problema, de modo que, em 1621, foi elaborada uma longa e enfática lei onde se ordenava

(...) que ninguna de las Ciudades, Villas y Lugares, Concejos, Universidades, Comunidades Seculares y Eclesiásticas, de todas y qualesquier partes de las Indias Occidentales, pueda enviar, ni envíe Procuradores á nuestra Corte á tratar de la solicitud y despacho de sus negocios y causas; (...) si contraviniedo á lo sobredicho (...) serán condenadas las personas particulares que intervinieren (...) Y mandamos á nuetros Vireyes, Audiencias, Gobernadores y Justicias de las Indias, que no dén licencia á ninguna persona para venor á estos Reynos por Procurador de Comunidad, y lo contrario haciendo, incurran en las mismas penas.<sup>143</sup>

O tom do documento nos dá a dimensão da variedade de instituições que enviavam procuradores à Corte – dos *cabildos* às Universidades – com os mais diversos pedidos, assim como o transtorno que isto representou. Demonstra ainda como, na ausência de um trânsito eficiente entre as instâncias de poder locais e intermediária, se recorria diretamente com frequência aos altos poderes peninsulares.

Por outro lado, se a função de procurador sofreu alterações em seu âmbito de atuação, esta não pode ser considerada uma exceção. Embora os cargos fundamentais tenham se

---

<sup>141</sup> Idem, Libro V, Título VIII, pp. 150.

<sup>142</sup> Idem, Libro IV, Título XI, pp. 37-38.

<sup>143</sup> Idem, Libro IV, Título XI, pp. 38.

mantido essencialmente estáveis durante os séculos coloniais, houve uma grande variação nos quadros menores e complementares dos *cabildos*, com funções sendo criadas ou desaparecendo de acordo com as necessidades regionais.

E do mesmo modo que a composição destes órgãos flutuou bastante no decorrer dos séculos, o interesse por um de seus assentos também variou de acordo com a riqueza da cidade, os poderes de seus membros e os privilégios esperados. Uma cidade submetida a um governador, por exemplo, cujas atribuições do *cabildo* eram bem mais restritas, despertavam menos interesse do que outra onde um cargo municipal possibilitava maior ação política. Devido a isso, foram constantes as tentativas de ampliação da órbita de atuação das próprias cidades enquanto corpos políticos. Em 1528 a Cidade do México requereu direito a voto nas Cortes de Castela, o qual foi recusado, assim como os sucessivos pedidos de permissão para reuniões regionais nas próprias Índias de representantes das vilas mais importantes.<sup>144</sup>

Esta posição do poder central mostra uma certa ambigüidade na forma como encarava a situação das cidades: se o modelo adotado isolava os núcleos urbanos, o que favorecia o fortalecimento do poder regional, este parecia ser preferível a uma maior coesão das cidades, o que certamente as fortaleceria, mesmo que estivessem sob a guarda de instâncias como vice-reinados, Gobernaciones ou Audiências – estas mesmas, ademais, sempre observadas com cautela, devido à toda dificuldade de vigilância que as distâncias impunham. O estabelecimento de micro-poderes que pulverizavam os mecanismos de controle administrativo/ burocrático era uma forma de impedir hegemonias no Novo Mundo. A própria relação da Coroa com as ordens religiosas e suas instituições variou de acordo com a preponderância que estas passavam a assumir em certos campos, principalmente dado seu relacionamento privilegiado no trato com os índios, peça fundamental de todo o empreendimento espanhol.

Entre vitórias e revéses, entretanto, as cidades, continuavam a valer-se dos instrumentos de que dispunham para ampliar seu poder e autonomia. Isto pode ser percebido nos significativos pedidos do *cabildo* do México ao rei, expostos a este em 1542 por dois procuradores da cidade, que, ademais, delineiam bem os anseios dos habitantes da cidade naquele momento. Tendo em vista a já mencionada complexidade e custos que envolviam tal procedimento, as petições abordavam todo tipo de necessidades da cidade, complexas ou triviais, que Audiências e Vice-Reis não podiam – ou não queriam –, por quaisquer que fossem os motivos, sanar. O documento onde constam as petições, portanto, nos é de grande

---

<sup>144</sup> ELLIOT, J.H. A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

valor, uma vez que oferece um excelente panorama dos interesses locais daquele momento específico; de modo que nos ateremos um pouco a ele, esmiuçando os 17 pontos que o compõem.

As questões envolvendo as atividades econômicas do México, em vários aspectos, se destacam e já o primeiro requerimento solicitava (1) que os *repartimientos* se tornassem perpétuos, o que incentivaria a permanência dos espanhóis naquela terra, dadas as dificuldades naturais que já encontravam em sua ocupação, e garantiria o sustento de seus descendentes. Além disso, almejavam que, tornado perpétuo, o *repartimiento* pudesse ser herdado, na falta de filhos legítimos, por seus filhos “naturais”.

Desejavam também (2) que a Coroa se encarregasse de oferecer recursos para alimentar aos conquistadores e demais povoadores que não dispunham de *encomiendas*, recursos que poderiam vir dos índios cedidos aos *corrigidores*. A posse de *encomiendas* por *corrigidores* era criticada, segundo o documento, pelo fato de que, como os índios ficavam sob sua guarda por apenas um ano, eles tratavam nesse período de explorar seu trabalho ao máximo, impondo-lhes inclusive pesados castigos. Nas mãos de um *vecino*, por outro lado, seriam bem melhor tratados, principalmente se tal *repartimiento* fosse perpétuo. Por este tópico podemos perceber como, já em 1542 se estabelecia uma diferenciação entre o âmbito local e os poderes externos. O *cabildo* recomendava ainda que, caso o salário dos *corrigidores* não fosse o suficiente para seu sustento, que tratassem de procurar

(...) granjerías de coger y sembrar trigo e otras semillas de la tierra, e de tener e criar ganados y hacer e plantar viñas e otras heredades, lo cual será ayuda para sustentarnos (...)<sup>145</sup>

A questão da posse e distribuição da terra era de extrema importância, de modo que desejava-se, ainda, que (3) para que todos os *vecinos* da comarca pudessem possuir terras – item fundamental para que se aumentasse a cidade e sua quantidade de habitantes espanhóis, o que seria indispensável para sua própria segurança – a tomada dos índios terras que fossem convenientes, compensando-lhes com proporcional terreno em outras partes.

Igualmente importante era que (4) se isentasse toda a Nova Espanha de taxaões como o dízimo e a *alcabala*<sup>146</sup>, permitindo a franca atividade da lavoura e criação, assim como das vendas e contratações. A justificativa deste item estava na condição especial do Vice-Reino,

(...) porque costumbre antigua es que las tierras que se ganan e están en frontera de enemigos, por los peligros e trabajos que tienen los que en ellas viven por la conservación e seguridad dellas, concederles y se les há concedido la dicha franqueza,

<sup>145</sup> CUEVAS, Op.Cit., pp. 110.

<sup>146</sup> A Alcabala era o mais importante imposto cobrado pela Coroa, sendo o que mais receita trazia para a Fazenda Real. Consistia em uma taxa que variou de 5% a 10%, de acordo com o período, cobrado em todo tipo de negociação. Devia ser pago pelo vendedor, exceto em casos de trocas, quando ambos eram taxados. Foi sempre alvo de inúmeras críticas.

(...), pues quien se puede decir no está puesto a tanto peligro como los españoles que en esta Nueva España estovieron porque no tan solamente están en frontera de enemigos, pero en tanto número de ellos.<sup>147</sup>

Uma vez mais, portanto, a mentalidade hispânica, ainda fincada no medievo, recorria a costumes que remontavam à Reconquista, aplicados à Granada, Antequera e Alcalá, e os transportava para o Novo Mundo. Certamente havia alguma tensão no ar na ocasião da elaboração deste documento, uma vez que no ano anterior havia ocorrido um conflito de consideráveis proporções contra índios rebeldes em Nova Galícia, no entanto, podemos considerar a utilização do fato em si como um pretexto para a obtenção de importantes benefícios, somados a possíveis resquícios do ideário conquistador. Uma solicitação posterior (5) reforça esse sentimento de insegurança, alegando que, dada a quantidade de indígenas, com sua população sempre em crescimento, fazia-se necessário um maior fortalecimento da cidade.

De qualquer modo, o embate com as taxações era uma constante, e mais à frente no documento pede-se também (6) o fim do *quinto*, devido aos altos custos observados na atividade mineradora, como os elevados preços de escravos. O argumento era que muitos mineradores estavam desistindo da atividade em função do baixo retorno, o que poderia ser sanado com a adoção do dízimo como único imposto sobre o ouro e a prata.

É curioso notar como, embora a política de tributação da Espanha na América jamais tenha sofrido alterações pela mera solicitação de *cabildos*, mesmo das cidades mais importantes; para este corpo político local, a supressão de impostos tão relevantes com a *alcabala* e o *quinto* era algo aparentemente factível, dado o empenho em obter tais *mercedes*. Mais do que isso, utilizando como justificativa uma vez mais a grandeza e situação especial da cidade, “(...) *cabeza de toda esta Nueva España, y estando ella próspera y engrandecida todo lo está (...)*”<sup>148</sup>, almejava-se, mais do que a isenção de tais taxações, que (7), com todas as despesas que a cidade tinha com a manutenção de seu espaço físico e salários de funcionários e prestadores de serviços, esta passasse a receber *almorifazgos*<sup>149</sup>, ou o quinto proveniente da fundição, ou ainda que para ela se revertessem os impostos ou produção de alguns *pueblos*. A elite local do México estava ciente da posição de destaque de seu espaço urbano, e tentava valer-se dessa preeminência para consolidar e ampliar seu caráter hegemônico no Vice-Reino de Nova Espanha.

<sup>147</sup> CUEVAS, Op.Cit., pp. 111.

<sup>148</sup> Idem, Ibidem.

<sup>149</sup> Imposto cobrado por todos os produtos que circulavam nos portos, que podia variar de 5 a 15% de acordo com o produto e a região de embarque e descarga. O Almojarifazgo de Veracruz podia, ainda, ser pago no México.

Devemos, então, frisar que, embora por vezes as solicitações citassem a Nova Espanha como um todo, o objetivo dos capítulos expostos ao rei era favorecer o México, garantindo sua preponderância sobre as demais. Isso pode ser claramente percebido no item onde requeria-se (8) que o rei confirmasse as *ordenanzas* que permitiam que a cidade pudesse produzir e comercializar a seda enquanto um privilégio perpétuo, vetando, no entanto, que houvesse teares deste tecido fora dela, tornando-se assim praticamente um monopólio seu na região.

O mesmo tom está presente no pedido (9) de implantação na cidade de uma *hermandad general*, um modelo de organização administrativa castellana medieval onde os municipios ou villas de dada região eram administrados por uma junta. O *Alcalde* desta *hermandad*, no entanto, deveria ser oriundo do regimento do México, por antiguidade. Do mesmo modo, (10) o cargo de escrivão de tal *hermandad* também deveria ser ocupado por pessoa do México.

A necessidade de mão-de-obra levava ao pedido seguinte (11), o de que se desse licença geral, a todos que quisessem, de trazer escravos negros para trabalhar nas minas e em demais atividades, o que precisava ser feito em grande quantidade devido à demanda, pagando-se por esse procedimento apenas o *almojarifazgo*.

Requisições triviais também compunham a petição, como a de que (12), em função do alto preço que atingiam as ferramentas essenciais, tanto para as práticas agrícolas quanto para a mineração, que os navios trouxessem da península uma maior quantidade de ferro.

Uma segunda seqüência de solicitações englobava questões mais ligadas com a vida social da cidade, incluindo aspectos legais acerca das direitos dos descendentes dos *vecinos*, sua sustentação e fixação, o que implicava na conservação da própria sociedade. Nesse contexto, seguiam-se pedidos como o (13) da edificação de uma Universidade onde se pudesse estudar todas as ciências, para que “*los hijos de los españoles e naturales las aprendan e se ocupen de toda virtud e buenos ejercicios, e salgan e haya letrados de todas facultades (...)*”<sup>150</sup>. Isto facilitaria a permanência naquela terra de seus habitantes, já que assim não teriam que enviar seus filhos, legítimos ou “naturais” para estudar na Espanha. A estabilidade dos descendentes dos moradores do México deveria ainda ser garantida (14) pela categorização dos benefícios de Nova Espanha como patrimoniais, estendendo assim, de forma preferencial, aos filhos dos *vecinos*, os direitos e privilégios adquiridos por seus pais. Já para o bem-estar das donzelas, filhas de espanhóis, legítimas e “naturais”, impedidas de se

---

<sup>150</sup> CUEVAS, Op.Cit, pp. 112.



casar por falta de dote ou outras razões, as quais existiam em grande número, pedia-se (15) a fundação de monastérios, um franciscano e outro dominicano, de monjas, pela “*seguridad del estado las tales doncellas*”<sup>151</sup>.

A ampliação natural do braço da Igreja na América deveria ser acompanhada, no entanto, de uma maior centralização e controle, o que implicava no desejo (16) da criação de um arcebispado cuja *cabecera*, evidentemente, deveria estar no México. A justificativa deste pedido relacionava-se com a necessidade de uma autoridade maior a quem se pudesse recorrer no caso de excessos em que incorriam muitos bispos nas regiões onde eram a autoridade religiosa máxima. Desejava-se, então, que fosse designado um arcebispo

(...) conservador para que en lo pasado, presente e porvenir conozca e sea juez de apelaciones, (...) e haga justicia a las partes, porque por falta desto reciben daño las repúblicas. E no haya lugar, como se há visto, que los clérigos que en un obispado han hecho delitos, se pasen al outro, e no teniendo, como no tienen, juredición el obispo del obispado donde huyó en el donde se va, se quedan sin castigo.<sup>152</sup>

O bispo do México por ocasião da elaboração deste documento era o já mencionado Zumárraga, cuja passagem pela função fora marcada pelo embate com Audiências e Vice-Reis. Não sabemos como era sua relação com os cabildos, mas, decerto, a elevação da diocese mexicana à condição de cabecera das demais representava, para a elite urbana, uma desejada ampliação a mais do próprio prestígio da cidade, além de abrir um canal de interseção extra a quem recorrer para obtenção de concessões, dada a características de polo de poder do bispado, ampliado pela condição de arcebispado.

A petição traz, por fim, (17) não uma requisição, mas uma recomendação para que o Rei tomasse cuidado com as informações sobre o México que chegavam à Espanha, acautelando-se em separar as fontes confiáveis daqueles que só tinham a intenção de trazer desordem e desassossego à cidade. Tratava-se de uma referência direta a Bartolomé de las Casas,

(...) que conciencia ni esperiencia no le pueden constriñir a lo que hace, a lo menos en lo desta Nueva España, pues no lo há visto ni entendido, ni residido en ella [que] há puesto tanto desasosiego, tanta tibieza general y tanta baja en el valos de las reíces y grenjerías de la tierra, que da ocasión que, sin ver do que se tema, temamos.<sup>153</sup>

Tratava-se de um ataque direto ao prestígio da cidade, cuja valoração já foi mencionada, o que não poderia ser tolerado. A conservação da posição e status obtidos pelo México até àquele momento, inclusive, é o que consideramos dar a tônica ao documento: a importância, a primogenitura, o significado simbólico, a lealdade da cidade são todo o tempo requisitadas como “moeda de troca” para a obtenção de privilégios.

<sup>151</sup> Idem, pp. 113.

<sup>152</sup> Idem, pp. 114-115.

<sup>153</sup> CUEVAS, Op.Cit, pp. 116.

É interessante notar, também, que, de modo geral, os pedidos visavam a manutenção e ampliação dos recursos do centro urbano, além das garantias de sustentabilidade confortável para os descendentes dos *vecinos*, legítimos ou “naturais”<sup>154</sup>. Transparece, desse modo, o sentimento de identificação com a cidade, onde a fixação parecia ser de fato objetivo – o melhor fincar os povoadores naquele solo é justificativa de vários tópicos – ao contrário do que é percebido daqueles que vinham da Espanha para ocupar os cargos mais elevados.<sup>155</sup>

Toda esta fala, é claro, foi produzida por um grupo restrito de pessoas. Cabe-nos então perguntar quem eram exatamente estes homens que então falavam pela cidade, a respeito de quem Cuevas nos traz algumas informações. Os capítulos são assinados por Gerónimo Ruiz de la Mota, conquistador chegado ao México pouco antes de sua tomada por Cortéz, tendo sido *regidor* e *Alcalde* repetidas vezes; Gonzalo de Salazar, chegado em 1524 para ocupar cargos administrativos, tendo governado a cidade durante a ausência de Cortéz, ocupando cargos honoríficos no *cabildo* por diversas vezes, sendo seu procurador de corte a partir de 1543; Hernando de Salazar, provavelmente filho de Gonzalo, conquistador chegado em 1521 também várias vezes *regidor* e *Alcalde* ordinário; Gonzalo Ruiz, várias vezes ocupando cargos e funções de *cabildo*<sup>156</sup>; Bernaldino de Albornoz, antigo povoador de linhagem de cavalaria, *regidor* e *Alcalde* em repetidas ocasiões. O escrivão era então Hernando de Sierra.<sup>157</sup>

O padrão é claro: em 1542 o *cabildo* do México era ocupado essencialmente por conquistadores ou pessoas que habitavam a cidade desde sua tomada, nela já residindo há cerca de vinte anos. Estas mesmas pessoas ocupavam os cargos de *Alcalde ordinario* e *regidor* repetidas vezes, concentrando assim o poder de decisão. Fica, assim, nítida a posição de destaque dos conquistadores e primeiros povoadores dentro do mundo urbano do XVI, status, em geral, transmitido para seus filhos. Daí a formação de “famílias” que retinham o poder político e simbólico nas regiões a que estavam ligadas, numa progressiva disputa com os espanhóis que detinham o poder institucionalizado.

Essa diferenciação entre o que futuramente seria a contenda entre *peninsulares* e *criollos* – ainda não tão clara no XVI – teria significado extra nas áreas onde ocorreu maior miscigenação. Esta ocorreu em considerável proporção na fase inicial da Conquista, sendo mesmo encorajada dada a relativa ausência de mulheres européias. O casamento entre

---

<sup>154</sup> Os hijos ou hijas naturais são citados quatro vezes ao longo do documento.

<sup>155</sup> Devemos aqui reafirmar a estreita ligação do homem ibérico com o local onde vivia, de caráter holista e raízes no medievo, tradição que encontrou continuidade na América.

<sup>156</sup> Sobre RUIZ, Cuevas não nos oferece mais informações.

<sup>157</sup> Cf. CUEVAS, Op.Cit., pp XVII-XXXV.

espanhóis e mulheres da nobreza indígena foi também incentivado nessa fase inicial, com vistas à auxiliar na pacificação de certos povos. A miscigenação produziu, assim, um estrato social numericamente significativo, que já encontrava-se irremediavelmente ativo quando a Coroa passou a aplicar uma política de segregação de castas.<sup>158</sup> Os pedidos do *cabildo* que analisamos citam reiteradamente a extensão dos direitos dos *vecinos* a seus filhos, incluindo os “naturais”; no entanto, o que se viu, na prática, foi sua inferiorização, numa sociedade onde a cor de sua pele – mais ou menos branca – direcionava sua posição social. O fato de não ser espanhol, mas também não ser índio, colocava estes indivíduos em um verdadeiro entrave identitário.

A separação mais rígida entre espanhóis e índios não impediu, no entanto, que os contatos entre ambos ocorresse com relativa frequência<sup>159</sup>. A própria criação de uma estrutura administrativa interna dentro dos *pueblos* indígenas, a ser gerida pelos mesmos, criou outra micro-esfera de poder, onde eclesiásticos, *corrigidores* e *vecinos* de prestígio tentavam usufruir de benefícios específicos a partir de uma aproximação com a nobreza indígena.

#### 2.4 O regime administrativo hispano-indígena

A administração dos *pueblos* indígenas, nesse sentido, também contou com sobreposição de poderes internos e externos. Se nas áreas onde os índios se encontravam mais dispersos ocorreu uma ampla reorganização em sua realocação nas reduções; nas áreas densamente povoadas do Peru e México foi, de modo geral, preservada a configuração urbana pré-conquista, sendo mantida a base de sua organização social. Originalmente o vale do México estava dividido em núcleos urbanos formados por uma comunidade central composta por habitantes organizados em unidades familiares (*calpullec*) e por suas “comunidades-satélite”, compostas, em geral, por um único *calpulli*. Sobre este modelo, espanhóis aplicaram uma nomenclatura ibérica – a comunidade central tornou-se uma *cabecera* subdividida em *barrios*, com seus grupos periféricos sendo denominados como *estancias* ou *sujetos*. Seu conjunto formava o *pueblo* em si, o qual, de acordo com sua posição no sistema hierárquico de tributação asteca, tornava-se um *partido* ou *provincia*.<sup>160</sup>

O controle mais amplo de cada *pueblo* indígena ficava a cargo de um *corregidor*, enquanto missionários estabelecidos no povoado cuidavam mais de perto de seu processo de

<sup>158</sup> Cf. STEIN, Stanley & STEIN, Bárbara. *A Herança Colonial Colonial da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp 52-54.

<sup>159</sup> Uma lei de 1563 proibia, terminantemente, “*Que en Pueblos de Indios (...) vivan Españoles, Negros Mestizo, y Mulatos.*” (RECOPIACION... Libro VI, Título III, pp. 212.) A lei, no entanto, precisou ser reafirmada em 1578, 1589, 1600 e 1646, em virtude de seu não cumprimento, o que, com efeito, jamais ocorreu.

“conversão cultural”, implementado os valores morais ibéricos. A administração interna, no entanto, procurou, a princípio, manter as estruturas de poder pré-existentes, com a conservação das lideranças de seus caciques (*tlatoques*) ou governantes dinásticos. Estes não tardaram a se adaptar a tal situação, tentando a manipular a seu favor: muitos adquiriram criações de animais, cultivaram utilizando bois e arado ou produziram tecido com métodos espanhóis, sempre valendo-se de suas prerrogativas sobre os índios que governavam.<sup>161</sup> Essa nobreza indígena, que passava a ostentar ornamentos espanhóis, também passou a ter no espaço urbano que habitavam um palco para disputas de poder, fosse tentando adquirir privilégios para suas *cabeceras*, fosse tentando alçar seus *sujetos* à condição de *cabecera*. Herrera destaca as providências que teve de tomar o vice-rei Luis de Velasco ao tomar conhecimento

(...) que los caciques de Nueva España llevaban excesivos tributos, i injustos, à sus Indios, i que havia desorden en los Repartimientos; de manera, que venian à pagar maiores cantidades, de las que al principio se echaban:<sup>162</sup>

Esta rápida adequação da nobreza indígena à nova configuração politico-administrativa não chega a ser notável, quando levamos em conta, seguindo Brumfiel, a trajetória da centralização do poder no Vale do México e consequente formação do Estado Asteca. A autora divide esse processo em quatro significativas fases: 1) O fim do Estado Tolteca criara, entre os séculos XVIII e XIV um punhado de pequenos domínios políticos autônomos, internamente instáveis e mutuamente hostis. A formação da Tríplice Aliança teria então sido possível graças à intensificação da competição entre e dentro destes pequenos reinos, tirando o poder dos regentes locais. 2) Obter a hegemonia não era um problema em si, difícil era mantê-la; o que só teria sido possível graças a uma reforma organizacional que reduziu o poder econômico e político dos governantes subordinados e da própria nobreza de Tenochtitlán. 3) Este poder seria consolidado com o início de obras públicas dentro do vale e o começo das conquistas expansionistas além de suas fronteiras. 4) A manutenção de toda essa estrutura precisou ser garantida pelo desenvolvimento de uma complexidade burocrática caracterizada pela especialização de pessoal administrativo dentro de uma hierarquia composta por três ou mais níveis de decisão. Era criada assim uma certa dinâmica política, onde

(...) o patrocínio dos governantes da Aliança Tríplice se tornou um recurso político crítico para a nobreza de baixa categoria que procurava acesso aos cargos locais, e ela procurava tal patrocínio especialmente quando a sua autonomia política e as suas rendas haviam sido reduzidas. (...) A través da obtenção de roças tributárias e outros presentes,

<sup>160</sup> MORSE, Op.Cit., 1998, pp 74.

<sup>161</sup> SCHWARTZ & LOCKHART, Op Cit, pp 144-145.

<sup>162</sup> HERRERA, Op. Cit., Tomo V, Decada VIII, Libro X, pp. 250-251.

os nobres compartilhavam o interesse de perpetuar a hegemonia da Aliança Tríplice, a fonte de sua riqueza recentemente adquirida.<sup>163</sup>

O que os espanhóis encontraram quando chegaram foi tal estrutura organizacional plenamente implementada. Acosta, ao tentar descrever, com certa admiração, todos os seus níveis, não hesitou em estabelecer múltiplos paralelos com o modelo espanhol:

(...) había otros consejos y audiencias, y dicen hombres expertos de aquella tierra, que eran tantos como los de España, y que había diversos consistorios, com sus oidores y alcaldes de corte, y que había otros subordinados, como corregidores, alcaldes mayores, tenientes, alguaciles mayores, y otros inferiores (...) En el hacienda también tenía su policia y buena administración, teniendo por todo el reino repartidos su oficiales y contadores y tesoreros, que cobraban el tributo y rentas reales.<sup>164</sup>

Na verdade, o sistema de governo asteca causou admiração em Acosta em vários aspectos, parecendo-lhe, inclusive, superior ao espanhol em alguns pontos, como na própria escolha dos governantes:

(...) parece haber sido muy politico el gobierno de los mejicanos es en el orden que tenían y guardaban inviolablemente de elegir rey. Porque desde el primero que tuvieron (...) hasta el ultimo, (...) ninguno tuvo por herancia y sucesión el reino, sino por legitimo nombramiento y elección.<sup>165</sup>

Dentro deste processo, chamava ainda a atenção o papel dos debates, uma vez que “(...) *había muchas oraciones y arengas de retóricos, que tenían grande curiosidad en esto.*”<sup>166</sup> Ocorre que a arte de falar era levada em alta conta pelos astecas, que em muito a apreciavam. Um dos critérios de escolha do soberano era, justamente, sua habilidade na fala, sua desenvoltura nas discussões no conselho, e a proficiência e dignidade dos discursos pomposos e metafóricos com os quais os ouvintes se deleitavam. Não por acaso, aquele que o espanhol chamou de “rei” era, em nahuatl, *tlatoani*, ou seja, “aquele que fala”. Significativamente, o verbo *tlatoa*, “falar”, é raiz tanto dos termos relativos à palavra, como *tlatolli* – “linguagem” – quanto daqueles relacionados ao poder, como *tlatocayotl* – “Estado”. Ambos os sentidos podem ser observados na palavra *tlatocán*, que designava o conselho supremo, local onde se falava, e de onde emanava toda a autoridade.<sup>167</sup>

O sistema político-administrativo asteca, como podemos observar, possuía uma poderosa lógica de funcionamento, que não poderia ser meramente subtraída de sua nobreza, principalmente a partir do momento em que foram criados, pelos conquistadores, mecanismos que permitiam a manutenção de seu status. A ocorrência de paralelismos mentais não era, desse modo, algo complexo, principalmente quando levamos em conta que os próprios astecas

<sup>163</sup> BRUMFIEL, Elisabeth. O Surgimento do Estado Azteca: Ecologia, Estrutura e Origem do Estado. Tradução: Irmhild Wüst & Silvia Moehlecke Copé. In: *American Anthropologist*, Vol. 85 (2): 262-284, 1983, pp. 21.

<sup>164</sup> ACOSTA, Op. Cit., pp. 204.

<sup>165</sup> Idem, pp. 203.

<sup>166</sup> Idem, ibidem.

<sup>167</sup> SOUSTELLE, Op. Cit., 2001, pp.110.

costumavam respeitar as dinastias políticas dos povos que conquistavam, desde que aceitassem a submissão à autoridade maior de seu Império.

Esta foi, em parte, a mentalidade que acompanhou aqueles que desejavam manter sua posição de caciques, uma vez que sua manutenção no poder dependia do quanto atendiam às necessidades espanholas. Se espanhóis apoiavam até certo ponto essas aspirações locais, também derrubavam com frequência os caciques menos dispostos a cooperar, colocando em seu lugar rivais dinásticos mais receptivos.

Este quadro se tornaria mais complexo com a criação dos *cabildos* de índios, uma forma da Coroa aproximar a administração dos *pueblos* de naturais de moldes mais hispânicos. A figura do cacique continuaria existindo, mas a concentração do poder seria partilhada com as novas figuras do *Alcalde* e *regidores* – um *alcalde*, nas reduções mais simples; dois *Alcaldes* e dois *regidores* nos núcleos de médio porte e dois *Alcaldes* e quatro *regidores* como um teto máximo para os povoamentos mais populosos. Estes eram eleitos anualmente sob a supervisão do cura, e obrigatoriamente deveriam ser pertencentes àquela comunidade. A função deste tipo de *Alcalde* era

(...) inquirir, prender, y traer á los delinquentes á la cárcel del Pueblo de Españoles de aquel distrito; pero podrán castigar com un dia de prision, seis, ú ocho azotes ao Indio que faltare á la Misa el dia de Fiesta, ó se embriagare, ó hiciere outra falta semejante, y si fuere embriaguez de muchos, se há de castigar com mas rigor; y dexando á los Caciques lo que fuere repartimiento de las mitas de sus Indios, estará el gobierno de los Pueblos á cargo de los dichos Alcaldes, y Regidores en quanto á lo universal.<sup>168</sup>

Tratava-se de uma transferência de funções acumuladas inicialmente pela figura do cacique para outros elementos recém-introduzidos: enquanto ao *cabildo* se reservava praticamente toda a organização interna do povoamento<sup>169</sup>; ao cacique restava basicamente coordenar os *repartimientos*. Tal processo provocou significativas modificações sociais no interior dessas comunidades. Se suas antigas lideranças dinásticas já haviam perdido muito de seu poder e autonomia, a introdução destes cargos eletivos acelerou as transformações na forma como essas populações enxergavam as formas de poder.

Inicialmente, os cargos de *Alcaldes* e *regidores* foram ocupados por pessoas da nobreza indígena local, mas Mendieta chama a atenção para uma curiosa alteração nesse processo: ordenado que essa nobreza deixasse seus filhos nos monasterios onde seriam

<sup>168</sup> RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, Libro VI, Título III, pp. 211.

<sup>169</sup> Dentre as atribuições “judiciais” dos Alcaldes, devemos destacar seu dever em controlar a embriaguez, uma verdadeira praga urbana em todos os níveis sociais e étnicos da América espanhola. A inibição da embriaguez dos índios estava entre os encargos não apenas de seus Alcaldes, mas de dos curas que os acompanhavam, assim como dos Corrigidores que os tutelavam. Também entre os espanhóis as bebedeiras causavam problemas, e para certas cidades foi criada dentro da Audiência a figura do Alcalde de borracheros, um ouvidor designado especificamente para conter tal prática em regiões onde os excessos se tornaram um transtorno.

educados pelos missionários dentro da cultura espanhola, passaram eles a levar, no lugar dos seus, os filhos de seus criados ou vassalos. Como consequência,

(...) aquellos hijos de gente plebeya siendo allí doctrinados en la ley de Dios y en saber leer y escribir, salieron hombres hábiles, y vinieron despues á ser alcaldes y gobernadores, y mandar á sus señores.<sup>170</sup>

A intenção inicial desta inversão por parte das elites mexicas era justamente manter suas linhagens ligadas a sua cultura, uma vez que, possuindo eles mesmos um elaborado sistema de educação, eram capazes de prever o desvio que as instituições dos invasores seriam capazes de provocar. Sua compreensão do papel da educação enquanto reprodutora da vida social, valendo-nos de conceitos modernos, está clara nas próprias características de suas diferentes instituições. Se havia os *telpochcallis*, que visavam preparar os jovens para a vida e para a guerra, normalmente voltada para a população em geral, objetivando a criação de pessoas honradas e respeitadas; havia também os *calmecacs*, que visavam formar a elite dominante, aplicando uma educação muito mais rígida, onde aprendia-se os principais rituais, as artes da guerra, além de retórica, literatura e humanidades. A repetição de sua cosmogonia era uma das principais funções das instituições de ensino, cujo cerne de sua concepção era o conceito do indivíduo enquanto “rosto” – relacionado com a moral mexicana – e “coração” – ligado a seus saberes formais.<sup>171</sup> Tratava-se de um complexo sistema, que impressionava ao observador que tentava compreendê-lo. Acerca dele, comenta Acosta:

Ninguna cosa más me há admirado, ni parecido más digna de alabanza y memoria, que el cuidado y orden que en criar sus hijos tenían los mejicanos. (...) [Tentavam] apartar sus hijos de regalo y libertad, que son las dos pestes de aquella edad, y en ocupallos en ejercicios provechosos y honestos.<sup>172</sup>

O missionário passa então a descrever o funcionamento daquelas instituições, sempre enaltecendo seu funcionamento. Acosta não estava sozinho, e, bem compreendidos seus mecanismos, as ordens religiosas passaram a se aproveitar de sua estrutura para iniciar o processo de ressacralização dos espaços sagrados mexicas. A escola, que também dividia os mexicanos em duas categorias – “gente baja”, os *macehuallis* (“plebeus”) e “principales”, os *pillis* (“nobres”) – tornou-se, então, um instrumento fundamental para esta ressacralização, onde cultos e costumes *nahuatl* foram combatidos. Entrando os alunos nos educandários cristãos com cerca de cinco anos, perdiam com maior facilidade suas referências religiosas do que os adultos ou crianças mais velhas, criando-se assim uma geração de mexicas que só pôde manter sua religião através da memória, sem, no entanto, poder exteriorizá-la.<sup>173</sup>

<sup>170</sup> MENDIETA, Op. Cit., pp. 217.

<sup>171</sup> Cf. LEMOS, Maria Teresa T. B. *Corpo Calado: Imaginários em Confronto*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

Sobre este tema, observar o cap. 4.

<sup>172</sup> ACOSTA, Op.Cit., pp.201-206.

<sup>173</sup> LEMOS, Op.Cit.

Era este o fenômeno que a nobreza indígena tentou evitar através da inversão acima mencionada. Inadvertidamente, no entanto, tal prática acabou por permitir o acesso de indivíduos não pertencentes às linhagens dominantes a um conhecimento que os capacitava a obter uma posição social mais favorável dentro da nova ordem que se estabelecia.<sup>174</sup> Esta “aristocracia cultural” que viria a se formar se tornaria de fato viável, portanto, pela posterior exigência de que os ocupantes destes cargos fossem batizados e possuíssem conhecimento espanhol.

Não se tratava, no entanto, de meramente uma aquisição de proficiências qualificadoras, que assim garantiriam uma “ascensão social”. As eleições para o *cabildo* eram muitas vezes marcadas por uma profunda interferência do cura ou *corregidor* responsável pela localidade, que tentavam induzir à eleição do *Alcalde* ou *regidor* que desejavam, principalmente quando o prestígio das elites dinásticas começavam a representar entraves – daí a preferência, em certos casos, por “plebeus letrados”. Do mesmo modo, os caciques tentavam manipular as eleições em seu proveito, o que, nesse caso, era severamente fiscalizado e passível de punição.

Nem todos os povoados indígenas possuíram *cabildos*, e a autonomia e possibilidades de atuação daqueles que o tiveram variou intensamente no tempo e espaço. Boa parte deles não possuiu expressão alguma, e, nesses casos, cargos como o de *Alcalde* eram mais um fardo do que um benefício<sup>175</sup>. O cacique imposto, as ordens dos encomenderos e a ingerência dos doutrinantes eram, nestes casos, obstáculos incontornáveis para qualquer tentativa de exercício próprio dos *cabildos*. No outro extremo, tínhamos cidades integralmente indígenas como Tlaxcala, Cholula e Michoacán que conseguiram desfrutar de grande autonomia, chegando a receber títulos e privilégios<sup>176</sup>. Dentre as três, destaca-se Tlaxcala que, devido à sua fidelidade, configurou-se como um município não tutelado, podendo manter seus antigos costumes administrativos. Entre os privilégios recebidos pela cidade, podemos destacar as leis que determinavam

Que los Vireyes de Nueva España honren, y favrezcán á los Indios de Tlaxcala, y á su Ciudad, y República. (...) Que el Alcalde mayor de Tlaxcala se intitule Gobernador. (...) Que los Gobernadores de Indios de Tlaxcala sean naturales. (...) Que los Indios de Tlaxcala no sean apremiados á servir en otra parte. (...) Que los Indios de Tlaxcala puedan escribir al Rey.<sup>177</sup>

<sup>174</sup> Além disso, os complexos mecanismos de resistência cultural de que dispunha a sociedade asteca permitiram que as tradições e ritos nahuatl não fossem totalmente apagados, mesmo entre estes indivíduos; embora sofrendo distorções e reelaborações típicas da formação memória coletiva de culturas subjugadas.

<sup>175</sup> Um *Alcalde* poderia ter, por exemplo, que conduzir um delinqüente por longas distâncias até a Audiência, sem sensíveis vantagens por contrapartida.

<sup>176</sup> Cf. BAYLE, Op. Cit., pp 367-368.

<sup>177</sup> RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, Libro VI, Título I, pp. 199-200.



Tlaxcala é, certamente, uma exceção, mas entre os extremos da plena autonomia e a limitação total, temos inúmeros graus intermediários. Neste meio-termo se encontra o caso mexicano. Por volta da metade do século XVI, os milhares de indígenas que habitavam a Cidade do México contavam com dois *barrios* próprios, cada um contando com dois *alcaldes* e quatro *regidores*. Estes últimos tinham funções de inspetores e organizadores de obras públicas, *alguaciles* – que, neste caso, agiam mais como braços executores das determinações do *cabildo* do que como responsáveis pela segurança local – e *escribães*, normalmente índios criados em mosteiros, sendo, em geral, os únicos que dominavam a leitura e escrita em espanhol.

A vida dos *cabildos* indígenas mexicanos, no entanto, foi um tanto quanto conturbada. O quantitativo de índios que habitavam a cidade, e a rápida adaptação de sua nobreza aos mecanismos administrativos espanhóis fez com que essa elite, por vezes, tentasse manipular os mecanismos administrativos a seu favor. O *cabildo* hispânico, então, pediu a imediata supressão do *cabildo* indígena e a implementação, em seu lugar, de *cabildos* mistos, onde um dos *alcaldes* e dois *regidores* seriam espanhóis designados por seu próprio *cabildo*. Criou-se assim uma situação bastante confusa, uma vez que ambas as partes não se entendiam – literalmente – já que uma metade do *cabildo* simplesmente não dominava a língua da outra. A imobilidade do *cabildo* produzida por tal estado de coisa fez com que o sistema fosse abortado em prol de outros formatos, que, no entanto, sempre visavam atenuar a atuação autônoma dos indígenas.<sup>178</sup>

A despeito disso, é interessante notarmos que existia um espaço de participação política em várias camadas, mesmo entre os povos dominados pelos espanhóis. Certamente tratava-se de um espaço extremamente limitado e, na maioria das vezes, essencialmente inócuo; mas sua eficiência não é o ponto que aqui nos interessa. O mais importante é que a própria existência em si deste espaço estimulava a movimentação, a tentativa de ampliação da atuação através da busca por brechas ou limites dessa complexa estrutura montada. Podemos notar isto em certa passagem dos relatos de Herrera, onde percebemos uma tentativa de inserção dos índios na estrutura espanhola para garantir seus direitos. Relatava, então, que em 1554

El visorrei D. Luis de Velasco informò al Rei, que pues ià los indios comenzaban à conocer lo que importaba à la Justicia, i acudian muchos pobres à pedirla en la Real Audiencia de Mexico, i que por no haver quien hablase por ellos, recibian gran vexacion com Letrados, i otros Oficiales, i que no sabian seguir, ni defender sus causas; i queriendo el Rei, que por todas las vias posibles, fuesen favorecidos (...) [e que se

---

<sup>178</sup> Cf BAYLE, Op. Cit.

mandasse] al Fiscal de la Real Audiencia, que tuviese cargo de los pleitos de los Indios pobres (...) <sup>179</sup>

Conforme o controle espanhol ia se consolidando, portanto, indígenas de diferentes estratos social faziam possível para se reposicionar, tentando se colocar na condição mais favorável que estivesse a seu alcance. Não era, na verdade, uma situação tão distinta da vivida pelas elites das cidades espanholas.

Estes últimos, é claro, possuíam mais espaço de atuação do que os primeiros, embora também estivessem cerceados por uma rede burocrática que bloqueava seu acesso a maiores poderes de decisão. Porém, uma vez mais, não é a consolidação de seus anseios nosso objeto, e sim a forma como procuraram se mover dentro de seu espaço político restrito, o que influenciou diretamente a estruturação da sociedade colonial e a formação das identidades locais.

## 2.5 Formação de um registro cultural

Sobre essa estrutura administrativa é importante, em síntese, destacar dois relevantes aspectos: em primeiro, sua grande complexidade e profusão de cargos gerou a necessidade de um grupo social especializado, ao qual Rama chama de *cidade letrada*, encarregada de desempenhar funções onde era indispensável saber manusear a pluma. <sup>180</sup> Este foi um processo que se retro-alimentou, na medida em que as necessidades políticas originaram uma esfera cultural que, por sua vez, tornou mais dinâmica a esfera política.

Voltaremos a este tema adiante. Este aspecto, no entanto, relaciona-se com um segundo: a ampliação do horizonte cultural local tornaria cada vez mais intensos os anseios das elites urbanas em galgar posições administrativas mais elevadas, o que não era possível, dado o monopólio deste cargos por parte dos *peninsulares*. A mobilidade local não era vertical, apenas horizontal. Sua única base sólida era então a cidade, que tornava-se seu centro de poder e de onde podia tentar irradiar-lo para outras esferas. A partir daí ampliou-se a identificação das elites hispano-americanas com suas cidades enquanto local de projeção de seu efêmero poder, o que acabou por torná-las, como coloca François-Xavier Guerra

comunidades tendencialmente completas, pequenas repúblicas, potencialmente ciudades-Estados (...) [onde] se encuentran las raíces del mal llamado localismo o regionalismo americano del siglo XIX. <sup>181</sup>

<sup>179</sup> HERRERA, Op. Cit., Tomo V, Década VIII, Libro X, pp. 251.

<sup>180</sup> RAMA, Op. Cit.

<sup>181</sup> GUERRA, François-Xavier. “*Identidades e independencia: la excepcion americana*”. In: Cuadernos de AHILA – Associação de Historiadores Latinoamericanistas e europeus, 1994, pp.7. Disponível em <<http://www.ahila.nl/publicaciones/cuadernos.html>>. Acesso em: 18 jun 2006.

Essa cidade era centro de poder de cada região, de modo que ninguém falava ou agia em nome de um Vice-Reino, uma província ou uma intendência, mas em nome dos “povos” de uma região, que se referia na verdade a uma cidade específica. Nesse sentido, os “povos” de Puebla, de Veracruz ou do México correspondiam a uma entidade mais sólida do que os “povos” de Nova Espanha, muito mais abstrata e desprovida de corpo ou conjunto de interesses reais.

Isso fica claro se retornarmos brevemente à lei que vetava a ida de procuradores até a Corte: a lei seguia determinando que todas as petições deveriam ser realizadas diretamente ao Vice-Rei ou Audiência, o que deveria ser, ademais, o caminho natural do processo. Ora, enviar um Procurador até a Espanha significava custear todas as despesas de sua viagem, fora sua própria remuneração, que era considerável; tudo financiado pelo erário do *cabildo*. A extensão desta prática, assim, parece se relacionar, primeiro, com o choque que em muitos casos ocorria entre estas instâncias superiores do Novo Mundo e os anseios locais e, segundo, com este poder simbólico reduzido que o nível intermediário possuía na mentalidade hispano-americana.

Dentro do jogo de poder que ocorria no território hispano-americano havia duas esferas bem delineadas, separadas por um abismo: os poderes superiores do continente e as instâncias locais, cujo trânsito entre os quais era extremamente limitado. Vice-Reinos/ Gobernaciones/ Audiencias travavam embates entre si pela ampliação ou consolidação de suas órbitas de atuação, a partir de seus altos cargos obtidos exclusivamente no nível peninsular. Dentro dessa conjuntura, o apoio ou oposição dos poderes locais eram apenas inconveniências a serem contornadas dentro de um plano maior. O nível local, por sua vez, alijado do maior poder de decisão, que apenas os cargos que estava impedido de ocupar podiam exercer; disputava o poder entre seus iguais, todos compartilhando apenas o desejo de ampliar a órbita de poder de suas próprias comunidades. O nível intermediário entre as realidades locais e a Coroa apresentava-se, assim, não como uma instância a quem se recorrer para satisfazer suas necessidades, mas mais como um entrave para a efetivação de seus anseios.<sup>182</sup>

Esse é o motivo de Guerra ater-se ao registro político como base identitária, à qual apenas a cidade teria tido capacidade de gerar na América espanhola. Apenas a partir daí se originaria a matriz para uma identidade cultural: sendo o espaço urbano a célula-base da

---

<sup>182</sup> Uma vez que a nobreza indígena fazia o possível para obter privilégios, mesmo dentro de sua restrita área de atuação, podemos dizer que, dentro dos domínios espanhóis na América, a dinâmica política transcorria, na verdade, em três planos, hierárquicos porém distintos.

sociabilidade, ali se fundava o apego ao solo, se desenvolviam os costumes peculiares, o culto dos santos patronos e, essencial, uma memória partilhada, tanto religiosa quanto profana, à qual seguia-se uma memória institucionalizada, sobre a qual se apoiavam tanto a garantia do governo autônomo e da posse das terras das aldeias indígenas, quanto os privilégios das cidades espanholas, recompensas de méritos e serviços prestados aos rei.<sup>183</sup> Em suma, a partir de um certo formato administrativo urbano, se desenvolveria um horizonte cultural cada vez mais complexo, e a partir de ambos se montaria o cenário onde se desenvolveriam as identidades plurais da América espanhola.

É ainda neste cenário que se formariam as raízes de uma “cultura pública” que, embora bem distinta do espaço público moderno, com suas formas específicas de sociabilidade e formação de opinião, ainda representava um vigoroso modo “*de concebir los variados vínculos entre los miembros de la comunidad política*”<sup>184</sup>.

Falar em “cultura pública” ou “comunidade política” nas cidades da América espanhola do século XVI parece algo complexo, ou mesmo um tanto anacrônico por pressuporem a existência de um certo grau de *participação política*. E como falar em participação política se, naquele momento, todos os rumos político/administrativos do mundo hispano-americano eram decididos por forças externas – a península –, se todos os cargos importantes no Novo Mundo eram ocupados por pessoas não oriundas daquele solo, com o qual, em geral, não desejavam maiores vínculos?

Não há outro lugar onde possamos buscar essas respostas senão nos microcosmos que representavam as cidades. Apenas aproximando o olhar do cotidiano local, podemos perceber que seus habitantes não eram apenas agentes passivos, atuando de acordo com desígnios superiores. Certamente, principalmente no XVI, a ação dos poderes regionais pouco interferia no sentido geral da empresa colonizadora como um todo, mas isso não é o mais importante. O importante é que nesse nível mais local havia uma possibilidade de participação política efetiva, que tinha no *cabildo* seu meio de expressão, não único, mas mais pungente. Quando pensamos nas sublevações e organização regional do XVII e, principalmente, XVIII, temos, na verdade, a acentuação de um processo que tem suas raízes em certas estruturas e modelos de aplicação escolhidas no XVI. No México, as características de sociedade de corte que cedo assumiu, a existência precoce de Universidades e gráficas, assim como o surgimento de um grupo letrado culturalmente ativo, geraram identidades diferenciadas dentre os grupos urbanos

---

<sup>183</sup> GUERRA, François-Xavier. Op.Cit, 1999-2000, pp 14.

<sup>184</sup> GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, ANNICK et al. *Los Espacios Públicos en Iberoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984, pp 14.

que se formavam, possibilitaram um certo nível de circulação de idéias e dado grau de atuação político/social no âmbito da comunidade. Como pontua Gaglietti,

A mentalidade urbana representou uma verdadeira ideologia nesta região do globo. Na cidade, por exemplo, foi onde se ordenaram tanto as tendências sociais, econômicas e políticas quanto as mais diversas opiniões sobre o projeto de vida de cada grupo social (...)<sup>185</sup>

Em suma, a despeito do projeto colonizador maior da Coroa espanhola, a partir do momento que o povoador se estabelecia em dada cidade, seus interesses e necessidades se aproximavam dos daquele espaço urbano, com o qual passava a se identificar e associar sua identidade. As instâncias de poder locais, por sua vez, permitiam que os vecinos dispusessem, mesmo que apenas em tese, de um canal por onde extravasar suas aspirações. Ao mesmo tempo, as necessidades do modelo político-administrativo implantado exigia um grupo social especializado, a citada “cidade letrada” de Rama, que compunha o anel protetor do poder e executor de suas ordens, formada por religiosos, administradores, educadores, escritores e múltiplos servidores intelectuais, capaz de conduzir todo seu aparato burocrático.

A dilatação gradual deste grupo foi gerando, a partir deste meio essencialmente político, uma esfera cultural ativa, em especial nas cidades de maior importância. Lafaye destaca que, desde o início do século XVI, Santo Domingo já despontava como um centro com relativamente grande atividade cultural. O anseio de prestígio do vice-rei Diego Colombo o levou a tentar reproduzir na cidade uma vida cortesã nos moldes europeus, com refinamentos das maneiras da Renascença italiana, coroada por apresentações de música e poesia. A posição de Santo Domingo seria tomada pelo México a partir do último quartel do XVI, a mantendo por todo o XVII.<sup>186</sup> Ali se observou a prática, em diversas festividades promovidas sob quaisquer justificativas, de esportes equestres, representações teatrais e torneios de poesia, dos quais participavam ativamente a elite local. A Universidade e casas religiosas eram lugares onde tais atividades eram preferencialmente realizadas, funcionando as segundas muitas vezes como clubes ou sociedades onde floresceu a arte da conversação. Nestes salões, poderia se encontrar discussões sobre autores como Boécio, Thomas de Kempis, Horácio, Ovídio, e renascentistas do *quattrocento*. Como coloca Lafaye,

os frades crioulos do final do século XVI já não eram soldados de Cristo como seus antecessores, mas antes moradores da cidade que muitas vezes levavam uma vida de caráter extremamente secular.<sup>187</sup>

---

<sup>185</sup> GAGLIETTI, Mauro J. A cidade na América Latina: pedagogia para o poder. In: *Anais do II Congresso Sul-americano de História*. Passo Fundo: Clio, 2005, Vol I, pp.56.

<sup>186</sup> Também em Lima se observava uma considerável efervescência cultural, embora em menor proporção que a do México. Esferas culturais mais restritas também se desenvolveram em capitais secundárias como Quito e Guatemala, além de cidades como Córdoba de Tucumán, Puebla de los Angeles, Guadalajara e Querétaro.

<sup>187</sup> LAFAYE, Op. Cit., pp. 617.

A opulência desta versão americana de vida cortesã era, então, exaltada por autores como Bernardo Balbuena, que tentava retratar sua grandiosidade em seu poema “*Grandeza Mexicana*”, como podemos perceber nas estrofes “*Su asiento, su grandeza populosa, / Sus cosas raras, su riqueza y trato, / Su gente ilustre, su labor pomposa.*” e, mais, à frente, em “*Su cortés compostura, su nobleza, / Su trato hidalgo, su apreciable modo, / Sin cortedad ni sombra de escaseza:*”<sup>188</sup>.

A constituição dessa esfera cultural, no formato elaborado que pôde assumir, no entanto, só se tornou possível a partir da própria política cultural implementada pela Espanha, condizente com o modelo urbano que tentava implementar, e, até por isso, muito menos restritiva do que a aplicada na América portuguesa, por exemplo.

É o caso da questão da educação, indispensável numa sociedade que precisava reproduzir ao menos uma quantidade mínima de letrados para garantir seu funcionamento. A educação básica e secundária esteve, desde o início nas mãos de ordens religiosas, a princípio predominantemente de dominicanos, que gradualmente foram perdendo espaço para os colégios bem organizados de jesuítas, voltados para o ensino dos *vecinos* mais abastados. As primeiras Universidades da América foram também de iniciativa destas ordens – sendo a primeira fundada em Santo Domingo, já em 1538 –, com seus estatutos seguindo o modelo da referencial Universidade de Salamanca. Havia certa rivalidade entre as ordens, o que refletia-se na própria fundação de seus estabelecimentos de ensino superior: apenas em Quito haviam três, uma dominicana, uma agostiniana e uma jesuíta. Estas Universidades, contudo, eram constituídas, em geral, pelas faculdades de teologia e direito canônico.<sup>189</sup>

A Coroa, porém, não tardou a fundar em seus domínios americanos Universidades com maior escopo de faculdades, e em 1551 era fundada a Universidade de São Marcos, em Lima, e dois anos depois, a Universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, composta pelas faculdades de teologia, artes, direito e medicina, das quais deveriam sair pessoas capazes de suprir as necessidades, das cidades, de padres, advogados e médicos. A criação da faculdade de artes estimulou ainda a ampliação da vida cultural das capitais vice-reinais.

O método e conteúdo aplicado nestas instituições, como no caso da do México, reproduziam fielmente os da Espanha e, sua grandiosidade e qualificação eram motivos de exultação para *vecinos* e integrantes da instituição. Por ocasião de sua fundação, o então vice-

<sup>188</sup> BALBUENA, Bernardo. Grandeza Mexicana. In.: *Antologia Mayor de la Literatura Hispanoamericana*. Vol. I. DÍAZ, Guilherme (org). Plaja: Labor, 1969, pp. 630-632.

<sup>189</sup> Cf. LAFAYE, Op. Cit., pp. 606-608.

rei, D. Luis de Velasco prestava contas de sua implementação e bom funcionamento, ressaltando os benefícios que trazia a todos:

El mayor bien y merced que a esta tierra se pudo hacer, fué mandar V.A. fundar en esta ciudad estudio universal, porque a él concurrirán los hijos de españoles de todas las Indias, que hasta aquí se han criado en todo vicio y sin ninguma dotrina; y hay cantidad de estos muy perdidos y en edad que ya no tiene remedio.<sup>190</sup>

Embora estivessem excluídos de seu acesso índios plebeus e todos os mestiços, em qualquer grau, era permitida a matrícula, juntamente com espanhóis e criollos, de índios de linhagens nobres, os quais se percebia “*que bien se aplican a la Gramática.*”<sup>191</sup> Entretanto, a eles havia certas restrições de conhecimento:

Parece a los religiosos y personas doctas que los tratan y entieden que por agora no conviene ponerlos en otras ciencias, y que les basta para su poco ser y entendimiento saber la dotrina cristiana (...).<sup>192</sup>

Velasco, ressalta, no entanto, que estes índios letrados poderiam ajudar a disseminar a língua e escrita espanhola entre os seus, de modo que a Universidade, “*la más santa y necesaria obra que en este nuevo mundo se pudo fundar*”<sup>193</sup>, assumia um valor inestimável para todas as esferas da sociedade.

Esta era também a posição de Cervantes de Salazar, dono da cátedra de Retórica da Universidade do México desde de 1550, que a citava, jubilante, em seu *Dialogo Primero*, de 1554: na conversa entre seus personagens, Gutierrez e Mesa, o primeiro, vindo de fora, perguntava sobre a função do prédio que via, ao que o segundo replicava: “*Es la Universidad, donde se educa la juventud: los que entran son los alumnos, amantes de Minerva y de las Musas.*”<sup>194</sup> O diálogo prossegue, com Mesa expondo todas as qualidades da Universidade, sempre tomando Salamanca, onde estudara, como referência; comparação na qual a do México nunca ficava em situação de inferioridade. Assim, quando Gutiérrez pergunta sobre os professores da instituição que observava, Mesa responde sem hesitar: “*Excelentes. (...) Son empeñosos, y versadísimos en todas las ciencias. Y hasta te diré, nada vulgares, y como hay pocos en España.*”<sup>195</sup> Seus alunos eram, portanto, privilegiados, que deveriam ficar honrados “*de ser los primeros que com la luz de la sabiduria disipen las tinieblas de la ignorancia que oscurecían este Nuevo Mundo (...)*”<sup>196</sup>

O tema do valor da elite letrada que começava a se constituir no México também pode ser encontrado nas estrofes de Balbuena:

<sup>190</sup> CUEVAS, Op. Cit., pp.186.

<sup>191</sup> Idem, Ibidem.

<sup>192</sup> Idem, Ibidem.

<sup>193</sup> Idem, Ibidem.

<sup>194</sup> SALAZAR, Francisco Cervantes de. Tres Dialogos Latinos. In: *Antologia Mayor de la Literatura Hispanoamericana*. vol. I. DÍAZ, Guilherme (org). Plaja: Labor, 1969, pp. 463.

<sup>195</sup> Idem, ibidem.

Si quiere recreacion, si gusto tierno / De entendimiento, ciencia y letras graves,  
 (...) / Aquí hallara mas hombres eminentes / En toda ciencia e todas facultades (...) /  
 Monstruosos en perfeccion de habilidades / Y en las letras humanas y divinas / Eternos  
 rastreadores de verdades.<sup>197</sup>

Também a permissão para importação de livros e instalação de prensas de impressão podem ser consideradas duas importantes contribuições da política cultural espanhola para esta consolidação de uma esfera cultural. Havia uma restrição quanto à importação de novelas sobre o fantástico, que pudessem ter um efeito desorientador sobre os índios, além, claro, de livros com idéias consideradas perigosas, proibidas, mesmo, na Espanha; porém, inventários de bibliotecas particulares mostram que a importação clandestina de livros era comum, encontrando-se obras como as de Erasmo, Petrarca e Boccaccio. Tais obras encontravam-se presentes também no catálogo do primeiro livreiro editor do México – e do Novo Mundo -, Juan Cromberger, que montara seu negócio já em 1539. Lima teria que esperar até 1583 para ter sua primeira editora. Decerto, as primeiras prensas imprimiam, no XVI, quase exclusivamente livros de orações e catecismos, mas é verificada a presença, mesmo que restrita, da produção de tratados sobre tecnologia da mineração e sobre anatomia, e mesmo obras de poesia.<sup>198</sup>

Guardando as devidas proporções, podemos verificar que o XVI, principalmente sua segunda metade, viu o surgimento de um número significativo de letrados voltados para a produção literária. Rama nos traz o número de cerca de trezentos poetas competindo em um concurso literário no México, cifra que não guardaria relação direta com o público consumidor, que possivelmente se confundia com o próprio grupo produtor, dado o circuito fechado em que ambos funcionavam. Tão alta produção, portanto, relacionava-se com o ócio remunerado por outras vias, em especial a esfera burocrática urbana, geratriz primeira dos próprios letrados.<sup>199</sup>

Deste modo, ao analisar a literatura colonial da hispano-América, superada sua fase inicial, composta essencialmente por crônicas acerca do mundo natural e dos povos antigos da América e seu passado, assuntos que despertavam, então, grande curiosidade; nos deparamos com o desenvolvimento de uma produção literária ficcional quantitativamente crescente, correspondente à transformação da geração de pioneiros naqueles de desfrutariam das riquezas do continente.

Esta produção, no entanto, embora numericamente significativa, qualitativamente é considerada de pouca expressão em termos de análise literária. Bella Josef, ao dissertar sobre

---

<sup>196</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>197</sup> BALBUENA, Op. Cit, pp. 633.

<sup>198</sup> LAFAYE, Op. Cit.



a epopéia, enquanto estilo marcante dessa literatura durante a segunda metade de XVI, reconhece os méritos de “*La Araucana*” (1569), de Alonso de Ercilla, dotada de formato ainda estilisticamente europeu, mas aproveitando temas americanos, onde a simpatia do autor recai para os índios, tanto ou mais que para os espanhóis. Entretanto, a despeito de seu valor próprio, “*A Araucana deu origem a uma literatura inteira de poemas históricos, sem grande valor literário (...)*”<sup>200</sup>

Maior valor, nesse sentido, já desenvolvendo características mais próprias ainda no XVI, tivera a produção teatral. Dentre os fatores que lhe imprimiram um caráter próprio e diferenciado, deve-se destacar o papel do substrato cultural indígena, com toda a riqueza de suas danças e ritos. Sua tendência alegórica, a plasticidade elementar das expressões, a profusão de interjeições e a valorização do gestual e da imagem, somados ao próprio exotismo que as culturas indígenas adquiriam para os olhos dos conquistadores; chocaram-se com a tradição teatral espanhola, por si só uma fusão entre formas rudimentares e medievais com correntes renascentistas. O enraizado gosto ibérico pelo teatro fez com que as representações se multiplicassem, e em curto espaço de tempo já se dividissem em três estilos distintos: missionário, predominante no XVI, integrando firmemente modelos indígenas e espanhóis; escolar, de intenção didática; e *criollo*, onde obras vindas da Europa alternavam-se com gêneros nascidos na América, disputando entre si a atenção de uma população urbana, que se via como cortesã. As próprias diferenças culturais entre as civilizações indígenas imprimiram, desse modo, diferenças sensíveis nas representações, de região para região.<sup>201</sup>

Todas estas manifestações culturais encontravam seu zênite nas múltiplas festividades públicas deste mundo urbano, o mais magnificente de todos os espetáculos hispano-americanos, sempre acompanhadas de danças, representações teatrais e poesias feitas para a ocasião. Nas festas obrigatórias, como a de Corpus Christi, era dada ainda a oportunidade de diversas comunidades étnicas de participar, e sua importância é percebida pelas próprias querelas entre dignitários acerca de sua função cerimonial ou assento na festividade.

Não devemos, no entanto, supervalorizar esta esfera cultural da América espanhola, gestada no século XVI. Embora já dotada de Universidades, gráficas, círculo letrado e literário, e substancial produção teatral, ela se restringia, a princípio, às capitais vice-reinais e algumas outras cidades, e mesmo nestas com limitações. Uma maior projeção desta esfera só se daria no século XVII, onde encontramos nomes como Sor Juana Inés de la Cruz e Carlos

---

<sup>199</sup> RAMA, Op. Cit, pp. 581.

<sup>200</sup> JOSEF, Bella. *Historia da Literatura Hispano-Americana*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Francisco Alves, 2005, pp. 21.

de Sigüenza y Góngora, do mesmo modo que apenas nesse período a produção editorial ganharia um real fôlego, surgindo, então, os primeiros periódicos. O mais importante é frisarmos que esta culminância do XVII tem suas raízes no XVI, onde, de fato se delineou seu formato, mesmo exibindo dimensões ainda incipientes. Todo este processo está diretamente relacionado com o mundo urbano onde foi produzido, com todas suas exigências e possibilidades; formativa primeva das identidades regionais da América espanhola.

---

<sup>201</sup> Idem, pp. 22-23.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentemos, doravante, amarrar um pouco melhor as idéias aqui trabalhadas.

Decerto existem traços em comum suficientes entre os países da América Latina para que possamos, em vários aspectos, tratá-la como um conjunto, nos permitindo falar de uma *identidade* latino-americana. As identidades, no entanto, não são dotadas de caráter único em indivíduos ou grupos sociais; são, antes, múltiplas, sobrepostas em camadas distintas. Nesse sentido, um habitante da hispano-América do século XVI poderia ter ligações identitárias com a sua ascendência étnica, européia ou indígena, com as possíveis variações regionais encerradas em cada uma; com sua família, dentro da qual destaca-se a posição econômica e social desta dentro da sociedade; com sua região de nascimento e local adotado como residência; com a função sócio-profissional que exercia e conseqüentes grupos com que tinha de se relacionar; com sua religião, neste caso de tendências fortemente homogeneizantes; com seu trato com as circunscrições político-administrativas em que estava inserido; entre outras sub-possibilidades. Trata-se, em parte, da questão do *habitus* social, como o compreende Nobeit Elias:

Em sociedades menos diferenciadas, como os grupos de caçadores-coletores da Idade da Pedra, talvez o *habitus* social tivesse uma camada única. Nas sociedades mais complexas, tem muitas. (...) É do número de planos interligados de sua sociedade que depende o número de camadas entrelaçadas no *habitus* social de uma pessoa. Entre elas, uma certa camada costuma ter especial proeminência. Trata-se da camada característica da filiação a determinado grupo social de sobrevivência, como por exemplo uma tribo ou uma nação.<sup>202</sup>

Para Guerra, tal camada de maior proeminência, no caso hispano-americano, era a de súdito da Monarquia Católica, estendida por todo o período colonial. Tratava-se de uma camada identitária holista e impregnada de resíduos nobiliárquicos medievais.<sup>203</sup> Se tal camada mostrou-se dominante por todo período citado, não desfrutou em seu transcorrer, no entanto, de preponderância uniforme. A forma como a Coroa espanhola pensou e executou seu processo de povoamento, assim como a penetração de elementos indígenas em sua estrutura “ordenada” potencializou o fortalecimento de outros níveis identitários.

A opção pelo modelo urbano, sua implementação na forma de núcleos isolados; a abstração do nível intermediário de poder, proporcionando uma busca de autonomia cada vez maior por parte dos poderes locais, com a conseqüente valorização da cidade enquanto circunscrição política, ampliada pelas restrições de acesso destas elites locais a cargos mais elevados; a progressiva inserção do indígena no modelo urbano-administrativo espanhol,

<sup>202</sup> ELIAS, Nobeit. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, pp. 151.

<sup>203</sup> GUERRA, 1999-2000, Op.Cit.

acarretando um trânsito cultural cada vez mais efetivo... todos estes elementos criaram condições para o surgimento de camadas identitárias associadas com os respectivos mundos urbanos de seus habitantes, que ganhariam mais força e características distintivas com o passar das gerações e consolidação de tal modelo.

Podemos desdobrar estas colocações dividindo o processo de formação identitária do período colonial em três aparentes etapas, que correspondem a contornos identitários específicos, todos com origens orbitando o século XVI: em um primeiro momento, que correlaciona-se ao início do processo de povoamento, temos o espanhol que chega à América dotado de uma identidade relativamente homogênea, politicamente ligada à monarquia espanhola e culturalmente sistematizada pelo modelo católico. Este momento corresponde ainda ao esfacelamento das identidades tradicionais indígenas, a partir das investidas espanholas. Em um segundo momento, embora a identidade cultural do espanhol mantenha-se atrelada aos moldes europeus, com ênfase em seus aspectos religiosos, sua identidade política começa a se atrelar, por todos os motivos vistos, ao núcleo urbano a que pertence. A formação identitária, sempre intimamente ligada à contraposição com o *outro*, acaba por tomar este registro político centrado na cidade como principal elemento diferenciador, camada de identidade que iria progressivamente se fortalecendo. Nos núcleos urbanos indígenas, estes resistem à total dispersão de sua cultura, em um processo onde sua própria identidade precisa ser reelaborada, incorporando os novos elementos externos. Finalmente, num terceiro momento, esta diferenciação identitária, de caráter essencialmente político, obtém contornos culturais – intimamente ligados, a princípio, com o registro político no seio do qual foram gestados – que passam a absorver propriedades das culturas indígenas próximas, em um trânsito cultural de mão dupla. Contemplando esse processo, Centurião chega a comentar que

Foi, de fato, um admirável mundo novo esse que surgiu em terras americanas. Nem espanhol nem indígena, e tampouco a soma de ambos, mas uma outra realidade, nova e diferenciada (...) <sup>204</sup>

Seriam geradas, assim, sociedades com características distintas nas múltiplas regiões da América espanhola – embora jamais deixando de compartilhar elementos oriundos de sua herança em comum. Para colocar em panorama o papel e importância do mundo urbano, com todas as suas implicações, na formação de uma identidade política e cultural na América espanhola, tendo sempre em primeiro plano nosso exemplo de caso, o México, podemos recorrer, uma última vez, a uma pertinente comparação com a forma como estas esferas de desenvolveram na América portuguesa, num breve sobrevôo sobre a formação de aspectos relevantes de suas esferas culturais, nos libertando momentaneamente das amarras do XVI.

Como já mencionamos, o projeto imperial espanhol, caracteristicamente urbano, incorporava uma política cultural que englobava a assimilação cultural dos índios, a implementação de um sistema de educação que incluía o ensino superior e a permissão da importação de livros e prensas de impressão, e circulação de periódicos, embora com algumas restrições. Portugal, por sua vez, em sua colônia agro-exportadora jamais criou tal sorte de incentivos culturais, pelo contrário vetando a existência da maioria destes elementos, muitos dos quais só seriam engendrados a partir do marco fundamental de 1808.

A própria base da educação já nos traz indicativos claros a esse respeito. Como nos mostra Guerra, a América hispânica – mais especificamente, no caso, o México – possuía uma grande rede de educação – 262 escolas primárias em 1756, em 61 de suas 202 cúrias, número que ampliaria-se até a independência; com colégios secundários cobrindo quase todo o centro do país em 1767, sendo dois terços desta educação gratuita.<sup>205</sup> No Brasil, os colégios foram controlados por ordens religiosas até sua expulsão, por Pombal. As reformas educacionais que este implementou, encabeçadas por um orçamento restrito, acabaram por escassear ainda mais o acesso à educação. O ensino, ministrado agora sob a forma de aulas avulsas, fragmentou o processo pedagógico, e o ônus pelo pagamento dos mestres coube muitas vezes aos próprios pais, o que também restringiu o conhecimento às elites. Também apenas estes tinham acesso a algum tipo de ensino superior, já que poderiam ser enviados para a Universidade de Coimbra,<sup>206</sup> e mesmo este número é proporcionalmente muito baixo: se na Universidade do México, entre o período de 1775 e a independência saíram 7850 bacharéis e 473 doutores e licenciados, durante o mesmo período o número de graduados na Universidade de Coimbra de naturais do Brasil foi de 720, dez vezes menor.<sup>207</sup> Cabe ainda lembrar que, enquanto a América espanhola teve sua primeira Universidade fundada em 1538 – a Tomás de Aquino, em Santo Domingo – seguida pela Universidade de São Marcos, em Lima, 1551, e pela Universidade Real e Pontifícia da Cidade do México em 1553, a partir de então proliferando-se por todo o período colonial; no Brasil, além de alguns colégios superiores de medicina e alguns outros como os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo, de 1827 – todos pós-1808; a primeira Universidade de fato só surgiria em 1913, a atual Universidade Federal do Paraná, já em plena República.

---

<sup>204</sup> CENTURIÃO, Op.Cit, pp. 123.

<sup>205</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independências*. Madrid: Mapfre, 1992.

<sup>206</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da Vida Privada no Brasil*, vol 1. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

<sup>207</sup> HOLANDA, Op.Cit.

Desse modo, podemos ver, no México, uma porcentagem de 48% a 62% de crianças escolarizadas, que a guerra de propaganda entre insurgentes e realistas, a existência de número relevante de petições em comunidades indígenas e a tiragem de periódicos parece indicar ter se revertido em alfabetização efetiva.<sup>208</sup> O Brasil, por sua vez, possuía 84% de analfabetos em 1890, 75% em 1920 e 57% em 1940.<sup>209</sup>

Pequena população urbana, leis restritivas e baixa taxa de alfabetização, fatores intimamente relacionados entre si, tornam desse modo complexo o surgimento de uma esfera literária no Brasil. Mesmo que não houvessem leis restritivas, o próprio mercado de impressos não se sustentaria no período colonial, em um ambiente predominantemente rural e iletrado.

As condições inversas permitiram que ainda no século XVI se desenvolvesse na América espanhola uma literatura secular épica, da qual *La Auracana*, de Alonso Ercilla (1569) e *Arauco Domado*, de Pedro de Ñña (1596) são alguns dos primeiros exemplos. A epopéia ainda no XVI é substituída pela poesia cortesã, da qual não são poucos os exemplos de autores, que adentram pelo XVII, como Balbuena, Gonzáles de Eslava, Gutierrez de Cetina, o satírico Juan del Valle Caviedes, e mesmo mulheres, como doña Leonor de Ovando. Os exemplos se multiplicam com o passar da décadas.<sup>210</sup>

É relevante destacar a obra de Sor Juana Inês de la Cruz (1648-1695), monja da Ordem das Jerônimas, que produziu versos sacros e profanos, autos sacramentais e comédias cavalheirescas. A proteção da vice-rainha Marquesa de Laguna lhe conferiu certa liberdade para trabalhar com temas atípicos para o período, uma literatura centrada na liberdade onde chegou a defender o direito da mulher a ser respeitada como ser humano, criticando o sexismo da sociedade do seu tempo e os homens que condenavam a prostituição, ao mesmo tempo em que aproveitavam a sua existência, o que a levou a um controverso debate teológico com o padre Antônio Vieira.<sup>211</sup>

Até mesmo obras filosóficas originais foram produzidas na América hispânica, como *Três Diálogos Latinos*, de Francisco Cervantes de Salazar, de 1554, uma transposição de Platão para a Cidade do México. E se Platão era lido na parte hispânica do Novo Mundo, também Erasmo e Thomas More marcaram o pensamento desse período, assim como Vivés e Boécio, que pôs em moda o estoicismo – embora durante toda a fase colonial o escolasticismo

---

<sup>208</sup> GUERRA, Op.Cit. 1992.

<sup>209</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

<sup>210</sup> LIENHARD, Martin. Los comienzos de la literatura “latinoamericana”: monólogos y diálogos de conquistadores y conquistados. In: *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura. vol 1: A Situação Colonial*. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993 & LAFAYE, Jacques, Op Cit.

tomista continuasse dominante. Até as disputas doutrinárias eram intensas e ricas, onde jesuítas Suarezianos opunham-se a tomistas dominicanos.

Tudo isso demonstra a precoce circulação de livros em todas as regiões, a despeito das proibições a certos temas e autores. Inventários de bibliotecas particulares, assim como o catálogo do primeiro livreiro-editor da Cidade do México, Juan Pablos ou Giovanni Paoli, mostram que Erasmo, Petrarca e Boccaccio haviam chegado à América antes de 1540, assim como todos os grandes livros de ficção da época, como *Amadis de Gaula* e *Espejo de Caballería*. E se a Cidade do México já imprimia livros em, pelo menos, 1535 e possuía uma gráfica em 1539, Lima passou a contar com uma oficina impressora em 1584. Em 1747 todas as principais cidades da América espanhola já possuíam estabelecimentos gráficos, ano em que aparece, no Rio de Janeiro, a oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, logo depois fechada por ordem real.<sup>212</sup> Guerra estima uma média de 26 obras produzidas anualmente no México entre 1685 e 1694, e uma média de 92 entre 1785 e 1794<sup>213</sup> – quase o triplo – e Holanda calcula em 11652 o número de obras produzidas na Cidade do México durante seu período colonial. No Brasil, se a atividade editorial legal inicia-se a partir de 1808 com a Imprensa Régia, seria com Pedro Plancher que, a partir de 1824, as “novas idéias” vindas de fora passariam a chegar ao Brasil, passando também a editar autores brasileiros. Constando de seu catálogo obras de 104 casas editoriais francesas, sua livraria ofertava, em 1827, 317 títulos.

O Iluminismo trouxe cedo para a América Hispânica temas ligados ao desenvolvimento de conhecimento racional, como *Manifiesto filosófico contra los cometas*, de 1681, onde Carlos de Sigüenza y Góngora atacava as superstições sobre as interpretações astrológicas sobre os cometas. No Brasil, a influência da Ilustração só teria força de fato após Plancher, e mesmo assim com grandes limitações. Mesmo durante o século XIX, o mercado editorial brasileiro nunca teve espaço para mais de dois grandes editores.<sup>214</sup>

A imprensa trilhou caminho semelhante ao da educação e da circulação de livros nas Américas lusa e hispânica. Em 1671 Bernardo Calderón publicava o primeiro periódico da América Latina, a primeira *Gaceta* e em 1693 Sigüenza y Góngora publicava o periódico *Mercúrio Volante*. A *Gaceta de Madrid* era reimpressa na América desde 1737, a às *Gacetas* de Cidade do México e de Lima foram acrescentados nomes como o *Diário Erudito*, *Económico y Comercial*, posteriormente *Mercúrio Peruano*, uma segunda versão do *Mercúrio*

<sup>211</sup> PAZ, Octavio. *Sor Juana Inés de la Cruz o las Trampas de la Fé*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

<sup>212</sup> HOLANDA, Op Cit. & LAFAYE, Op Cit.

<sup>213</sup> GUERRA, 1992, Op. Cit.

*Volante e o Primícias de la cultura.*<sup>215</sup> No Brasil, 1808 continua sendo a referência, data de surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, embora funcionasse muito mais como porta-voz da Coroa. Jornais informativos e opinativos desse período foram o *Correio Brasiliense*, criado três meses antes da Gazeta por Hipólito da Costa, em Londres, rodando até 1821, e *O Patriota*, que circulou entre 1813 e 1814. A imprensa no país, no entanto, só se tornaria consistente a partir de 1820, quando o número de jornais se ampliou, passando de um, em 1820 para onze em 1821, e chegando a cerca de setenta em 1833.<sup>216</sup>

Esta comparação nos é de suma importância por destacar os desdobramentos da implementação, até finais da década de 1560, das bases elementares de uma estrutura urbana politicamente elaborada e culturalmente ativa na América espanhola, contraposto a um modelo de características inversas: é interessante notar como a América portuguesa, não dispendo dos mecanismos internos típicos da sociedade urbana hispano-americana, só viria a produzir grupos de opinião – entendidos como elementos da sociedade interessados em pensar e interferir nos rumos de sua comunidade – na etapa final de seu período colonial. A ausência de uma esfera letrada tornou a circulação de idéias altamente limitada e uma produção cultural mais consistente só seria percebida a partir do século XVIII, e em regiões onde uma vida urbana mais elaborada já começava a se delinear, como a sociedade mineradora de Minas Gerais e entornos próximos; Rio de Janeiro, a capital; antigas vilas já dispendo de maior dinâmica cidadina, como Salvador; além do caso excepcional de Pernambuco, onde a expulsão dos holandeses criara uma certa memória coletiva que gerava um sentimento cultural de identidade, que se refletiria futuramente nos movimentos de 1817, 1824 e 1848.<sup>217</sup>

O modo segundo o qual a esfera político-cultural foi implantada nos domínios da Espanha, por outro lado, permitiu a formação de vias privilegiadas e particulares para a circulação de idéias nestas regiões. A existência de grupos letrados, em geral associados aos membros da sociedade que possuíam interesses políticos, gerou grupos de opinião, pessoas que estavam pensando e fazendo escolhas, intencionando dar direções específicas às comunidades nas quais detinham poder de participação política, independentemente do nível de influência real no transcurso dos eventos que essa participação pudesse ter a princípio. O isolamento dos núcleos urbanos acabou por acentuar as características específicas que esse protopensamento político iria assumir de região para região. Esta variação, que flutuou de

---

<sup>214</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

<sup>215</sup> HOLANDA, Op Cit. & LAFAYE, Op Cit.

<sup>216</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2005

<sup>217</sup> Sobre esta questão, cf. MOREL, Idem.



acordo com os interesses regionais, tornou improvável que aquela imensa massa de terra que compunha a porção espanhola do Novo Mundo formasse um corpo político comum. O próprio papel das idéias iluministas nos processos de formação do pensamento político hispano-americano e mesmo nas independências em si, tão celebrado pela historiografia *criolla*, precisou de um terreno onde se estabelecer, o qual, pelas especificidades singulares de cada região, re-elaborou tais idéias de acordo com suas particularidades.

O processo de formação identitária na América espanhola encontrou seu caminho bifurcado desde o XVI, numa diferenciação progressiva – processo potencializado nas cidades mais importantes, onde destacamos o caso do México. Os séculos que se seguiram, certamente legaram outros elementos que se somaram para compor as identidades mexicanas, em todas as suas camadas possíveis<sup>218</sup>, como o tão característico culto à Virgem de Guadalupe. No entanto – e isto foi o que este trabalho tentou mostrar – o solo primordial onde os elementos identitários posteriores tiveram de se acomodar, teve no modelo de povoamento hispano-americano, com sua configuração político-cultural atrelada ao mundo urbano, sua maior expressão; em um processo que encontrou seu formato básico delineado, no caso mexicano, essencialmente, entre 1519 e 1564.

A grande fecundidade do mundo urbano, encontra-se, antes de tudo, na diversidade que encerra em si. A multiplicidade de tipos humanos, tarefas, funções, interesses, necessidades e possibilidades, assim como o entrecruzamento de todos estes elementos, oferece a este tipo de realidade uma dinâmica que propicia sua transformação, gerando inovações que se integram à sua identidade, ao mesmo tempo em que a delineiam. Esta definição bem se adequa à Cidade do México daquele período. Um solo, fundamentalmente rico e fértil, onde pôde se desenvolver uma sociedade plural por natureza, e dinâmica em essência. Uma cidade, em suma, como definida por Balbuena:

*De varia traza y varios movimientos/ varias figuras, rostros y semblantes,/ de hombres varios, de varios pensamientos;/ arrieros, oficiales, contratantes,/ cachopines, soldados, mercaderes,/ galanes, caballeros, pleiteantes;/ clérigos, frailes, hombres y mujeres,/ de diversa color y profesiones,/ de vario estado y varios pareceres;/ diferentes en lenguas y naciones,/ en propósitos, fines y deseos,/ y aun a veces en leyes y opiniones;/ y todos por atajos y rodeos/ en esta gran ciudad desaparecen/ de gigantes volviéndose pigmeos.*

---

<sup>218</sup> Deixando claro que falamos apenas da Cidade do México e proximidades. Falar sobre o México em uma dimensão mais ampla implicaria em tratar de realidades bem distintas, o que excede largamente o propósito deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, José de. *Obras del P. José de Acosta*. Madrd: Atlas, 1954.
- ARGAN, Giulio Carlo. *A História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ATA DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE LOS REYES. Documento transcrito in: COMPAÑY, Francisco Dominguez. *La vida en las pequeñas ciudades hispanoamericanas de la Conquista*. Madrid: Ediciones cultura hispanica del centro iberoamericano de cooperacion, 1978.
- BAKEWELL, Peter. *A Mineração na América Espanhola Colonial*. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*.vol II.Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BALBUENA, Bernardo. Grandeza Mexicana. In.: *Antologia Mayor de la Literatura Hispanoamericana*. vol. I. DÍAZ, Guilherme (org). Plaja: Labor, 1969.
- BARNADAS, Josep M. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: *História da América Latina – A América Latina Colonial*.vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BARROS, José D´Assunção. Historia Comparada – um novo modo de ver e fazer a Historia. In: *Revista de Historia Comparada*, v.1, no 1, jun 2007.
- \_\_\_\_\_. *Cidade e História*. Petropolis: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAUDOT, Georges. *La vida cotidiana en la America española en tiempos de Felipe II: Siglo XVI*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1992.
- BAYLE, Constantino. *Los cabildos seculares en la America española*. Madrid: Sapiencia, 1952.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio*. França e Inglaterra. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

BRUMFIEL, Elisabeth. O Surgimento do Estado Azteca: Ecologia, Estrutura e Origem do Estado. Tradução: Irmhild Wüst & Silvia Moehlecke Copé. In: *American Anthropologist*, vol. 85 (2): 262-284, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARTA DE LA AUDIENCIA DE MÉXICO -Lic. Diego Gómez de Mena, Dr. Galdós de Valencia, Lic. De Vergara Gaviria- a Su Majestad de 10 de Janeiro de 1620. Disponível em: [http://www.biblioteca.tv/artman/publish/1620\\_355/Carta\\_de\\_la\\_Audiencia\\_de\\_M\\_xico\\_-Lic\\_Diego\\_G\\_mez\\_d\\_1035.shtml/](http://www.biblioteca.tv/artman/publish/1620_355/Carta_de_la_Audiencia_de_M_xico_-Lic_Diego_G_mez_d_1035.shtml/)> Acesso em: 12 jan. 2008.

CASAS, F. Bartolomé da las. *O Paraíso Destruído*. Porto Alegre: L&PM , 2007.

CASTELLANOS, Juan de. *Elegias de Varones Ilustres de Indias*. Caracas: Academia Nacional de la História, 1962

CASTILLO, Bernal Diaz de. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. Buenos Aires: Espasa-Calpa Argentina, 1955.

CENTURIÃO, *Significados da Diversidade: Cidade e cultura na América Espanhola*. Santa Cruz do Sul: EDINISC, 2000.

CORTEZ, Hernan. *A Conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

CUEVAS, Pd Mariano. *Documentos inéditos del siglo XVI para la Historia de México*. México: Porrúa, 1975.

DONGHI, Tulio H. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro , 1979.

DUMOND, Louis. *O Individualismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ELIAS, Nobert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 1994.

ELLIOT, J.H. A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*.vol II.Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

FLORESCANO, Enrique. A Formação e a Estrutura Econômica da Hacienda na Nova Espanha. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*.vol II.Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

GAGLIETTI, Mauro J. A cidade na América Latina: pedagogia para o poder. In: *Anais do II Congresso Sul-americano de História*. Passo Fundo: Clio, 2005.

GÓMARA, Francisco López. *Historia de la Conquista de Mexico* vol II. Mexico: Editorial Pedro Robredo, 1943.

GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: *Revista Estudos Históricos: Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 9, No 17, 1996.

GRUZINKI, Serge. A guerra das imagens e a ocidentalização da América. In: *América em tempo de conquista*. Organizado por Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Zahar ed, 1992.

\_\_\_\_\_. Las repercusiones de la Conquista: la experiencia novohispana. In: *Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años*. Compilado por Carmen Bernand. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1998.

GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, ANNICK et al. *Los Espacios Públicos en Iberoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

GUERRA, François-Xavier. Identidades e independencia: la excepcion americana. In: *Cuadernos de AHILA – Associação de Historiadores Latinoamericanistas e europeus*, 1994, pp.7. Disponível em <<http://www.ahila.nl/publicaciones/cuadernos.html>>. Acesso em: 18 jun 2006.

\_\_\_\_\_. *A nação na América espanhola: a questão das origens*. In. Revista Maracanan, PPGH/UERJ, ano I, Nº 1, 1999-2000.

\_\_\_\_\_. *Modernidad e Independências*. Madrid: Mapfre, 1992.

HERRERA, Antonio de. *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas e Tierra Firme del Mar Oceano*. vols. II, III, IV & V Madrid: Oficina Real de Nicolas Rodrigues Franco, 1726.

HERZOG, Tamar. Identidades Modernas: Estado, comunidade e nação no Império Hispânico. In.: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Unijuí, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Labirinto Latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1995.

JOSEF, Bella. *Historia da Literatura Hispano-Americana*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Francisco Alves, 2005.

LAFAYE, Jacques. A Literatura e a Vida Intelectual na América Espanhola Colonial. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

LEMOS, Maria Teresa T. B. *Corpo Calado: Imaginários em Confronto*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001

LEÓN-PORTILLA, Miguel. A Mesoamérica antes de 1519. In: : *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol I. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

LIENHARD, Martin. Los comienzos de la literatura “latinoamericana”: monólogos y diálogos de conquistadores y conquistados. In: *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura*. vol 1: A Situação Colonial. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.

LONGHENA, Maria. *O México Antigo*. Barcelona: Folio, 2006.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MACHUCA, Bernardo de Vargas. *Milicia y Descripción de las Indias*. vol. II. Madrid: Libreria de Victoriano Suarez, 1892.

MARCUS, Joyce. On the Nature of the Mesoamerican City. In: SMITH, M.E. & MASSON, M.<sup>a</sup> (Eds). *The Ancient Civilizations of Mesoamerica*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Cultura Histórica e Identidade: a América Latina e o Mercosul. In: *Revista Estudos Históricos* v.7, n.2. São Paulo: Franca, 2000.

MENDIETA, Frei Geronimo de. *História Eclesiástica Indiana*. México: Porrúa, 1980.

MEXICO MAXICO. Site contendo dados diversos sobre o México, em diversos períodos históricos. Disponível em: <<http://www.mexicomaxico.org>>. Acesso em: 22 de Abr. 2009.

MILLON, Rene. Teotihuacán. In: *Selecciones de Scientific American*. La Ciudad: su origen, crecimiento e impacto en el hombre. Madrid: H. Blume Ediciones, 1976.

MORAES, Nilson Alves. Integração e processos culturais na América Latina. In: *Fronteiras Rompidas – Multiculturalismo na América Latina*. Organizado por Teresa Toríbio Lemos. Rio de Janeiro: UERJ/UESB, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MORSE, Richard. A Teoria Política do Governo Colonial, In. *Os Conquistados* (organizado por Heraclio Bonilla), São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial. In: *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. vol II. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Espelho de Próspero*. Cultura e Idéias nas Américas. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

ORDENANZAS DE FELIPE II sobre descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias. Disponível em <[http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1573-382/Ordenanzas\\_de\\_Felipe\\_II\\_sobre\\_descubrimiento\\_nueva\\_1176.shtml](http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1573-382/Ordenanzas_de_Felipe_II_sobre_descubrimiento_nueva_1176.shtml)>. Acesso em: 12 jan. 2008.

PAZ, Octavio. *Sor Juana Inés de la Cruz o las Trampas de la Fé*. México: Fondo de Cultura Economica, 1982.

PRADO, Maria Emília. *Memorial das Desigualdades*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

RAMA, Angel. La ciudad letrada. In: *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura*. vol 1: A Situação Colonial. Organizado por Ana Pizarro. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REAL PROVISION DE CARLOS I de 1542. Disponível em <<http://www.lablaa.org/blaavirtual/historia/colonia2/1.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, Tomo Segundo. Madrid: Inprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1998, Libro III, Título VIII pp. 25.

REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA, 1548. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u51.jhtm/>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopedia Einaudi*. vol.8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

SAFFORD, Frank. Política, Ideologia e Sociedade na América Espanhola do Pós-Independência. In: *Historia da América Latina – Da Independência até 1870*. vol III. Organizado por Leslie Bethel. São Paulo: EDUSP, 2001.

SALAZAR, Francisco Cervantes de. Tres Dialogos Latinos. In: *Antologia Mayor de la Literatura Hispanoamericana*. vol. I. DÍAZ, Guilherme (org). Plaja: Labor, 1969.

SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história*. São Pulo: Cia das Letras, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B & LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SÉJOURNÉ, Laurette. *Pensamiento y Religion en el Mexico Antiguo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

SOUSTELLE, Jacques. *El Universo de los Aztecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

SOUSTELLE, Jacques. *Os Astecas na véspera da conquista espanhola*. São Paulo: Cia da Letras, 2001.

STEIN, Stanley & STEIN, Barbara. *A Herança Colonial da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TODOROV, Tzevetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VERNE, Júlio. *Os Conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da Vida Privada no Brasil*, vol 1. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ZÉA, Leopold. *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

ZORITA, Alonso de. *Historia de la Nueva España* (siglo XVI). Madrid: Librería General de Victoriana Suarez, 1909.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)